



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
ARTES E LETRAS

**Variações linguísticas regionais em Angola.
Implicações no Ensino do Português**

Pedro Gonçalves

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos Lusófonos
(2º ciclo de estudos)**

Orientadora: Prof^a Doutora Ana Rita Carrilho

Covilhã e UBI, outubro de 2018

Pedro Gonçalves

**Variações linguísticas regionais em Angola
Implicações no Ensino do Português**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos Lusófonos
(2º ciclo de estudos)

Dedicatória

À Universidade Lueji A 'NKONDE

(Departamento de Ensino e Investigação de Línguas)

Agradecimentos

Gostaria de apresentar os mais profundos agradecimentos à Universidade da Beira Interior (UBI), ao coletivo de professores do Departamento de Letras, especialmente do 2º Ciclo de Estudos em Estudos Lusófonos e à diretora do mesmo, a Professora Doutora Cristina Maria da Costa Vieira.

Em singular à Professora Doutora Ana Rita Carrilho, muito obrigado pela compreensão, confiança, por ter aceitado esta tão árdua tarefa e por ser determinante na orientação científica do trabalho.

A todos os colegas pelos momentos vividos durante toda a fase de formação, pela oportunidade, pelas amizades feitas e pelo nascimento de novos amigos que levo comigo para a vida toda.

Um profundo bem-haja!

Resumo

A língua portuguesa em Angola é uma herança que se subordina a variações através das interferências das distintas línguas bantu e com diferentes graus de intensidade regional entre as províncias do litoral e as do interior, onde cada região do país, de acordo com a língua local, contribui para a diferenciação do português na oralidade. Neste sentido este trabalho debruça-se sobre as variações linguísticas regionais em Angola e as suas implicações no ensino do português. Tem como objetivo trazer informações comparativas do português europeu e do angolano com a focalização na investigação da língua portuguesa por meio de fatores sociais, fundamentada na sociolinguística durante a análise fonética e fonológica simples e real. A metodologia usada para o efeito segue os caminhos de uma pesquisa de campo, baseada naquilo que os falantes realmente dizem, onde as informações são dadas por falantes angolanos. Pretende-se constatar os fatores de estratificação social como o género, a idade, o nível de instrução e proveniência como condicionantes para o desenvolvimento da variação. A análise, de tipo qualitativo, com recurso a uma série de informações descritivas dos factos e fenómenos, através da observação, foi aplicada a uma amostra de 9 informantes na cidade da Covilhã. Nestas entrevistas, o importante foi conseguir identificar as diferenças produzidas pelos informantes, com o objetivo de conseguir um número significativo de diferenças em relação ao perfil social, considerando as diferenças sociais, sobretudo nas produções fónicas das línguas bantu de cada informante. O resultado deste trabalho mostra a grande presença das línguas nacionais no sistema fónico do português em vários contextos discursivos, destacando as interferências.

Palavras-chave: língua portuguesa em Angola; variação diatópica; fonologia.

Abstract

The Portuguese language in Angola is a heritage which subordinates itself through the interference of the distinct Bantu languages and different levels of regional intensity between the coastal and interior provinces, where each of the country's regions contribute to different characteristics in oral Portuguese, in accordance with the local language. Therefore, this research paper focuses on the Angolan regional linguistics variations and their implications in Portuguese teaching. Its goal is to expose comparative information of the European and Angolan Portuguese with its focus in the research in Portuguese language through social factors, based on sociolinguistics through the analysis of phonetics and simple and real phonology. The methodology used for this end follows the paths of a field research, based on what the natives really say, where the information is given by Angolan speakers. We aim to establish the social stratification factors like gender, age, level of instruction and origin, as conditioning elements for the variation factors. The analysis is qualitative, using a series of descriptive information of the facts and phenomena, through observation, was applied on a sample of 9 interviewees in the city of Covilhã. During these interviews, the goal was to identify the differences produced by the subjects, in order to get a significant number of differences with regard to their social profile, taking into account their social differences, especially phonics of the Bantu languages of each subject. The result of this research paper shows the noticeable presence of national languages in the Portuguese phonic system in various wordy contexts, highlighting interferences.

Keywords: Portuguese language in Angola; diatopic variation; phonology.

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Referencial teórico.....	6
1.1 A geolinguística.....	6
1.2 A sociolinguística	15
1.3 A variação linguística	28
1.3.1 Tipos de variações	32
1.3.2 Regionalismo	39
1.4 Distinção fonética vs fonologia.....	42
Capítulo II: Contacto entre línguas em Angola	47
2.1 Caracterização sociolinguística de Angola.	47
2.2 Caracterização etnolinguística de Angola	65
2.3. Breve análise fonológica das variantes regionais do português falado ...	74
Capítulo III: Trabalho de investigação	78
3.1 Metodologia e instrumentos de recolha de dados	78
3.2 Instrumentos de recolha de dados - entrevista e observação	81
3.3 Caracterização sociolinguística dos informantes	83
3.4 Descrição e análise dos dados recolhidos.....	85
Conclusão	96
Bibliografia.....	100
Anexo 1: ficha técnica	107
Anexo 2: Transcrição das entrevistas	109
Anexo 3: Mapa de grupos etnolinguísticos	111
Anexo 4: Mapa político da República de Angola.....	112
Anexo 5: Roteiro de entrevistas	113

Lista de figuras e abreviaturas

Scr	Sânscrito
Gr	Grego
[]	Representação fonética
//	Representação fonológica
→	Indica (passa para a)
PE	Português europeu
PA	Português de Angola
CPLP	Comunidades de países de língua oficial portuguesa
AFI	Alfabeto fonético internacional
C	Consoante
V	Vogal
IPA	Alfabeto fonético internacional
ALAC	África, literatura, arte e cultura

Introdução

Na realização de qualquer estudo das línguas em Angola devem ser considerados alguns factos marcantes. Inicialmente a soberania de cada região do país era composta por reinos e impérios com línguas próprias e uma identidade cultural que, em conjunto, são denominadas de línguas e culturas bantu. O marco histórico da língua portuguesa em Angola foi o contacto linguístico e cultural, tendo como consequência uma situação de aculturação. Com o fim da colonização, e após a independência, a língua portuguesa perdeu o estatuto de língua do colonizador, passando a ser língua oficial e ao mesmo tempo nacional, com o objetivo de salvaguardar a soberania política (Ferreira, 1988), procurando a sobrevivência dos territórios (Mateus, 2014) e para evitar compreensíveis barreiras linguísticas (Elia, 1987). Assim se apresenta a história linguística a partir dos primeiros contactos com os portugueses no século XVI, o que ajuda a explicar atualmente a variação do português falado.

Estes factos, que assistiram à integração do português, são os que ajudam, ao mesmo tempo, a explicar as variações regionais da mesma, mas a história que sobressai da situação linguística após 500 anos de colonialismo é “o mito da presença multissecular” da língua portuguesa em Angola, desvirtuando as gritantes evidências que o período pós-independência revelou com a declaração do português como língua oficial (Pélissier, 1986, p. 18).

Não se pode negar que a variação do português decorre, lado a lado, com a valorização das línguas nacionais e com a sua oficialização num contexto onde o acesso à instrução e aos meios para a transmissão da norma-padrão da língua portuguesa foi sempre deficitário, levando a mudanças consideráveis do português que foi sempre influenciada, há séculos, por vários aspectos e pela estrutura linguística das línguas bantu.

As diversas regiões que compõem este país, com uma extensão territorial de 1.246.700 km², justificam a adoção do português para o estatuto de língua-oficial. Mas, após mais de 40 anos de independência, uma das questões com que o país se debate é o ensino do português, o que se encontra, hoje, afastado da norma-padrão do português de Portugal.

Uma vez que as opções políticas conferem a oficialização da língua portuguesa para a escolarização dentro de um país linguisticamente heterogéneo, este foi o facto explícito que motivou a realização deste trabalho, sob o título “Variação linguística em Angola - Implicações no ensino do português”. É preciso elencar que o tema resulta do conhecimento explícito de diversos factos de cariz nível sociodemográfico no que diz respeito ao desempenho linguístico, em contexto de comunicação formal ou informal, o que de facto revela que o comportamento linguístico reflete um conjunto de inter-relações socioculturais na linguagem e no pensamento, através do intercâmbio social, o que permite uma análise da causa.

O objetivo que se pretende alcançar é perceber as reais particularidades do português falado por angolanos e quais são as interferências das línguas regionais e nacionais a nível fonético e fonológico perante a realidade europeia.

A conceção da realidade foi o que deu lugar às hipóteses de Benjamin L. Whorf (2012), na sua visão sobre o mundo dos falantes enquanto sujeitos. Para o autor, a realidade é determinada pela estrutura da sua língua e sob determinadas particularidades que se encontram culturalmente formuladas, através das quais os falantes constroem o seu conhecimento do mundo.

A propósito deste assunto, Yaguello (1990) explica que:

com efeito, pode-se pensar que a língua reflete determinadas categorias de pensamento ou determinados factos socioculturais, na medida em que ela os mantém e impõe; mas a língua também muda sob a influência de fatores sociais e não só sob o efeito de uma lógica interna, que deve à sociedade. (p-90)

Com base nesta reflexão fomos motivados a desenvolver este trabalho, porque este é um dos pressupostos essenciais que demonstra as reflexões da heterogeneidade na relação da realidade linguística de Angola conceituada, sobretudo, na herança colonial, mas é importante identificar as diferenças não só da língua, mas do sistema linguístico do português que é o oposto das línguas bantu situadas em todo espaço angolano.

Para o desenrolar do trabalho, foi necessário elaborar, cuidadosamente, um roteiro para entrevistar os falantes nativos e, a este propósito, tratou-se de falantes angolanos residentes na Covilhã. Através desta intenção empregou-se uma metodologia que favorecesse encontrar marcas de variação fonética e fonológica. Os angolanos selecionados posteriormente foram submetidos, de modo equitativo, aos mesmos métodos, o que permitiu compor um *corpus* bastante significativo de itens lexicais da língua portuguesa isolados, mas não exclusivos. Foram conduzidas entrevistas, posteriormente transcritas foneticamente e analisadas.

Destaca-se ainda que a forma de obtenção de dados orais para o conhecimento da variação linguística permite identificar formas de diversidade da língua falada em cada local onde haja falantes do português, um papel também executado, de forma irrepreensível, pelos principais estudos geolinguísticos, uma modalidade de pesquisa e de análise que durante a história dos estudos da língua em Portugal teve como objeto de estudo as diferenças de linguagem regional.

Considerando que as diferenças regionais entre o modo como se fala numa região em relação a outra poderão ser entendidas tendo em vista o lugar, assume-se que a cultura, a origem das pessoas e o nível de escolaridade são alguns critérios a ter em consideração no momento de aferir as diferenças locais. Este tem sido um campo de estudo muito vasto, que desperta o interesse de distintos investigadores desde o início do estudo nesta área, onde se destacam nomes como Lindley Cintra (1995) e Xavier e Mateus (1990).

Por outro lado, estamos diante de uma abordagem social focalizada na sonoridade da língua, fundamentada em motivadores sociais, pelo que esta investigação, e a sua respetiva análise, é voltada para a sociolinguística, de carácter interdisciplinar, abordando a língua nos

seus princípios metodológicos como sendo um sistema heterogéneo, suscetível à mudança e a variações que, tendencialmente, dependem de escolhas linguísticas. Estas últimas relacionam-se com características sociais dos falantes, sendo a variação fónica estimulada e motivada por variações sociais, o que, numa perspetiva social, permite compreender os fenómenos linguísticos.

Subjacente às demais escolhas teóricas, é oferecida a grande contribuição da etnolinguística, concorrendo para o estudo da variação fonológica pela interseção linguística com diferentes valores socioculturais, como uma ramificação sociológica entre a língua e os povos.

Acrescenta-se que a abordagem cultural nas línguas expressa a carga semântica na conceção do mundo que se conhece através da cultura (Willems, 1970); dedica-se às relações linguísticas de cariz cultural (Velarde, 2008); serve o propósito de organizar a fala e os atos de fala em situações de discurso reproduzindo o sistema cultural (Gramadi, 1983), constituindo pareceres complementares da relação entre a língua, cultura e a sociedade.

Considera-se que, para um entendimento da produção dos sons, a fonologia da língua portuguesa procura mostrar que os sons são critérios individuais e coletivos de um saber linguístico que o falante detém, que permite reconhecer a exteriorização sonora possível e comparar com outras da mesma língua.

No entanto, os estudos linguísticos passaram por vários períodos, por isso encontram-se muitas descrições generalistas dentro daquilo a que se chama linguística tradicional. Este facto salienta que a relação entre o aspeto fonético da fala e o significado não havia sido especificado nem explorado amplamente. Vigotski (1996) refere que:

Acreditamos que os últimos e importantes avanços na área da linguística devem-se, em grande parte, às alterações no método de análise empregado no estudo da fala. A linguística tradicional, que considera o som como um elemento independente a fala, usava o som isolado como unidade de análise. A linguística moderna utiliza o fonema, a menor unidade fonética indivisível que afeta o significado, característica, portanto, da fala humana, enquanto distinta de outros sons (p.6).

Atualmente reconhecem-se as vantagens concretas dos métodos de análise das línguas através dos sons, unidades fónicas distintas de cada comunidade linguística, em relação à linguagem e ao pensamento verbal quando se encontram ligados a uma cultura diferente.

No presente trabalho, cada etapa permitiu fazer uma escolha de sequências, de modo a que os passos subsequentes não alterassem o resultado da análise. O estudo aqui apresentado estrutura-se em três capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado “Referencial teórico” são apresentados conceitos essenciais à operacionalização do estudo de investigação, mais concretamente, na secção 1.1) “Geolinguística” elencam-se os princípios que a norteiam, uma área que possibilita estudar a

língua no espaço no panorama social, bem como a sua metodologia, permitindo saber quais são as suas especificidades e os objetivos que se propõe alcançar com os estudos diferenciais da linguagem verbal, como ciência destinada à recolha e cartografagem de particularidades das variedades regionais de uma língua. Segue-se a secção 1.2) “Sociolinguística”, onde é colocado em destaque o facto de a Sociolinguística reconhecer a relação entre factos linguísticos inerentes às diferenças na linguagem e as suas variações, associadas às dinâmicas dos falantes na consolidação de relações sociais heterogéneas.

Na secção 1.3) “Variação linguística” discorre-se sobre a forma como a sociedade está sujeita a mudanças e transformações, as quais dependem intrinsecamente do meio ambiente e social de cada grupo, pois a língua acompanha as dinâmicas de cada geração, no tempo e no espaço. Esta secção apresenta 2 subsecções: 1.3.1) “Tipos de variações” e 1.3.2) “Regionalismos”. Na subsecção 1.3.1) explanam-se os três critérios de descrição da variação, mais propriamente, o critério diatópico que diz respeito ao modo como a língua é usada em determinado lugar, o critério diastrático que se refere ao uso de uma língua por diferentes camadas sociais e, em terceiro lugar, o critério diafásico, o qual tem em vista a situação discursiva dos falantes. Na secção 1.3.2) “Regionalismo” são expostas especificidades internas e geográficas da língua, explicadas por meio de estudos diatópicos, integrados no objeto de estudo da dialetologia.

O segundo capítulo “Contacto entre línguas em Angola” discorre-se sobre o contexto histórico inerente ao contacto do português com as línguas angolanas. Neste capítulo faz-se a caracterização sociolinguística de Angola secção 2.1) onde se procura contribuir para a realização do real retrato das relações entre língua e sociedade, sublinhando as condicionantes sociais existentes na organização linguística do país, as diferenças significativas entre os falantes, o fenómeno da heterogeneidade resultante do plurilinguismo e as suas causas.

Na secção 2.2) “Caraterização etnolinguística” abordam-se os vários grupos etnolinguísticos de Angola e procurar-se compreender a integração da língua portuguesa no mosaico etnológico e etnográfico. Este capítulo termina com a secção 2.3) “Breve análise fonológica das variações regionais do português falado, onde se destacam alguns exemplos da influência das línguas regionais, a nível fónico, na língua portuguesa.

O terceiro e último capítulo intitula-se “Trabalho de investigação” e divide-se em três secções: 3.1) “Metodologia e instrumento de recolha de dados” onde são apresentados os passos percorridos para a composição do corpus e posterior análise, apresentam-se os métodos usados, a dimensão, estrutura e o tipo de entrevistas. Segue-se a secção 3.2) “Caraterização dos informantes”, no qual é apresentado o perfil sociolinguístico e, por fim, secção 3.3) “Descrição e análise dos dados recolhidos”, onde são expostos os resultados das entrevistas, divididos de acordo com o perfil sociolinguístico dos informantes.

O trabalho encerra com a apresentação de conclusões relativas à língua, às dimensões

das variações e aos fatores que contribuem para as inúmeras alterações fonéticas e fonológicas do português em comunidades angolanas, tendo em consideração as especificidades sociais, regionais e etnolinguísticas do território.

Capítulo I - Referencial teórico

1.1 A geolinguística

A apresentação da geolinguística possibilita trazer à colação os principais conceitos que a norteiam, possibilitando uma abordagem a algumas das motivações em torno dessa ciência, a sua nomenclatura e o seu surgimento dentro da família das ciências da linguagem. Esta torna-se indispensável no panorama das ciências sociais, focalizando-se no espaço onde os contactos linguísticos são exercidos pelos sujeitos, empreendendo grandes esforços e dedicação aos estudos espaciais na localização das variações da língua, bem como à mobilidade espacial dos falantes.

Por outro lado, a geolinguística também pode ser denominada por geografia da linguagem, sendo uma área ligada às ciências sociais. O termo “geolinguística” resulta da aglutinação dos termos geografia e linguística: uma descreve a terra, e a outra as línguas. Pela mobilidade demográfica da língua, o fator social revela-se central à geolinguística, a qual procura delimitar os seus estudos do ponto de vista territorial, dentro dos limites internos, e quiçá externos, para dar explicações científicas sobre os dialetos ou sobre uma determinada língua-padrão em situação dialetal, em determinadas regiões de um estado.

Acredita-se que, em todos os estudos acerca da língua portuguesa em Angola, a problemática da diversidade espacial (de província a província) evidencia uma divisão dos fenómenos que se prolongam pela complexidade territorial do país. Saussure (1995) foi categórico ao afirmar que a geografia de um país “[...] é o fator mais comum de diversidade linguística” (p. 318). Uma abordagem à língua com base na geolinguística permitirá detetar variações desconhecidas e aprofundar as que já são conhecidas, possibilitando a realização de estudos que viabilizem a compreensão dos fenómenos e que possibilitem uma investigação regional da língua portuguesa com cientificidade.

Existem estudos que apontam que a geolinguística terá nascido das pesquisas da gramática comparada, a qual, comparando dialetos entre si, se centrou no desenvolvimento dialetal das línguas. De acordo com Dubois e os seus colaboradores (2014), “[l]ogo desde seu nascimento, a geolinguística tentou estabelecer, o que justifica o seu nome, mapas linguísticos reagrupados em atlas linguísticos” (p. 283). Ao fazer-se a transposição de mapas linguísticos para atlas linguísticos isto significa que as pesquisas dos dialetos em si é um estudo de campo e o rigor dos dados e a sua precisão permiti com exatidão a localização dos fenómenos de modo abrangente num atlas sendo que este último é o mais geral em relação o mapa que é restrito a uma dada região, mas na discrição ambos determinam os estudos das variações diatópicas.

A dispersão e a divisão das línguas por diferentes nações foi sempre motivada por filosofias políticas e ideologias por parte dos que possuíam determinadas políticas para as

línguas, querendo impor aquela que se acreditava estar num estágio superior. Por isto mesmo, o termo geolinguística é de cunho espacial, segundo Armand Cuvillier (1956), pois para além de ser legítimo, o termo não deixa de ser um vocábulo filosófico ligado à descrição de toda a problemática social no espaço, visando explicar a variação espacial da linguagem humana por meio do conhecimento de vários fenómenos dentro do espaço social. Cuvillier (1956) afirma que este é o:

[...] estudo descritivo e explicativo, racional, científico, [...], do ponto de vista físico, etnográfico, político e económico. O inverso da linguística que é, uma ciência social, o fim último desta, estudar a linguagem humana ou seja “tem um mesmo objetivo que é a descrição do fenómeno linguagem, [...] (p. 90).

Nesta perspetiva, o campo da geografia social aliado à linguística, numa aglutinação, realça uma área que localiza e estuda todos os fenómenos variáveis que dizem respeito a uma determinada circunscrição regional, descrevendo a linguagem.

Historicamente, a geolinguística, como ciência destinada à recolha e cartografia de particularidades das variedades regionais de uma língua, terá começado com o linguista alemão Georg Wenker quando, em 1881, fez a “transposição para um mapa das diversas respostas obtidas para uma pergunta dada visualiza as variações geográficas da língua” (Dubois, et. al., 2015, p. 283). Não se deve descartar que, ainda hoje, os problemas das línguas no espaço geográfico continuam, porque os estudos de Wenker, em localizar e mapear as variações diatópicas, ajudaram a sociolinguística a postular que uma língua comum pode encontrar-se diferenciada no mesmo espaço geográfico e por regiões.

É do nosso pleno conhecimento que todos os estados soberanos possuem limites geográficos, o que coloca em destaque a procura de estudos geolinguísticos, um género de estudos onde os pesquisadores percorrem o país, até aos limites fronteiriços, registando todos os traços da língua, e, se for possível, recolher dados por meio do censo, para obter estatísticas sobre as variedades encontradas, dentro da fala e da língua numa determinada região. Dubois e os seus colaboradores (2014) observam que geolinguística “permite saber a proeminência de algumas palavras, comparar foneticamente as expressões do sul com as do norte” (p. 285), e isto implica, obrigatoriamente, em termos gerais, um acompanhamento que, posteriormente, nos revelará a diferenciação dos sujeitos a nível humano, vista dentro da variação diatópica, isto é, em termos sociais e espaciais de uma determinada língua veicular.

A esta parte, a abordagem que se impõe, de modo paralelo, faz-nos compreender quais são as questões envolventes que estão na origem e quais os conceitos atribuídos a essa área de pesquisa, envolvendo a geolinguística, as premissas da mesma hoje indispensáveis dentro da heterogeneidade da linguística variacionista que o mundo vivencia.

Neste sentido, a abordagem que se impõe foi registada quando o alemão Georg Wenker, considerado o seu pioneiro, fez a publicação dos inquéritos das regiões Norte e

centro e as respostas obtidas resultaram numa “transposição para um mapa das diversas respostas obtidas para cada pergunta dada, visualizando as variações geográficas da língua”

(Dubois, et. al., 2014, p. 283). Estas respostas foram então organizadas em seis mapas, sinalizando cada ponto de proveniência e, mais tarde, viriam a constituir os primeiros elementos de um atlas linguístico. Eis a razão de se atribuir de forma categórica a originalidade da geolinguística, associando-a ao trabalho seminal de Wenker, desenvolvido em regiões alemãs, em 1881.

A geografia linguística só surgiu no século XIX iniciada na Alemanha por Georg Wenker em 1876 com aplicação de questionários completos posteriormente publicados com o título *Sprachatlas des Deutschen Reichs* (1881), e na França em 1896, sob a coordenação de Jules Gilliéron [...] (Guimarães, 2012, p.125).

Observa-se em Elia (1987), aludindo a este propósito, os feitos e a importância inaugural dos estudos de Gilliéron, e o grande impulso que este deu aos estudos em geolinguística quando introduz as comunidades, especialmente europeias, que estavam interessadas em estudar as línguas dos seus países. O mesmo autor destaca a abertura do primeiro atlas de linguística francesa, indicando que o mesmo foi “[i]naugurado pelo linguista franco-suíço Jules Gilliéron (*O atlas linguistique de la France* publicou-se de 1902 a 1910)” (p.149). Os estudos na altura foram de cunho dialetal, pois muitos países multilingues procuravam um estudo completo dos dialetos que estavam circunscritos nos seus respetivos territórios. Deve saber-se que a geolinguística apoia-se no presente, não no passado, para que o seu objeto de estudo seja a língua oral equiparada à escrita nos trabalhos linguísticos de pesquisas dialetal.

Perrot (1998) enfatiza o reconhecimento de Gilliéron por parte da comunidade de linguistas em todo o mundo, afirmando que “o primeiro *Atlas Linguistique de France*, feito por Gilliéron e Edmont (1900-1912), [...] impulsionou a geografia linguística” (p. 26). Houve nesta fase uma preocupação com as diferenças linguísticas a nível interno em França, que fez com que a geolinguística fosse impulsionada e, dando a primazia a Gilliéron e Edmont para a definição da cartografia das línguas que viria a ser um modelo para o mapeamento da língua portuguesa em Portugal.

Igualmente, os dialetos devem ser considerados como particularidades para o português. Como se vê, há variadíssimas possibilidades por causa da diferenciação em zonas circunscritas ao interior do país, uma realidade constatada em Portugal e em Angola, e os demais países de língua oficial portuguesa.

Por meio de um estudo dirigido pela geolinguística será possível mapear e explicar se um determinado dialeto o é pelas características apresentadas, consoante os vários critérios de investigação dialetal que podem ser aplicados, e se pertence ao centro ou ao sul do país, por exemplo. Sobre este tema, ter-se-á pronunciado Saussure (1995) ao afirmar que:

A investigação dos caracteres dialetais foi o ponto de partida para os trabalhos de cartografia dialetal, por cujo modelo é o Atlas Linguístico da França, de Jules Gilliéron e de Edmont Edmond; a primeira tentativa foi, contudo, a de G. Wenker para a Alemanha. A forma do Atlas é a mais indicada, por que se é obrigado a estudar o país região por região, e para cada uma delas uma carta só pode registar um pequeno número de caracteres dialetais [...] (p. 332).

Após levar a cabo uma investigação dialetal, compete fazer um estudo metodológico comparativo que irá levar-nos, obrigatoriamente, ao registo dos dados, indicando a sua localização na cartografia linguística, de maneira que cada informação sobre uma língua regional seja associada à região onde foi localizada para várias consultas e análises futuras.

No caso de a língua vir a registar as mesmas variações, através de outros estudos, ou no caso de se dar entrada de novos termos na mesma região (que possam ter a mesma matriz, por razões evolutivas ou condicionadas pela dinâmica da própria língua), o facto de já existir um registo de dados é muito importante para os linguistas, os quais poderão determinar outros fatores em torno de novos fenómenos detetados.

Os estudos geolinguísticos centram-se no espaço e procuram dar resposta e explicações para uma determinada língua no tempo. O fator tempo é absolutamente necessário, porque, no princípio, a definição era somente diacrónica. De acordo com Elia (1987), “[n]ão se partiu de um conceito de dialeto, procuraram-se no espaço geográfico as explicações diacrónicas para as quais o método histórico-comparativo recorrerá apenas ao espaço-tempo” (p. 149). Esta noção é justificável nos pressupostos da teoria Saussuriana, onde se pode observar que os fenómenos das alterações linguísticas no tempo e no espaço se explicam quando se entende que os elementos de uma língua, todos eles, são suscetíveis de alteração periódicas, de forma considerável, ou seja, “a língua é um rio que corre sem interrupção” (Saussure, 1995, p.233). Tal é verificável quando se trata de estudos histórico-comparativos, como por exemplo no estudo do parentesco do português com as línguas neolatinas (o Espanhol, o Italiano, o Francês e o Romeno), línguas evoluídas do latim vulgar, tida como língua não homogénea, partindo da premissa geográfica, com certo pendor em metodologias de evolução das línguas.

Podemos concluir que o português passou por diversas fases históricas, particularmente as categorias fonéticas, fonológicas, lexicológicas e morfológicas, mas que, a dimensão linguística, social e psicológica era negligenciada. Mounin (1997) afirma que são estas as “possibilidades do método comparativo e da linguística histórica” (p. 105). O método comparativo, iniciado por Friedrich Diez, o autor da “gramática das línguas românicas data de 1836-1838”¹ é uma típica reflexão sobre da linguagem oral pois, traça o conhecimento da escrita comparando os vestígios, as semelhanças e a origem destas, uma hipótese que se

¹ Cf. Saussure, 1995, p. 27.

acredita ser comum na tentativa de encontrar uma língua verificando os empréstimos, o vocabulário e as semelhanças aparentes do vocabulário.

O comparativismo e o historicismo podem ser explicados a partir da linguística estrutural e generativa e das suas correntes contemporâneas. A linguística estrutural e a linguística generativa, que segundo Charlier (1977) são “as duas correntes marcantes da linguística contemporânea” (p.28), norteiam incontornavelmente os vários estudos, nas quais a língua é vista e retratada como algo físico, submetendo-a a muitas leis de evolução, principalmente as leis fonéticas. Importa aqui referir que o estruturalismo foi denotado por uma questão descritiva, no qual a linguagem é vista instintivamente como expressão do pensamento: o nativo consegue exteriorizar a partir do seu enunciado oral a nível do seu dialeto local. Por seu turno, a linguística generativa observaria o saber do sujeito falante, no que tange à sua capacidade oral específica, das formas combinatórias para formular enunciados gramaticais.

A linguagem seria para os estruturalistas uma estrutura que deveria ser estudada da forma como se apresenta, não afastada do sujeito, de maneira que o estudo de todos os factos que envolvem a linguagem seja sincrónico e não diacrónico. Segundo Baylon & Fabre (1979b), ao procurar descrever uma língua, o estruturalismo visa “descrever o conjunto de opções que pode fazer aquele que fala essa língua e que são reconhecidas por aquele que a compreende”. Já os generativistas vêem-na como algo que “distingue entre saber linguístico, inato, que toda gente possui por si próprio, a competência e a performance” (p. 111-112). A corrente estruturalista, que ramifica a generativa, marcou o período crítico das ciências da linguagem. A primeira descreve a estrutura linguística, a segunda descreve a problemática do falante, isto é, as regras que deve pôr em prática a nível do seu discurso oral.

Por outro lado, na atualidade, há outros métodos funcionais que ajudam a estudar a historicidade linguística numa determina zona geográfica, justificando os fenómenos espaciais da língua, e o estado atual da mesma. A sua fundamentação pode consistir em muitas regras e rácios tecnológicos para que se conduza um estudo das línguas ao nível das variações dialetais ou regionais, isto é, no interior de um mesmo idioma, como por exemplo o caso da língua portuguesa em Portugal, onde se podem falar dialetos. Com um único idioma, a geolinguística encontra razões específicas para outros fenómenos que podem estar a ocorrer em outras partes do país. Tudo indica que as comunidades e as suas vivências são todas realizadas dentro do espaço social do mesmo território ou fora dele, fazendo com que a língua se diversifique, variando de região para região.

A realidade dos dialetos e o seu estudo é necessário quando se traduz em estudos diacrónicos e o método histórico-comparativo, como o próprio termo nos indica, vai encarregar-se de comparar a vida das línguas e construir todos os factos a partir de métodos que a própria geolinguística formula dentro das competências de investigação comparando cada fenómeno, pois “[...] a comparação não é mais do que um meio, um método, para reconstruir os factos” (Saussure, 1995, p. 26). Porém, no momento, o método histórico-comparativo foi um dos modelos que se mostrou necessário e mais adequado para os

estudos da geolinguística. Este método permite indagar e descrever a historicidade linguística de uma determinada região geográfica de um país, conduzir à “[...] história de todas as línguas, [...] o que leva a fazer a história das famílias das línguas e a reconstruir, na medida do possível, as línguas mães de cada família” (p.29). O método torna-se útil em geolinguística porque possibilita documentar as línguas da mesma matriz, com o objetivo de demonstrar o possível léxico original, num dado estado da língua, como um elemento sujeito a um determinado processo histórico que busca encontrar o parentesco linguístico, famílias de línguas, podendo comparar-se as várias formas linguísticas.

O método histórico-comparativo mantém princípios sugestivos de uma língua primitiva que tem relações evolutivas com as demais, com géneros linguísticos como protolínguas, famílias indo-europeias, sugerindo a evolução de línguas primeiras, como por exemplo no caso da latinização, onde se regista a passagem e influência entre latim vulgar, latim clássico, português arcaico, medieval, até ao português moderno. Camara (1989) mostra-nos em que consiste o método comparativo neste exemplo: “Scr. Pitá, Gr. Patēr, Lat. Pater”² (p.37). Será a partir desta classificação que o linguista terá a tarefa de lidar com as múltiplas evoluções das línguas, sempre com base em determinados critérios científicos. Portanto, no caso do Português, existem muitas cadeias evolutivas sucessivas do latim para a língua portuguesa. Para ilustrar esta afirmação podemos considerar o seguinte exemplo, retirado do mesmo autor: “do lat. Lŭpos para lopus e finalmente lobos relacionando-se sincronicamente, elo a elo com a cadeia Lŭpu (m), lopo, lobo” (p.41). Esta é, assim, a matriz tipológica que refere a raiz de muitos vocábulos utilizados, e que atualmente encontramos na língua portuguesa, ou seja, no português moderno.

Nesta ótica, a geolinguística descreve os fenómenos da língua, recorrendo a factos que não se encontram registados na língua que é o seu objeto de estudo, ou seja, são externos à língua. É por esta razão que Mattoso Camara (1989) recorre aos factos que se encontram fora da língua, para dizer que para as classificações “extralinguísticas apenas é, até certo ponto pertinente a classificação geográfica, que reúne as línguas pelas áreas geográficas porque se distribuem” (p.311). Em última análise, a classificação geográfica da língua é suscetível de encontrar traços gerais no fenómeno da difusão em certas estruturas das línguas essencialmente distintas geograficamente em determinadas áreas.

Acreditamos que a formulação do termo diacrónico foi inaugurada por Ferdinand de Saussure (1995), em oposição à sincronia. O autor insistiu na tese de que, na mudança das línguas, os factos mais importantes são espaciais e temporais e que a “diversidade geográfica deve ser traduzida em diversidade temporal” (p. 326). O “pai” da linguística moderna aludiu à diacronia como um mecanismo catalisador da diversidade temporal, destacando as razões evidenciais que a tornam num fenómeno maleável, conduzindo a que a diferenciação não exclua a diversidade do espaço e do tempo das línguas.

² A abreviação acima se tratam das línguas indo-europeias: sânscrito, grego e latim.

Pensamos que o atlas de Wenker, como qualquer estudo pioneiro, necessitaria de ser aperfeiçoado. É assim que, em França, a investigação realizada por Jules Gilliéron e Edmond Edmont supera alguns desses defeitos³ Dubois et al., (2014). Pode afirmar-se que a geografia linguística, ou geolinguística, conquistou território como disciplina que haveria de se focalizar intrinsecamente na variação linguística no espaço e que conceberia o seu próprio campo concetual. Outrossim, geolinguística é um termo relacionado com a dialetologia e a sociolinguística, e que se adentra na classificação como uma área da sociolinguística. Xavier & Mateus (1990) encontram uma relação social entre a geolinguística e a sociolinguística ao estabelecerem que a “[g]eolinguística é um termo relacionado com a dialetologia e a sociolinguística, mas é classificado como área da sociolinguística” (p.191-192). É uma associação que entendemos que pode estar diretamente ligada a sociolinguística, porque ambas são disciplinas que, no âmbito da linguística, encontram o foco dos seus estudos direcionados para problemáticas sociais, como o caso específico da linguagem humana.

Em contexto regional, provavelmente, havendo especificidades dialetais locais ou um linguajar local, é “a dialetologia que se encarrega de estudar um falar local, ou se trate de recolher dados para a elaboração de um atlas linguístico, que é um grande instrumento da linguística moderna” (Cintra, 1995, p.10). A dialetologia, a par da geolinguística, ocupa-se da variação dialetal, usa métodos próprios para estudar as línguas enquanto consideradas vivas, mas estabelece-se uma diferenciação com a geolinguística, pois esta estuda a variação a um nível mais elevado, procurando, em cada área mapeada, informações originais da língua. A sua pertinência é justificável pelo caráter descritivo da mesma, pelas problemáticas geográficas da linguagem, enquanto o assunto for a localização no terreno, dando grande suporte à sociolinguística variacional.

Pensa-se que outras ciências da linguagem encontram apoio na geolinguística, dando suporte aos seus trabalhos de campo, para justificarem termos linguísticos de origem regional ou geográfica, como a terminologia e a etimologia, ou por verem, simplesmente, nos dialetos regionais um falar considerado autónomo, considerando que para manter essa autonomia devem ser registados os locais onde são detetados os fenómenos linguísticos de natureza regional.

Por este motivo, em determinadas zonas geográficas são feitos os estudos de uma dada variedade da língua. De acordo com Dubois e os seus colaboradores (2014), esta área consiste no “[...] estudo das variações na utilização da língua por indivíduos ou grupos sociais de origem geográficas diferentes” (p. 285). Na prática, não podemos realizar um estudo que envolva diversos grupos sociais sem os dados da geolinguística, pois só através de um rigoroso mapeamento será viável a localização de todos os fenómenos que se almeja averiguar. Entende-se que, ao se mapearem as zonas territoriais, o fim último de qualquer estudo será localizar variações características das línguas regionais, as variações da língua por indivíduos ou grupos sociais, pelo que será conveniente que não estejam fora dos limites geográficos do

³ Os trabalhos destes dois autores foi um momento estimável para geografia linguística onde a experiência tinha sido aproveitada por outros países onde se procederam estudos do género.

país, isto é, se nos propusermos realizar um estudo geolinguístico de Angola, dever-se-á mapear unicamente todas as variações sociais e espaciais ligadas aos utilizadores da língua portuguesa dentro do espaço angolano, a fim de ser mais específico.

A ligação intrínseca da linguística com questões de ordem espacial é inevitável, porque uma das maneiras de nos apercebermos de muitos fenómenos é o entrelaçar da língua com o espaço social. Temos que compreender que todas as relações sociais ocorrem definitivamente num espaço, pela mobilidade dos falantes, e distribui-se por diversos lugares. Santos (2003) afirma que a “imbricação dos fatores sócio e geolinguísticos motiva a proposta de disciplinas mistas, no âmbito das quais muito dificilmente se aceita que a variação diatópica seja analisada independentemente dos outros fatores de diversificação linguística” (p.42). Todos os estudos que têm a envolvimento de factos sociais tornam-se impossíveis sem a imbricação de outras áreas sociais, porque ao se propor um estudo de geolinguística para qualquer região angolana, teremos que ir ao encontro de disciplinas que têm uma envolvimento intrínseca com a sociedade, como é o caso da sociologia da linguagem, da psicolinguística, da sociolinguística, e outras. Portanto, todas elas compõem o feixe das ciências da linguagem. Independentemente dos objetivos específicos que cada uma acarreta, poderão partilhar dados para a compreensão de fatores sociais que envolvem a diversidade linguística.

Pesamos que o exposto acima é um tema que não deixa de ser unânime, pois é quase nula a possibilidade de realizar unicamente um estudo geográfico da língua, porque nos levará a questionar se é viável um estudo linguístico com uma base exclusiva nos fatores de ordem geográfica do país. A resposta poderá ser negativa. Concordando com Aitchison (1993), tal abordagem poderá conduzir a uma interpretação redutora e insuficiente, uma vez que “[u]ma definição geográfica de uma língua poderia separar o português que se fala em Lisboa do português que se fala em Coimbra” (p.121). Sem a linguística, ciência especializada em matéria das línguas, teríamos um estudo geopolítico e não geolinguístico.

A imbricação de ambas (geografia/linguística) tem dado resultados positivos na compreensão e investigação científica dos fenómenos da variação das línguas no espaço, quando o assunto é a política linguística de um determinado país.

Pensa-se que na perspetiva linguística é justificável que os estudos nesta área estabelecem o seu objeto de estudo oralidade, naturalmente focalizada na pesquisa dos dialetos regionais. Porém, segundo Xavier e Mateus (1990), “a variação no espaço é objeto de estudo da geografia linguística e da dialetologia” (p.392). A esta variação espacial da língua poderemos associar também a variação diacrónica postulada por Saussure, como salientámos nas páginas anteriores, em termos comparativos ou históricos.

Nos estudos levados a cabo pela geolinguística, a sua aplicação tem sido feita, na maioria, por meio de inquéritos que, posteriormente, são analisados. Todos os factos regionais serão localizados dentro de um mapa político-administrativo, sinalizando criteriosamente cada região, de maneira a que o dialeto ou o linguajar típico de cada região fique registado, se possível comparando com outros registos encontrados em outros pontos do país, se a língua em causa for transfronteiriça.

É um trabalho que tem ajudado muito os linguistas a encontrar diferenças entre variações linguísticas regionais, que podem abranger a fala de uma parte do país, trazendo o conhecimento sobre as problemáticas fonéticas, fonológicas e outros fenómenos em torno da língua. Após serem comprovados, os dados serão compilados e reunidos num mapa etnolinguístico ou num atlas linguístico.

Atribui-se também a importância dos estudos de geolinguística ao neerlandês Joseph Schrijnen, professor de linguística comparativa e geral das línguas indo-germânicas. Seria ele o autor do aprofundamento dos estudos de geolinguística, quando procurava examinar muitas zonas que lhe permitissem reconstruir a nomenclatura histórica do vocabular francês. Perrot (1998) afirma:

Os estudos de geolinguística alcançaram tanta importância que J. Schrijnen, em 1933, fez uma primeira recensão em *Bibliographie de géographie linguistique*. Em França trabalha-se num novo atlas, subdividido em atlas regionais para a obtenção do seu aumento sensivelmente a densidade dos pontos de inquérito. Aparecem assim as áreas dos diferentes factos linguísticos que foram objeto de inquéritos: factos fonéticos, morfológicos, sintáticos ou lexicais (p. 26).

A grande importância da geolinguística está, no que diz respeito à existência do português falado em Angola ou variedade angolana, na atribuição da sociedade, caracterizada pelas línguas nativas, ou bantu, que caracterizam o falar regional e que se estendem por todo o território nacional, coexistindo com o português há anos. Em virtude disto, encontramos perante um outro fenómeno linguístico apelidado de isoglossa. Elia (1987) precisa que “[q]uando as isoglossas se adensam em determinada parte de um território, esse facto caracteriza o modo de falar dessa região. Daí a definição de dialeto derivado dos estudos geográficos (ou seja) o dialeto é um feixe de isoglossas” (p.149). As isoglossas verificam-se no território angolano como linhas que marcam um leque de pronúncias e timbres em cada região do país. Por exemplo, a pronúncia de quem se encontra no extremo nordeste poderá ser tónica em relação à do leste, com tendência a ser surda.

A comparação pode ser estabelecida foneticamente, o falante de Cabinda, pronuncia /ɔ/ aberto como /o/ fechado. Por exemplo, numa frase como “O sol está lindo hoje”, mas na pronúncia regional poderá dizer “O sul está lindo hoje”. Quem vive na região leste poderá pronunciar a vogal semifechada /e/, ou usar a vogal fechada /i/ ao pronunciar “pelo”, podendo resultar em “pilo”. São exemplos sugeridos por Martins (2005, p.77) na classificação que a autora atribui foneticamente a descrição da língua portuguesa.

Por outro lado, Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015), ao se referirem a *fonemática e grafémica*, apelidam essa variação de alofones, o que “quer dizer que um fonema pode ter diferentes tipos de realização fonética”, consistindo na “neutralização de um traço distintivo [...] não marcado” (p. 89-90). Quando os grupos sociais se encontram localizados num determinado espaço, as variações linguísticas que poderemos ter em consideração serão

sempre sociais, porque os sujeitos, além de pertencerem à mesma zona, nordeste ou leste, localizam-se, geograficamente, no mesmo espaço, ou país.

Por outro lado, Camara (1989), a respeito dos alofones ou variantes posicionais, teoriza-os a partir dos traços distintivos, nas articulações de efeitos acústicos distintivos que variam de indivíduo para indivíduo a nível vocabular, dependentes do ambiente espacial onde os mesmos se localizam. Como refere o autor, “[p]or um lado, nas diversas ocorrências do ‘discurso’ de indivíduo para indivíduo, a articulação de cada fonema da língua não apresenta uma absoluta uniformidade” (p. 60). Estes fenómenos ocorrem precisamente porque é notório, por vezes, do ponto de vista fonético, a área que corresponde à face superficial da língua, a fonética e fonologia, onde principalmente são notórias as variações geográficas do falante comum, o qual não se apercebe destes traços porque não interferem na identificação dos vocábulos linguísticos, mas criam interferências discursivas.

No que diz respeito à língua portuguesa, temos algumas características de fonemas onde se podem localizar alofones. Por exemplo, nos traços fonéticos teremos a oclusiva bilabial sonora /b/ bala e a oclusiva bilabial não sonora /p/ pala, bote, pote. Por seu turno em termos fonológicos a variação distingue-se pelos sons, por exemplo, bela [bɛl ɐ], bala [bal ɐ]. Estas oposições distintivas, em alguns casos no falante, dentro de um contexto comunicativo, a parte articulatória e a parte acústica, podem ser compreensivas, mas não se exclui a incompreensão em países como Angola onde temos a interferência de outras línguas, diferente de Portugal, um país monolíngue.

Dentro da perspectiva diferencial da geolinguística, o mesmo autor é categórico quando nos diz que uma das causas para as variedades são os distanciamentos sociais dos falantes que, posteriormente, se transformarão em variações lexicais, fonológicas dentro do mesmo sistema linguístico. Neste caso concreto, temos a língua portuguesa em Angola, onde se verificam realizações distintas entre quem vive em Luanda e quem vive no Luena, por exemplo, tanto pelo distanciamento geográfico, como pela influência do bilinguismo existente em cada região do país, confirmando-se esta perspectiva linguística, fonética e fonológica quanto aos traços distintivos de uma região ou de outra.

1.2 A sociolinguística

Com o objetivo de dar a compreender o binómio que o termo sociolinguística compreende, *apriori*, esta postula as suas atividades centradas na relação entre língua e sociedade, dando o seu contributo na responsabilidade basilar da desconstrução ideológica. Desconstruir a razão pela qual a língua, durante muitos séculos, foi associada a ideologias de superioridade populacional, que visava discriminar outras sociedades linguísticas, ou a variedade de uma mesma língua, e mudanças linguísticas dos diferentes grupos sociais, em detrimento das diferenças linguísticas que cada grupo pode apresentar em relação à norma padrão da língua.

Nesta perspetiva, a sociolinguística reconhece que existe uma relação associada aos factos linguísticos inerentes às diferenças na língua e às suas variações. Estas estão diretamente ligadas às dinâmicas dos falantes no que diz respeito ao *status* social, elemento importante na consolidação do convívio nas relações sociais heterogéneas, com uma grande tendência a refletir-se na língua, dentro das inúmeras atividades linguísticas dos falantes em contextos linguísticos e extralinguísticos.

Acredita-se que a relação entre língua e sociedade nunca foi negada, assim como o comportamento social perante a língua, porque, uma das funções, passa por representar o que os sujeitos sentem no seu íntimo por intermédio de palavras. Nas palavras de Ducrot e Todorov (2007), “afirma-se existência de duas entidades [...], linguagem e sociedade, e estuda-se uma através da outra” (p. 75). As duas entidades e o modo como elas são concebidas permitem que denominemos a sociolinguística como o estudo social da linguagem, dentro das variedades sociais de um determinado país, porque, se uma comunidade fosse homogénea, a língua dessa comunidade também seguiria um caminho de homogeneidade linguística, mas muitos estudos comprovam a impossibilidade de tal vir a acontecer.

A sociolinguística é tida como uma ciência aparentemente muito jovem, que surgiu historicamente para contribuir para o estudo sistemático das línguas dentro das sociedades, ao lado de outras teorias linguísticas existentes e já em estado de consolidação e que acabaram por encontrar nela suporte teórico e metodológico. Conceptualmente, sociolinguística refere-se ao estudo da linguagem em relação à sociedade, de forma a interpretarmos melhor as diferentes interações.

Ao longo deste estudo, veremos que a sua relação com a sociedade não significa que haja uma invenção, pelo contrário, ela pode estabelecer uma relação sociocultural entre a língua e a cultura. Mais adiante procederemos à apresentação de algumas teorias linguísticas, das suas escolas, das contradições, dos defensores de cada teoria linguística, aludindo sempre ao binómio linguagem e sociedade no sentido mais restrito.

Há cerca de cinquenta e sete anos, a sociolinguística tornou-se independente, porque apresentava particularidades próprias em relação às demais ciências, que do ponto de vista cronológico eram tidas como pioneiras no estudo da linguagem humana. Num dado contexto histórico, com o surgimento de diversas teorias da linguagem como a sociologia da linguagem e a etnolinguística, segundo Elia (1987, p. 17), o termo “sociolinguística” foi cunhado em 1949 e, de acordo com Dell Hymes (1977, p.193) citado por Elia (1987, p.17), “só se vai tornando corrente na década de sessenta”. Por outro lado, e tal como afirma Elia (1987), quando Saussure definiu a sua “langue” como “une institution sociale” (p. 17), este configurava, já na altura, a estrutura social, pela sua diversidade, como uma característica que traduzia uma mudança pertinente, que acarreta consigo condições que potenciam a transformação da linguagem. De qualquer modo, devemos recordar-nos que até chegar à época de Saussure, os estudos linguísticos haviam passado por diferentes etapas, e uma destas ou, a mais marcante, foi a linguística histórica, na qual, segundo Mounin (1997), “a gramática comparada torna-se realmente estudo da evolução contínua das línguas, ou

linguística histórica” (p.28-29). Só depois da linguística histórica, cerca de trinta anos mais tarde, se dará uma visão renovada sobre a linguagem como instituição social que vai caracterizar a transformação Saussuriana.

A pertinência destes conhecimentos factuais, que nos dão conta dos primórdios dos estudos linguísticos, leva-nos a considerar que a tónica da evolução das línguas foi sempre tema de muitas discussões entre distintas academias do século XIX, tentando dar respostas para as questões colocadas sobre a linguagem humana, segundo o entendimento, as ideologias dos períodos e as ideias que sustentavam.

Nesta abordagem, poderemos aperceber-nos que começava, assim, a formulação da sociolinguística para se tornar, no futuro, uma ciência focada nos estudos sociais das línguas, uma instituição que levaria os estudos linguísticos a um grau mais social. Nesta etapa histórica não devemos esquecer que, de acordo com Elia (1987), foi Antoine Millet, discípulo de Saussure, quem preconizou uma “linguística de base sociológica”, defendendo que “le langue est éminemment un fait social” (p. 18). Millet apontava para a importância de estabelecer bases específicas e de encarar a mudança das línguas como um facto social, através da ligação de duas áreas: a linguística e sociologia.

Sobre este aspeto, Elia (1987) recorda-nos que “a maior influência teria sido os estudos do sociólogo francês Emile Durkheim” (p. 17), nos quais se viria a embasar a sociolinguística, levando-a mais longe nas suas abordagens sociais, pois Durkheim, já em 1931, havia publicado um “artigo em que tratava das relações entre a sociologia com a linguística” (p. 17), destacando a união de factos resultantes de debates filosóficos da época:

Vê-se, em suma, que a langue de Saussure não somente corresponde exatamente ao ‘fait’ de Durkheim, mas ainda que essa língua, meio-psíquica e meio-social, exterior ao indivíduo e existente na consciência coletiva do grupo social, era modelada pelas représentations collectives (Elia, 1987, p. 17-18).

A influência de Durkheim sobre Saussure e sobre a sua “langue” não é unicamente apontada por Sílvio Elia. Também Georges Mounin (1997), por coincidência um dos contemporâneos de Saussure, faz menção na sua célebre obra de linguística *Clefs pour la linguistique*, na versão portuguesa *Introdução à linguística*. Na opinião do autor, o sociólogo tivera de facto influência pelos seus trabalhos, nos quais realizou abordagens e observações à língua como um “fator social”, indiscutivelmente: “Saber em que medida a investigação de Saussure (1857-1913) foi influenciada pela sociologia de Durkheim, na altura ciência de ponta, constitui ainda um problema; mas uma influência difusa é certa” (Mounin, 1997, p. 29)⁴. Na literatura, observa-se ainda a admissão de que “[...], linguistas como Antoine Meillet e

⁴ Note-se que esta influência, se explica pelo legado sociológico de Durkheim, dentro das filosofias sociológicas que, minuciosamente se dedicava a estudar alguns factos sociais em matéria sociológica da época. É a razão para G. Mounin chamar as ideias de Durkheim como uma influência difusa e certa. Pois a sociologia pela sua expansão procurava a interligação entre a linguagem e as estruturas sociais.

Ferdinand Saussure tenham chegado a configurar a língua como um facto social, rigorosamente enquadrado na definição dada por Emile Durkheim, [...]” (Cunha e Cintra, 2000, p.2).

Pela relação que a linguística estabelece com algumas ciências humanas afins, e pelos dados que obtém das mesmas, Cunha e Cintra (2000) reiteram o postulado de Saussure, o qual, tendo acumulado conhecimentos de diferentes áreas das ciências sociais da sua época, declara que “[...] a linguagem é um facto social” (p.2). Os conhecimentos sociais referidos são, precisamente, sociológicos, uma vez que entre sociologia e a sociolinguística as diferenças são mínimas, assim como a própria linguística geral de Saussure parecia ter uma pertença sociológica da organização social ligada entre o uso e o comportamento da linguagem face à sociedade.

Em nosso entender, naquela época, a linguística, indubitavelmente, terá simplesmente criado os limites para cada disciplina estudar os usos da linguagem e os factos sociais, tudo em consequência da problemática linguística envolvendo a sociologia e a sociolinguística. Tudo isto conduziu a que se demarcassem das demais ciências sociais, que também faziam estudos relativos as línguas, como é o caso da filosofia, psicologia, linguística histórica e outras. Garmadi (1983) afirma:

Nada disto favorecia realmente [...] à sociologia da linguagem pretendia utilizar e do discurso como meios a chegar ao conhecimento dos factos sociais e que, para a sua formação, iria utilizar e discutir as descrições e as conclusões da linguística. A sociolinguística pelo contrário, os factos da língua e do discurso permaneciam como único objeto de estudo (p. 18-19).

Foi num jogo ideológico de ciências filosóficas que a sociologia se viu na obrigação de se distinguir e, hoje, paralelamente, esta parece ainda convergir com a sociolinguística, em alguns casos mais pontuais, e pensa-se que em causa estará o objeto de estudo de ambas e a prioridade dada à sociedade, na sua generalidade, como objeto de estudo, isto é, o discurso linguístico como meio de estudar os factos sociais, quando estes pretendem descrever a língua.

Acredita-se que no passado, durante muito tempo, se observou que as ciências sociais detinham conhecimentos que pareciam aceitáveis nas sociedades contemporâneas sobre os princípios linguísticos na vida social, isto através de estudos experimentais feitos numa língua. Por esta razão, a primeira herança de Saussure (1995) foi lançar os alicerces do convívio entre a língua e a sociedade, acima de tudo definir a língua como um facto social sistémico que segue o seu curso interminável e de extrema importância “na vida dos indivíduos e das sociedades” (p. 30). Por entender-se que todas as relações que dizem respeito a vida social e cultural a linguagem é indispensável. É um facto social por que no fundo tudo é psicológico na língua, mesmo as alterações fónicas só ocorrem no meio social e de acordo com o autor, apesar de ser um campo fecundo a linguagem não pode ser dominada por nenhum feudo especialista.

Por outro lado, na atualidade pode dizer-se que os estudos da linguagem falada, quando observada por meios modernos ao serviço da linguística, são feitos com mais precisão e objetividade do que no passado. Esta afirmação não significa que não se reconheça que no passado também houve passos importantes. Perrot (1998) afirma que a “linguagem falada foi observada, no passado, mas sem o rigor necessário” (p. 25), porque se procurava apenas conhecer o fenómeno linguagem, o que levou a que outros conceitos, talvez acontecimentos, intrínsecos à linguagem fossem erradamente compreendidos ou ignorados, até ao surgimento da linguística como área independente.

Em nosso entender, houve ao longo dos anos desdobramentos para que se encontrassem modelos que permitissem aliar paradigmas linguísticos sólidos, por causa da grande necessidade científica das línguas e da sociedade. Mas as abordagens que se impunham eram muito mais filosóficas do que sociais. Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015) apontam que “[j]á na antiguidade se discutiu o tema da relação língua e sociedade. Mas a formação de uma subdisciplina linguística própria, a ‘sociolinguística’, só se consumou com as alterações político-sociais dos anos sessenta e princípios de setenta do século XX” (p.211). Não era possível que o maior meio de comunicação, que é a linguagem humana, ficasse fora das preocupações dos sábios da antiguidade. Eis a razão que leva os autores a afirmar que a língua e a sociedade sempre foram um assunto pertinente desde a antiguidade porque, factualmente, a língua é o marco existencial de qualquer sociedade e muitos grupos sociais na antiguidade deviam a sua existência à língua.

Importa salientar que as circunstâncias que estiveram na base da ascensão da nova disciplina foram, sobretudo, a recusa de métodos que excluía factos sociais dos processos linguísticos, nas designadas ciências sociais, com ideias e métodos puristas e concretos; é o caso da filosofia, da etnografia, da geografia e outras, que após longos anos de domínios, viram os seus métodos refutados por vários autores. Estas contestações fizeram com que surgisse, progressivamente, a reafirmação da nova disciplina, a sociolinguística. Segundo Santos (2003), “[é] já sobejamente conhecido o processo de constituição, nos anos 60, desta nova disciplina que progressivamente se define e se afirma: a sociolinguística” (p. 29). Deste modo, podemos olhar para as preocupações da nova disciplina como vitais para a compreensão de outros fenómenos linguísticos, sobrepondo-se, contrariamente as outras ciências da linguagem que defendiam a homogeneidade das línguas, distintamente da sociolinguística que demonstra outros princípios e métodos, de maneira mais consistente, para isso, trazendo consigo modelos de estudos da linguagem mais heterogéneos a nível das sociedades.

Acredita-se que áreas como o historicismo e estruturalismo, e outras mais, criavam barreiras ideológicas, a fim de se negar o estudo das línguas como um modelo caracterizado pela diversidade e da forma como está presente no dia-a-dia das comunidades falantes.

Pensa-se que no passado, algumas destas ciências manifestavam divergências nas relações entre si quanto às explicações sobre a língua e sociedade, ou, por vezes, refutando que a língua não podia ser considerada um facto social, mas que esta era vista, simplesmente,

como expressão do pensamento, eliminando os sujeitos. No entanto, e segundo Sílvia Elia (1987), dentro do estruturalismo, que também é entendido como período crítico da cientificidade da linguagem, foram enquadrados o *Cours de Linguistique Générale*, de Saussure, de 1916, o *Le langage*, de Vendryes, de 1921 e, no mesmo ano, mas nos Estados Unidos da América, *Language*, de Sapir, que seria um marco importante do estruturalismo norte-americano. Mas, segundo Elia (1987), terá sido a obra de Bloomfield, *Language*, que se tornou a bíblia dessa nova visão crítica (p. 11). Quanto ao historicismo, que havia de preencher as lacunas deixadas pelo estruturalismo nos contornos do século XIX, reafirma que deve ser estudado na interdependência das suas relações, e isso exige uma visão sincrónica dos factos da linguagem.

Relativamente, surge a teoria do falante-ouvinte, apenas a partir da descrição oral da linguagem. Dê lembrar que está foi a teoria vinda da corrente generativa do linguista Noam Chomsky, na obra *aspectos da teoria da sintaxe*, onde impõe limites ao estruturalismo com a teoria linguística. Nesta teoria o autor desenvolve modelos para as estruturas das línguas, um modelo teórico de comunicação onde justifica alguns pressupostos fundamentais mas sem clarificar verdadeiramente o carácter social do falante-ouvinte na comunidade ao afirmar que:

A teoria linguística tem antes de mais como objetivo um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística completamente homogénea, que conhece sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o seu conhecimento da língua numa performance efetiva, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse e erros (p.82).

Considerando que para os estruturalistas a língua não é heterogénea, que se trata de um sistema de natureza complexa que não pode ter nenhuma relação com a sociedade e que deve ser estudada por si mesma com base em uma retórica sincrónica dos factos da linguagem, Noam Chomsky trouxe, na época, o tema da criatividade do falante-ouvinte e da sua competência, salientando a interação do falante-ouvinte e a sua performance linguística. O autor salientou então uma variedade de fatores que permitem formular vários enunciados em contextos específicos, entre os quais o conhecimento da língua e o uso da mesma.

Todas estas perspetivas e divergências abriram portas para o crescimento da sociolinguística que, segundo Santos (2003), “aparece como a reação a uma prática de estudos linguísticos formalistas, imanentistas e associativos que têm como base fundamental a limitativa associação entre estrutura e homogeneidade, assim desconsiderando toda uma importante série de variantes alofónicas” (p.31). Entre muitas práticas linguísticas que não se reviam na sociedade esta tem maior influência sobre a língua.

De acordo com o autor, esteve na base o desconforto dos estudos da relação língua e sociedade porque eram estudadas em estruturas homogéneas um princípio que era fundamentalmente erróneo. As variantes alofónicas tinham importância na caracterização dos falantes e dos seus dialetos locais a partir da diferenciação fonológica a qual se negavam falar.

Estas e outras sonegações linguísticas que não tiveram abordagens nas investigações formalistas abriram também o caminho para a sociolinguística.

No que diz respeito, ao surgimento e emancipação da sociolinguística, teve ocorrência em França, com a langue, une institution sociale, mas foi do outro lado da Atlântico onde se reafirma e desenvolve. Está é a razão que segundo Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015) afirmam que os começos da sociolinguística localizam-se no espaço anglo-americano: Grã-Bretanha e na América do Norte. Entende-se que, por se ter desenvolvido fora do seu espaço de origem refere-se ao facto de serem países linguisticamente consolidados e no espaço anglo-americano “não haver conflitos linguísticos” (p. 211, 213).

Pese a importância de Bloomfield, acredita-se que a sociolinguística muito deve ao trabalho do linguista norte-americano Edward Sapir. Segundo Dubois et al., (2014) referem que propôs uma visão alternativa da língua, ao admitir que a língua influencia o modo como as pessoas pensam. Desenvolveu trabalhos em que eram colocados em contraste a etnolinguística, geolinguística, sociologia da linguagem, a dialetologia e outras ciências, numa tentativa de mostrar que a língua sempre esteve ligada à cultura, numa. Para Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015) o “ponto de partida para o desenvolvimento da sociolinguística foi constituído pelas investigações etnolinguísticas dentro da tradição da teoria da relatividade linguística de Sapir, as quais acentuavam a estreita relação entre a língua e a cultura” (p. 21). Este autor apresentou uma visão social que muitos dos seus contemporâneos não haviam tido. Hoje, passados muitos anos, em pleno século XXI, não existe unanimidade na afirmação que se faz da relação língua e cultura e em como não se pode dissociar uma da outra, visto que a língua em si mesma é um veículo de transmissão cultural.

Acredita-se que, apesar da sociolinguística, muito dos debates terem ocorrido em França é importante lembrar (supra), que os ecos nas Américas são antes de William Labov. Elia (1987) considera que “as origens norte-americanas são anteriores a Labov, pois datam da chamada Escola de Antropologia Americana, que é um misto de linguística e sociologia, particularmente voltada para o estudo dos Ameríndios” (p. 36-37). A clarificação mais importante que se pode atribuir à sociolinguística terá sempre em conta as raízes francesas como um reconhecimento do que viria a ser a sociolinguística, desde o surgimento das primeiras teorias, que se ocupavam da mutualidade entre um determinado grupo social e a língua.

Tendo em conta que a Europa, após o final da segunda guerra, se deparou com a problemática do multilinguismo e que, nessa altura, se pretendia a construção de estados novos, mais consolidados, as suas políticas tiveram de apetrechar ideologicamente as línguas que tinham maior representatividade, de forma a haver uma unificação dos povos através da língua, que seria pertença de todos, uma língua comum. De acordo com Santos (2003), observa-se que “[e]ntre as motivações que estão na base do aparecimento da sociolinguística, a constituição Estados Novos, chama a atenção para problemas idiomáticos como os de bi- ou multilinguismo, diglossia, formação de um idioma, norma comum” (p. 31). O autor coloca em destaque, uma realidade sociolinguística de muitos países, uma história que se repetiu ao longo das políticas de formação de novas nações, que teria impacto nas respetivas línguas nacionais.

Dito isto, torna-se categórico afirmar que a sociolinguística foi de certo modo impulsionada pelas políticas nacionalistas dos novos estados.

Como as origens da sociolinguística norte-americanas são posteriores à escola francesa ou europeia, e anteriores a William Labov, os desenvolvimentos que foram levados a cabo para que se consolidassem as bases sociais das línguas fundamentaram o crescimento exponencial da linguística, principalmente dos estudos das línguas de nativos, e a busca de uma matriz sólida do inglês americano, que possui particularidades que se a opunham nível anglófono.

Julie T. Andresen (1990) indica que o pioneirismo foi de Haver C. Currie, pois terá sido ele a cunhar o termo “sociolinguistics”, em 1952, no artigo intitulado *A projection of sociolinguistics: the relationship of speech and social status* (p. 256). Contudo, a mesma autora aponta como marco histórico da sociolinguística uma conferência sobre sociologia realizada na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), em 1964, onde terão sido inaugurados os estudos sociolinguísticos dirigidos por William Bright. Este autor destaca-se na incursão das áreas nos estudos linguísticos norte-americanas, uma vez que terá sido ele a dar explicações e aprofundado o conteúdo que nortearia a sociolinguística e os seus objetivos, trançando o caminho para que a mesma fosse vista como estudo da correlação da linguagem da estrutura social.

A visão dos factos históricos que correspondem ao percurso da sociolinguística é também partilhada por Elia (1987), que vê o ano de 1964 como aquele em que decorreu processo de legitimação e expansão da mesma, principalmente nos EUA. Como refere o autor, “1964 é um ano chave para a eclosão da sociolinguística nos Estados Unidos, com a publicação de livros de Gumperz, Hymes e a conferência de W. Bright em Los Angeles, vinda a lume dois anos depois (*the dimensions of sociolinguistics*)” (p.65). São referências pertinentes sobre os caminhos trilhados pela sociolinguística, e um deslumbre histórico do surgimento do termo.

Em termos gerais, seguindo a perspetiva do raciocínio linguístico, o seu posicionamento perante as dinâmicas que a língua e sociedade impõem às pessoas, podemos dizer que a sociolinguística define os meios e os fins de toda a comunicabilidade, tentando dar explicações sobre as repercussões dos fenómenos linguísticos e sociais. Por este motivo, Elia (1987) confirma que a sociolinguística procura compreender “as relações entre estrutura linguística e a estrutura social; ou melhor, as relações entre o fator social e organização linguística, mas dentro de um ponto de vista interno” (p. 21). Aqui não se trata de línguas em contacto, mas de diferenciação linguística dentro de uma só língua, que pode equiparar a língua portuguesa, por exemplo, dentro do território angolano, ou dentro do território português.

Acredita-se que esta situação só pode ser dada como uma casualidade dos fatores sociais, em contextos sociais que marcam a inclusão da sociedade como catalisador da mudança, que não podemos perder de vista para a compreensão dos factos linguísticos. Afigura-se também a causalidade com que ocorrem muitos factos linguísticos.

Em suma, a sociolinguística, ao deparar-se com diferentes situações sociais, procura dar uma resposta adequada, sem separar nenhum fator social que esteja ligado à língua e localizado no espaço dos falantes, para determinar tendencialmente todas as mudanças e

variações que a língua possa apresentar relativamente às diferenças dentro de uma mesma língua, em várias dimensões, partindo de diferenças sociais, económicas, intelectuais, o número de iletrados, o grau sociocultural e outros. Por este motivo, os estudos sociolinguísticos abrangem uma vasta área interdisciplinar. Para alcançar o objetivo de averiguar todos os comportamentos linguísticos, a sociolinguística não trata os casos sociais ou espaciais da língua de forma isolada. Esta mantém uma aproximação a outras áreas, das quais nunca se desvinculou. Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015) referem que “como área interdisciplinar que é, a sociolinguística situa-se entre a sociologia e a linguística, tanto do ponto de vista do conteúdo como também da metodologia” (p. 211). Esta é uma relação que vem sendo discutida, a partir do momento em que a sociolinguística estabeleceu as suas próprias bases metodológicas e os seus objetivos com o já referido trabalho de Bright.

Atualmente entende-se que a sociolinguística deve servir para investigar a diversidade linguística como sistema onde se encontram integrados vários níveis, demarcando-se da sociologia que estuda a língua como forma de comunicação institucionalizada e unificada pelas forças sociais, onde a variedade da língua não pode quebrar a unidade institucional da língua. A existência de uma interdisciplinaridade motiva a sociolinguística a relacionar-se com a sociologia da linguagem, que não tem o seu objeto na língua, mas na relação dos sujeitos enquanto locutores-recetores dinâmicos nas mudanças registadas na língua. Richard A. Hudson (2000) enfatiza que

La diferencia entre sociolingüística y sociología del lenguaje es, sobre todo, una diferencia de énfasis, según el investigador esté más interesado por el lenguaje o por la sociedad, y también según su mayor experiencia en el análisis de las estructuras lingüistas o el análisis de las estructuras sociales⁵ (p.15).

Apesar de se poderem verificar diferenciações, estas existem apenas por uma questão de ênfase. Haverá sempre tendências que poderão levar uma no sentido oposto da outra, tanto quanto ao aspeto língua e sociedade, ou enquanto falantes que utilizam a língua para intercâmbio comunicativo. Neste sentido, a escolha do pesquisador conduzirá para um determinado estudo que se quer levar a cabo, caso esteja interessado numa ou outra opção.

Podemos aferir que, de um modo geral, a pertinência científica incidirá na língua com maior frequência, dado que, para qualquer sociedade, a língua é o instrumento de comunicação prestigiado, descartando de imediato uma uniformidade, de acordo com os objetivos da sociolinguística.

⁵ O autor é categórico ao dizer que ambas as áreas são do domínio do saber social e ao associar a sociolinguística à sociologia da linguagem refere que existe uma grande sobreposição das duas disciplinas que parece inútil quando se pretende separá-las, portanto, deixa entender que poderia ter sido escrito igualmente em outro livro a mesma abordagem a que chamaria de “macro sociologia del lenguaje” (Hudson, op. cit., p.15). Essa macrosociologia pode ser entendida à partida como uma relação entre a sociedade e a linguística como um todo. Hudson pela sua dedicação em estudos de sociologia social e da linguagem com maior interesse pelos estudos linguagem voltadas principalmente para as estruturas sociais, o autor acredita que a diferenciação é opcional e não metodológica.

Marcel Cohen (1971) teceu, igualmente, algumas considerações sobre o campo de estudo da sociolinguística no seu trabalho *Matériaux pour une sociologie du langage*. Neste trabalho, o autor associa sociolinguística a sociologia da linguagem, sendo nítida a influência da obra de Ferdinand de Saussure, revelando que o termo não ficou esquecido, encontrando continuidade em muitos autores modernos. O autor explica ainda que há ligação inquestionável entre linguagem e a vida em sociedade, pelo que não se devem separar:

Si le langage est inséparable de la vie sociale, on ne doit pourtant pas attendre que les formules rigoureuses que la linguistique s'efforcera d'établir mettent en relation tous les détails de structure social. Il faut distinguer des points de vue qui vont de l'histoire des destinées d'un langage aux détails de sa structure et de ses transformations: aspects externes et aspects internes de l'étude, dit-on généralement (Cohen, 1971, p.29).

Para Cohen há uma distinção entre o aspeto externo na constituição das línguas e o aspeto interno. Ela transformacional, como uma gramática da própria língua, ou seja, o principal aspeto é a influência do fator sociocultural, muito sensível, em relação ao segundo que só atua circunstancialmente.

Por este motivo, M. Cohen, em termos linguísticos, diz que, por um lado é pensar nos factos sociais como uma extensão da língua, por outro, esta extensão pode levar ao desaparecimento de determinados traços linguísticos. Portanto, este desaparecimento pode ser um facto de distinção entre o aspeto externo extrínseco a sociedade e o aspeto interno da língua que se encontra na estrutura.

Por outro lado, segundo Cohen, no caso dos aspetos internos, podemos considerar o enfraquecimento ou desaparecimento de vogais ou consoantes em palavras levando a sua substituição por outras ao longo do tempo através de vários processos gramaticais ou fonéticos na constituição de sufixos e prefixos. Por exemplo para exprimir os nomes nas relações sociais o processo de derivação e composição de palavras o aspeto interno é o que mais resiste numa determinada língua em detrimento dos factos sociais.

Tendo em conta estes factos, não há coerência nenhuma em pensarmos que uma estrutura social pode influenciar na formação do morfema de plural, por exemplo, amada (-s), ou do morfema feminino e masculino, com a vogal temática, por exemplo, amada (-a) ou (-o) na língua portuguesa. No caso da estrutura das línguas, Cohen (1971) mostra-nos que, as estruturas das línguas sujeitam-se a uma estrutura associada a raízes muito mais profundas que a estrutura social, mas ambas são o resultado de causas sociais.

Entende-se que após um longo período de conflitos ideológicos, sociais, com alguma incidência no século XXI, por razões políticas injustificáveis, resta-nos perguntar, qual é, afinal, o lugar da sociologia, do estruturalismo, da filosofia da linguagem, da linguística histórica, da linguística e de outras ciências, que fizeram eco no passado em países com uma grande tradição ideológica por questões linguísticas.

Acreditamos que, a sociolinguística, por ter sido construída da sociologia, está atenta às forças sociais, de modo a identificar, a partir das mesmas, focos, resíduos, fenómenos, sejam eles, fonéticos, sintáticos ou fonológicos, empréstimos, com incidência direta na língua falada, por isso não nos é permitido falar em homogeneidade da língua, mas da variedade do sistema linguístico.

Por este motivo, as circunstâncias sociais foram as que levaram a sociolinguística a ocupar-se dos problemas práticos de vária ordem, como por exemplo a planificação, a assimilação, o bilinguismo, o estudo das línguas padronizadas e sobretudo a planificação de políticas para o seu desenvolvimento em meio à determinados dos fenómenos que ocorrem em ambiente social como as variedades para não se permitir que estas variedades separe os falantes seja onde for da unidade que é assegurada por uma norma.

Entende-se que os problemas elencados acima penetram gradualmente na língua através do intercâmbio linguístico. A perceção destes só é possível através da articulação da língua quando aparecem integrados no sistema da língua o qual só o pesquisador poderá relacionar no estudo que se propusera a fazer. Segundo Elia (1987), “a sociolinguística se ocupa assim com o estudo da possível incidência das forças sociais sobre os estratos fonológicos, morfológicos, sintático e semânticos das línguas” (p. 40). Todos estes estratos, apontados pelo autor, contribuem para uma análise dos dados sociolinguísticos de maneira diferenciada e preferencial de um determinado estudo para a compreensão dos fenómenos linguísticos internos, ou regionais que a sociolinguística se propuser a fazer por causa dos factos detetados na sociedade.

Acreditamos que é dada grande importância a esta ciência por parte de académicos das áreas de ensino e investigação das línguas interessados na linguagem como um meio prático, e não simplesmente no funcionamento da mesma. Uma visão que levaria a aprofundar o estudo das línguas locais e o linguajar de pessoas discriminadas fez com que a sociolinguística se desenvolvesse muito rapidamente nos anos 60 e, provavelmente, foi quando começou a atingir o seu auge nos anos 70, na América, impulsionada por grupos específicos.

En los Estados Unidos particularmente, y durante las décadas de los años 1960 y 1970, se hizo posible subvencionar proyectos de investigación a grande escala, relacionados con el habla de los grupos menos privilegiados, con la convicción de que los hallazgos harían posible una política educativa más eficaz (Hudson, 2000, p. 12-13)⁶.

Um dos grandes feitos desenvolvidos no século XX pela linguística moderna tem sido a eliminação das desigualdades linguísticas e o fortalecimento das chamadas línguas

⁶ Considerando o autor, a pesquisa linguística possibilita a um país ter políticas dirigidas ao desenvolvimento das línguas. Acreditamos que hoje particularmente em Angola é também necessário investir cada vez mais em pesquisas linguísticas a fim de encontrar políticas educacionais eficazes dentro da variação do português sem discriminação das minorias.

maioritárias. Portanto, chama-se atenção que teriam sido problemas relacionados com políticas linguísticas sólidas que levaram nas décadas de 60 e 70 aos casos de desigualdades sociais e as consequências não se fizeram esperar nos grupos minoritários visto que a linguagem também era usada para estigmatizar estes grupos menos favorecidos, por ex., no caso dos Estados Unidos teriam sido grupos como de afroamericanos e índios.

Outro nome incontornável é o do sociolinguista variacionista William Labov, o qual desenvolveu o seu trabalho no departamento de linguística e psicologia e no centro de etnografia urbana da Universidade da Pensilvânia⁷. O investigador realizou duas pesquisas em Martha's Vineyard⁸, cujos resultados foram publicados em 1963, sob o título *A motivação social de uma mudança sonora* (Labov, 2008, p. 19). Neste trabalho, o autor conseguiu verificar que não se poderia compreender o desenvolvimento de mudanças linguísticas sem não ter em linha de conta a vida social, circunscrita a uma determinada comunidade onde possa estar a ocorrer um facto, porque as influências e as pressões sociais impulsionam freneticamente a língua, e a mudança vai-se acentuando e difundindo na sociedade, sem reversão.

Labov sempre defendeu que para estudar a motivação sonora era necessário fazê-lo no seu contexto social, através de métodos fiáveis de recolha de dados. Foi nesse contexto que o autor, para fazer uma comparação da língua na sua forma vernácula do quotidiano, escolheu a zona de Lower East Side, na cidade de Nova Iorque, um espaço de grande interação. A recolha de dados viria a resultar no trabalho *The social stratification of English in New York city*, em 1966, onde é apresentada “a lógica do inglês não padrão” (Labov, 2008, p. 10), uma defesa do inglês dos negros norte-americanos como uma língua dotada de regras perfeitamente demonstráveis e seguidas pelos seus falantes, inspirando o combate dos que reconhecem que, para usufruir de uma língua, o mais importante dos elementos é a cultura de vida em sociedade, para que haja um convívio democrático.

Relativamente a um estudo da distribuição social da língua, se este for realizado sem o padrão de estratificação social, poderá ser desqualificado enquanto trabalho de investigação, pois é o padrão de estratificação social que assegura existência de comunidades específicas de falantes. Segundo Bernard Barber (1957), citado em Labov (2008, p. 64), “a estratificação social é o produto da diferenciação social e da avaliação social”. É nosso entender que a estratificação social deve ser tomada como referência para se estabelecer que não se trata de uma classe de pessoas ou de um grupo sem influências, mas sim de um dispositivo a ser usado dentro da sociedade, a fim produzir a diferenciação da linguagem do ponto de vista hierárquico.

A título de exemplo, do peso deste tipo de abordagem em estudos na área da fonologia, tomemos novamente o estudo de Labov em Nova Iorque (2008), realizado em três lojas nova-iorquinas, a Saks, a May's e a S. Klein, tomando a variável (r) como objeto de pesquisa na posição pós-vocálica, car, card, four e fourth (carro, carta, quadro e quarto). Labov optou pelo inquérito breve e anónimo como método de recolha de dados, onde se “incluíram 70 entrevistas individuais e uma grande quantidade de observações anónimas em

lugares públicos” (p. 64). Neste estudo, o autor verificou que “[c]om a hipótese geral sugerida pelas entrevistas preliminares: se dois subgrupos quaisquer de falantes nova-iorquinos estão dispostos numa escala de estratificação social, logo estarão dispostos na mesma ordem por seu uso diferenciado do (r)” (p. 65). Esta descrição consubstancia que é na solidez dos entrevistados que o autor viu ser possível empreender um teste empírico dedicado a duas noções gerais: a primeira de distribuição social, que leva a língua a variar o (r) é tomada como um diferenciador social dos falantes nova-iorquinos, e a segunda de estratificação social que se submete aos dados produzidos no anonimato, mas que dão entrada como base para um estudo mais sistemático da língua.

Por outro lado, o estudo realizado em Matha’s Vineyard pelo mesmo autor centrou-se no modo de articulação dos ditongos /ay/ e /aw/, no qual foi detetada uma tendência para centralizar a primeira vogal, transformando-a em mais alta, caminhando num sentido de /eh/. De acordo com o autor, “[e]m vez do padrão como do sudoeste da Nova Inglaterra [ai] e [au], frequentemente se ouve em Matha’s Vineyard [ei] [eu] ou até mesmo [əi] [əu]” (p.27). A procura de uma explicação para esta mudança fonética, levou Labov a interrogar 69 informantes em diversas circunscrições regionais, a fim de reconstruir a história da alteração da posição fonética dos ditongos /ay/ e /aw/ e comprovar a mudança sonora. O investigador verificou que os falantes de Matha’s Vineyard não são capazes de notar os fenómenos fonéticos, nem conseguem deter, conscientemente, os mesmos. Por outro lado, os ditongos apresentam uma livre estrutura de variantes posicionais, os chamados alofones, nas pronúncias mencionadas, porque o sistema linguístico do inglês em si o permite. Para a análise levada a cabo por Labov concorreram fatores como os hábitos se devem à permanência numa grande área, onde se situam as variações influenciadas por falares extralinguísticos, como por exemplo das famílias, a origem destas, o estilo de vida dos moradores, a profissão, a idade e por se tratar de uma ilha composta por emigrantes de proveniências europeias, e, até mesmo, o espírito nacionalista e nativista que imperava entre os habitantes. Estes aspetos teriam influenciado as diferentes pronúncias e teriam feito com que houvesse uma grande mutação vocálica. O estudo demonstra como a existência de um ambiente “fonético, prosódico e estilístico é considerada performance de uma ampla área de variação” (p.28), comprovando que a mutação de /aw/ e /ay/ se deveu a razões de conservação no seio de um grupo dominante dentro da ilha. Segundo Labov (2008), “[o] estudo dos dados mostra que a alta centralização de (ay) e (aw) está intimamente correlacionada a expressões de grande resistência às incursões dos veranistas” (p. 48). Esta resistência terá levado os nativos a conservar a sua pronúncia, no trato fonológico, optando pelo tradicional, uma tendência vista em muitos povos, como forma de resistência “que o grupo luta por manter sua identidade” (p. 49) de maneira a transmitirem a originalidade linguística típica da região. Acredita-se que estes são casos frequentes em zonas afastadas de grandes centros urbanos, o que faz com que o tradicional, o costumeiro, não perca a sua originalidade, sendo valorizado e restringido localmente num determinado traço linguístico.

Um típico exemplo é o de Portugal onde os falantes açorianos se distinguem dos madeirenses por alguns traços distintivos.

No que respeita à prática da oralidade, na verdade, os falantes estão pouco interessados no conhecimento do seu estágio anterior, algo comum a todos os falantes de qualquer língua viva, sendo mais importante o uso que fazem no dia-a-dia, dando espaço a que os estudos se façam em simultaneidade, de acordo com a teoria “sincrónica” de Saussure. Por outro lado, é inegável que a descrição dos fenómenos e o responder a perguntas que surgem acerca dos contrastes da língua leva a que se equacione a história que uma língua acarreta, a sua variação e a sua natureza psicológica.

Sobre esta última, é importante referir a teoria sobre o pensamento e linguagem perspetivada pelo russo Lev Semenovitch Vigotski (1987), nos estudos em psicologia do desenvolvimento e da educação. Este autor defendeu que, até então, “[a] linguística não percebeu que, na evolução histórica da linguagem, a própria estrutura do significado e a natureza psicológica também mudam” (p. 105), considerando que o desenvolvimento da linguagem é uma ação que modela o falante de forma multifacetada, mas, ao longo da história social e psicológica podem-se verificar mudanças significativas na linguagem e outras variações.

Perante o exposto, torna-se óbvia a importância de fazer ligações entre várias teorias linguísticas e, talvez, de encontrar uma que disponha de um conjunto de regras que permita estudar qualquer sequência da estrutura e do comportamento linguístico, mas tal teoria também não nos daria todas as respostas e soluções acerca da variação das línguas e das suas causas.

1.3 A variação linguística

A vida em sociedade está sujeita a mudanças e transformações. Por vezes temos dificuldade em compreendê-las porque não depende intrinsecamente de nós, mas dependem do meio ambiente e social de cada grupo de falantes. O uso que se faz da língua também irá variar e acompanhar as dinâmicas de cada geração, numa dada comunidade linguística, inserindo as variações no tempo e no espaço.

Portanto, os fatores tempo e espaço podem levar-nos a considerar questões de ordem geográfica, sociológica, histórica (e de outras áreas de estudo) quando nos propomos a compreender a variação. Ambas evidências evolutivas, tempo e espaço, acarretam consigo mudanças sublimadas em função da dinâmica que uma dada sociedade enfrenta.

Acredita-se que a variação linguística, ou linguística variacionista, teve início nos E.U.A, um começo com projeção para a especificidade dos estudos sociolinguísticos que hoje conhecemos.

Nesta abordagem toma-se a língua como um sistema infinito e, num estudo detalhado, é possível associar várias investigações, com os dados de pesquisas fonológicas, fonéticas ou de cariz lexical, procurando contribuir, de forma objetiva, para que se encontrem as reais

variações. Por outro lado, reconhece-se que um estudo desta dimensão implicaria, especificamente, “uma aplicação de base empírica e desse modo especificar a investigação sociolinguística” em que “o objetivo é reconhecer a variação no sistema de uma língua como propriedade iminente e corroborar esta propriedade com uma quantidade de dados” (Endruschat e Schmidt-Radefeldt, 2015, p. 246). O estudo dos dados em variação linguística é importante dentro de uma pesquisa sociolinguística, de modo a ampliar os mesmos de forma objetiva e sem distorções, a fim de se chegar a todos os fenómenos. É por meio dos factos detetados na língua, que na prática são contínuos e sucessivos, que cada geração trará consigo influências que irão fazer a língua variar ou, então, ela será depois influenciada pela geração existente.

Por outro lado, podemos perspetivar que uma comunidade linguística não é homogénea, por isso uma das suas funções da sociolinguística é, precisamente, dar importância aos estudos espaciais, constituídos por realidades sociais distintas.

Estas realidades espaciais distintas são as que promovem a variação e as variedades linguística. Juliette Garmadi (1983) precisa que:

A atividade linguística de uma comunidade, pode ser unicamente caracterizada pela variação intralinguística, aquela que se manifesta nos usos e nas estruturas de um mesmo sistema. Esta atividade também se pode caracterizar pela variação interlinguística, a que existe entre os próprios sistemas (p.28).

Pensamos que é prudente considerar que, perante dois sistemas diferentes, haverá interferências, sobretudo quando estamos perante necessidades comunicativas. Os falantes, pelo fator social, libertam-se de um dos sistemas em contexto imediato de comunicação, procurando enquadrar-se segundo a necessidade coletiva ou individual, marcando não só a variação linguística e fonológica, mas também o seu plurilinguismo.

Em nosso entender, a variação linguística, associada aos fatores “tempo” e “espaço”, trata-se das mudanças que ocorrem no sistema que compõe a gramática de uma dada língua, paralelas à história social dos falantes. Esta efetua-se por meio de uma relação com o espaço, criando as mudanças irreversíveis com o contributo de fatores sociais que interferem diretamente em todo o processo de variação linguística, levando a que existam algumas mudanças sem retorno.

Acreditamos que a variação linguística no uso de uma dada língua implica mudança nos traços linguísticos distintos, explicação que nos é fornecida pela sociolinguística. Sobre este mesmo aspeto, Labov (2008) afirma:

A origem das variações linguísticas parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas, a difusão e propagação das mudanças linguísticas, e a regularidade da mudança linguística. Essas variações podem ser induzidas pelos processos de assimilação ou dissimilação, por analogia, empréstimo, fusão, contaminação, variação aleatória ou quaisquer outros

processos em que o sistema linguístico interaja com as características fisiológicas ou psicológicas dos indivíduos (p. 19-20).

Relativamente às motivações da variação e da mudança linguística, e do ponto de vista sociolinguístico, estas são de carácter social porque muito do seu estudo tem como pano de fundo as diversas camadas sociais. Se não levarmos em consideração a vida social das comunidades como o epicentro de todas as ocorrências, não poderemos entender o surgimento de uma alteração linguística.

Por outro lado, a questão que se impõe, e que não deve ser anulada, é saber que a variação está intrinsecamente sujeita a uma classificação numa visão linguística histórica, ou seja, de acordo como processo evolutivo, tratando-se de um “[f]enómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa outra época, num outro lugar e num outro grupo social” (Xavier & Mateus, 1990, p. 392). Neste sentido, todos os fenómenos determinam o processo evolutivo, tornando-se nas principais condicionantes que modificam, exaustivamente, as diversas conexões que caracterizam a língua numa época.

No que diz respeito à ligação estabelecida entre a variedade e um determinado espaço de tempo, um estudo sério não se afasta da reflexão da variação linguística e das propriedades a ela inerentes, considerando as atitudes funcionais das línguas que permitem que estas se modifiquem através de fatores extralinguísticos, tanto a nível dos códigos regionais, como da sua localização geográfica.

Por este motivo, para Cunha e Cintra (2015) a variação de uma língua é a modificação que está socialmente ligada ao falante-ouvinte, tendo em consideração que “as línguas se modificam em função das áreas geográficas, da sociedade e do tempo. Desse facto resultam diferentes variedades linguísticas” (p. 5). Assim que se chega à conceção de que as línguas, ao estarem circunscritas no espaço onde a sociedade é protagonista, estão sujeitas obrigatoriamente ao fenómeno da variação, sendo uma propriedade que traduz valores sociais e que pode refletir, não a unidade da língua, mas a relação social ligada ao tempo e que se vai distinguindo nos dialetos.

Considerando as variações linguísticas como irreversíveis, pode-se constatar que um determinado fenómeno linguístico se refere, sobretudo, à variação como uma tipologia linguística que passa de grupo em grupo, por vezes numa circunscrição local, e que acaba por se generalizar. É por esta razão que a variação linguística pode ser considerada uma prática corrente, que se dá de tempos a tempos, podendo mostrar sinais de novos fenómenos, ou perder os que existiram num dado tempo. Por este motivo, e segundo Dubois e os seus colaboradores (2014), a variação é “o fenómeno no qual, na prática corrente, uma língua determinada não é jamais, numa época, num lugar e num grupo social dados, idêntica ao que ela é noutra época, em outro lugar e em outro grupo social” (p. 568). Acreditamos que esta é a prática corrente em Angola e que não deve ser igual ou comprada com os restantes países de língua oficial portuguesa. Entendemos que a língua portuguesa conseguirá viver com uma

norma e uma ortografia, mas a prática oral, por meio de traços distintivos e da sua interpretação linguística pelos falantes de cada país onde se fala o português, será sempre totalmente distinta.

Como a variação é encaminhada pela sociolinguística por meio de estudos sociais em fenômenos decorrentes da prática da língua, são os fonemas as unidades fonéticas que afetam os sons das palavras numa comunidade linguística. Alguns sons tornam-se costumeiros entre os falantes e a tendência é haver uma inovação, influenciada pelas novas gerações como forma de dinamizar a língua no meio social e não, simplesmente, um meio de comunicação do dia-a-dia como é tida por pelos adultos. Para estes últimos, a tendência da maioria é conservar traços típicos através de um linguajar local que demonstra a sua cultura linguística.

Considerando o exposto acima, encontra consistência a concepção da variação como fenômeno natural e indispensável às línguas, entendida como uma dinâmica que se traduz em diversidade de acordo com os falantes da língua. Maria Helena Mira Mateus (2007) faz referência à inserção da variação no sistema da língua portuguesa como veículo de comunicação dinâmica, cultural e histórica, que deve merecer a valorização, uma vez que as línguas não escapam ao seu sistema heterogêneo e dinâmico, fazendo com que ela varie e se transforme ao longo do tempo. A mesma autora concebe a variação linguística entre o espaço, a sociedade, as modalidades expressivas, o tempo e a história social como um “fenômeno presente em todas as línguas naturais, encaradas como sistemas dinâmicos, e que se traduz pela diversidade do seu uso pelos falantes” (Mateus, 2007, p. 80). A autora refere que a variação, ao se traduzir em variedade, não implica diferença de conceitos, mas que é importante que a mudança linguística não impeça a comunicação entre os diferentes diletos da língua portuguesa.

Portanto, em Angola, a grande necessidade de comunicação remete-nos para a variedade perante os demais grupos que falam português em vários pontos do país. Assim podemos afirmar que a pertinência da língua na comunicação traduz-se em diversidade, diferenciando-se em função de diversos fatores sociais.

Ainda que o português seja a língua oficial de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, ou Moçambique, não se pode negar a existência de um sentimento de unidade diretamente associado ao de diversidade do português, pois verifica-se que muitos falantes quando questionados sobre a sua língua “nacional” afirmam ser a língua portuguesa, mesmo que estes tenham o domínio de uma outra língua do seu país. Uma das grandes constatações que não podemos perder de vista, e que muitos estudos provaram as suas evidências, é o reconhecimento de diferenças regionais da língua, que por vezes os falantes nativos associam a diferenças relativas à linguagem.

Raposo, Nascimento, Mota, Segura e Mendes (2013) precisam que existem níveis de variação linguística de cariz “fonético, fonológico, (prosódico), morfológico, sintático, semântico e lexical - sendo, contudo, a nível da fonética, do léxico e, em certos casos, da prosódia que ela é mais imediatamente reconhecida pelos falantes” (p. 87). Reconhece-se

que, de facto, qualquer falante está em condições de reconhecer mais facilmente estes casos, e pensamos que um interlocutor que seja da região de Cabinda, por exemplo, pode dizer “cáfe” em vez de “café” e o falante que vive em outro ponto do país poderá dizer “vino” em vez de “vinho”. No que respeita às questões prosódicas, Martinet (1991) fez entender que as mesmas se devem a variações na cadeia sonora: “Do ponto de vista físico, trata-se por via de regra de factos fónicos necessariamente presentes em qualquer enunciado falado” (p. 80). Uma vez que a articulação da língua falada parte dos órgãos físicos ou de fonação, o facto de estes mesmos não serem uniformes em todos os falantes poderá fazer igualmente com que se reconheça uma variação linguística.

No que diz respeito à mudança, queremos reiterar que o fator variável cria o ambiente para certas mudanças e, de maneira esclarecedora, a variação tem o seu reflexo na mudança da língua, tal como tinha sido estabelecido pelos primeiros estudos dirigidos pela linguística variacionista. Segundo Camara (1989), “[a]s mudanças contínuas e incessantes que ocorrem do tempo e que sofrem as línguas foram os primeiros factos que impressionaram a ciência da linguagem em seus alvares, nos princípios do século XIX” (p.192). Foi neste século que tiveram origem muitos estudos linguísticos, principalmente na procura da compreensão da linguagem segundo a pertinência dos factos, tal como foi referido na secção 1.1. A sociolinguística variacionista muito deve a Labov, o qual trouxe para o meio académico estudos de variação linguística propondo a relação entre língua e sociedade, fazendo com que os fenómenos de variação numa determinada língua fossem considerados e estudados. Por outro lado deu primazia aos falantes e colocou-os no centro dos seus estudos sociolinguísticos, mostrando a influência que estes exercem sobre as línguas no seu quotidiano, um facto social importante para a compreensão da heterogeneidade linguística.

1.3.1 Tipos de variações

Como foi referido anteriormente, a história é um elemento importantíssimo por trás das variações. Estas ocorrem perante fatores sociais específicos e de natureza diversa, apresentando os seus próprios condicionamentos, por isso não é homogénea, sendo resultado das dinâmicas sociais coletivas dos grupos e as suas características inscrevem-se nos limites sociais dos falantes de uma dada língua. Poder-se-á afirmar que os falantes de uma língua são identificados socialmente, tanto ao nível económico, como geográfico/regional, escolar ou profissional. A variação acrescenta marcas particulares às línguas, constituindo um fator de riqueza e diversidade. Todas as línguas são sistemas vivos, em constantes mudanças e, como tal, encerram em si toda uma realidade do mundo que as rodeia; fazem com que as pessoas estabeleçam relações dentro da sociedade, coletivamente e individualmente. Podemos classificar uma língua e descrevê-la de acordo com as suas variedades, tanto a nível lexical, como dos sons ou pronúncia e, especialmente, verificar como as variedades se articulam e como estas são entendidas por todos os utilizadores apesar das diferenças. O português, por exemplo, incorpora distintas realidades sociais e culturais entre os seus falantes, revelando diversos níveis de linguagem.

Em termos gerais, apercebemo-nos destes fenómenos e considera-se que o principal fator das diversas variações é o modo como as sociedades se estruturam, isto é, através da capacidade organizacional dos próprios grupos sociais⁷.

A existência de uma relação entre a língua e a fala é inequívoca, contudo tal relação não apaga a existência de uma fronteira anteriormente desenhada por Saussure (1995), o qual afirma que “(a) língua é uma função do sujeito falante, é o produto que o indivíduo regista passivamente, ela supõe premeditação, [...]; a fala é, pelo contrário, um ato individual da vontade e da inteligência [...]” (p.41).

No presente trabalho partimos das variedades que a língua portuguesa apresenta em Angola encarada aqui como um diassistema, isto é, quando os vários domínios da mesma língua convivem na unidade e na diversidade. Segundo Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015) “[u]ma língua é um diassistema, porque através dela transcorrem linhas de diferenciação, dimensões⁸ que o linguista caracteriza como variedades e variantes (estilos ou modelos de uso da língua) e que descreve diferenciando-as” (p.16).

É sabido que a língua que falamos é partilhada com os outros países de expressão portuguesa e é precisamente no caráter de partilha que encontramos as dimensões do sistema linguístico que se adapta socioculturalmente a cada um dos países segundo as funções que lhe são atribuídas à língua portuguesa como o maior veículo de comunicação dos países de língua oficial portuguesa.

Entendemos que a variedade se distingue perante uma pesquisa sociolinguística e possibilita a solidariedade entre as variações da mesma língua, de modo que as diferenças existentes não prejudiquem ou perturbem a comunicação, porque é este, no nosso entender, o facto mais importante da língua a nível dimensional. Apesar das diferenças no estilo ou modo de falar, as variações não devem ser fator de separação entre as pessoas, pelo contrário, devem unificar os falantes sem preconceito social, porque as variantes como a idade, o género, o nível de instrução escolar ou a proveniência regional compõem as variedades, constituindo fatores inseridos no contexto social e linguístico que deverão conduzir a uma grande reciprocidade cultural.

Por outro lado, a variação linguística encontra-se fundamentada em três tipologias distintas, isto é, de acordo com os falantes e mediante os critérios que podem ser verificados em estudos linguísticos. Tal como referem Raposo e os seus colaboradores (2013), a variação pode ser abordada do ponto de vista diatópico, quando acompanha a língua no modo como é usada num determinado lugar; diastrático quando se atenta às diferentes camadas sociais e, por fim, diafásico, de acordo com a situação discursiva e os laços sociais existentes entre os falantes. Nas palavras de Maria Helena Mira Mateus (2007)

⁷ É primordial relembrar que, fazem parte do leque da variação a idade, o sexo, o nível de instrução escolar, a proveniência regional das pessoas e outros fatores inseridos no contexto social linguístico e não-linguístico.

⁸ No entanto, chama atenção que a língua, como um diassistema dentro de um espaço, tem vitalidade, porque junta diversos falares, isto é, falares provenientes de todas as outras variedades logo, se se atentar para língua portuguesa encontramos determinadas variedades, tanto faz dentro de Angola, como CPLP.

As línguas variam no tempo (variação diacrónica), no espaço geográfico (variação diatópica), na sociedade (variação diastrática) e segundo as modalidades expressivas (variação diafásica). A variação no tempo é estudada pela linguística histórica, a dialetologia ocupa-se da variação regional e a sociolinguística da variação social (p. 80).

A autora, na sua abordagem sobre a variação e normalização segundo os parâmetros do pensamento linguístico, mostra a importância dos estudos das variedades das línguas a nível da fala e os contactos entre povos ao redor do mundo.

Cunha e Cintra (2000) não se afastam da definição anterior e precisam que para se compreender a variação é necessário atender a que esta representa “[f]alares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais, nível culto, língua padrão, nível popular, língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens linguagem das mulheres” (p.3). A apreciação feita pelos autores mostra que a variação diatópica elenca os dialetos e os regionalismos locais enquanto a diastrática é marcada pelo código usado por um certo grupo de falantes. Nestes casos temos os exemplos das gírias, os níveis de linguagem, os estilos utilizados e os registos mais frequentes dentro das camadas sociais.

No que diz respeito, as tipologias de variação podem ser ampliadas aos modos diamedial, diaconcepcional, diatécnica, diassituativa, diatextual, diavalorativa, diafrequentativa, diaplanificadora. Como uma lista descritiva e diferenciada do modo como a língua é usada. Para evidenciar a multiplicidade de usos possíveis da língua Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015). O que se pode entender é que a norma de uma comunidade linguística pode conter diversas variações e subvariações. De acordo com os autores as “variedades aqui referidas são no fundo parâmetros funcionais, que a língua padrão intervém quer como estilos discursivos no sentido amplo (isto é, linguagem) quer como parâmetros analíticos” (p. 217). Pensamos que estas ocorrências surgem quando, de modo individual ou coletivo, os falantes fazem uso, no seu quotidiano, de uma linguagem escolhida, a fim de exprimirem de modo consciente e contextual as suas preferências discursivas ou estilo.

Segundo os mesmos autores, a variedade diamedial é realizada em ambientes comunicativos específicos, por meio de expressões típicas e identificadas num determinado contexto. Esta variação encontra-se mais perto da variação diafásica e acolhe, sobretudo, diferentes registos linguísticos que variam entre a norma e os diversos estilos. Esta relaciona-se, igualmente, com a variação diastrática, analisando a língua tal como ela se reflete nos estratos sociolinguísticos dos falantes, fazendo a delimitação entre a variedade “oral e escrita” (p. 227), apresentando-se como uma problemática, especialmente, em comunidades linguísticas deficitárias e analfabetas.

No que diz respeito à escrita sabe-se que é uma convenção, pois, tal como afirmava Saussure (1995), a escrita “como sinal gráfico é arbitrário, a sua forma importa pouco, ou antes, só tem importância dentro dos limites impostos pelo sistema” (p. 202). Durante a oralidade, os sinais convencionais não satisfazem as necessidades dos indivíduos diante do uso

da mesma no seu quotidiano, porque estes se deparam com estrangeirismos e empréstimos de outras línguas ou expressões aglutinadas já existentes, originando um falar diferente, não costumeiro, ou uma expressão lexical nova, sem muitas vezes se aperceberem de tal. Por exemplo, uma pessoa analfabeta revelará, muito provavelmente, uma expressão oral muito distante da de uma pessoa letrada e, por seu turno, a oralidade de quem vive no campo ou em zonas rurais será também diferente do indivíduo analfabeto, isto porque “uma língua geral não supõe forçosamente o uso da escrita” (Saussure, 1995, p. 322).

Considerando que a aprendizagem das línguas é feita de forma natural, e que os falantes, a nível oral, espontâneos e dinâmicos, acreditamos que, no dia-a-dia, as regras pré-estabelecidas pela norma passam despercebidas quando se usa a linguagem oral, algo que é inverso na linguagem escrita, na qual temos, obrigatoriamente, de observar algumas regras. Por este motivo, e sendo a linguagem espontânea, sugere-se que se tenha em consideração uma relação de proximidade social, através da qual “o grau de conhecimento e a familiaridade entre os interlocutores revelam-se como constitutivas da noção de oralidade” (Endruschat & Schmidt-Radefeldt, 2015, p. 229). Aqui a chamada de atenção vai para a variação diaconcepcional, que dá a um falante da língua a liberdade e a possibilidade de combinar vários enunciados, sobretudo na relação com o seu interlocutor.

Relativamente à variação diaconcepcional, esta pode ser ligada às variações diassituativa, diatextual e diavalorativa. Pensa-se que são variedades que estabelecem determinadas diferenças situacionais, mas que vão desembocar na variedade diafásica, a qual remete para as causas intralinguísticas e extralinguísticas, estabelecendo vários registos, sobretudo nos estilos a nível situacional, adequando-se ao estilo da fala ou discurso Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015). É, porém, importante ter em mente que, dependendo do lugar onde ocorrem, muitos registos linguísticos variam segundo a idade ou o grau de conhecimento das pessoas, de modo a modelar a linguagem com a marca preferencial durante a fala ou a escrita.

A variedade diatécnica, por seu turno, relaciona-se com uma área de formação específica, por exemplo, direito ou medicina. Esta é associada à estratificação social, pelo que se enquadra na variação diastrática, objeto de pesquisa da sociolinguística que compreende as camadas sociais e esta variedade assenta na linguagem corrente Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015). Ao escolher uma linguagem específica, o seu uso torna-se especial por causa dos códigos escolhidos e do vocabulário disponível, acentuando o pragmatismo intralinguístico dos falantes.

As variedades diafrequentativa e diaplanificadora remetem para a variação diatópica, ou seja, para o modo como, frequentemente, usamos as palavras e a valorização das mesmas na escrita e nas construções frásicas. A isto associa-se a análise da língua em todas as suas ocorrências a partir de elementos registados em expressões diatópicas a nível de marcadores de entoação, como fonemas, morfemas e outros elementos de diferenciação que possibilitam explicar e descrever a língua.

Mas, relativamente à variação diafrequentativa, trata-se de fazer “as análises relativas e absolutas das expressões linguísticas” (Endruschat & Schmidt-Radefeldt, 2015). Dentro desta análise, orienta-se uma planificação e regulação da norma-padrão para a gestão da política linguística e para a expansão da língua nas escolas e em outros meios de ensino, visando para uma gestão em “prol do uso correto” da língua (p. 233-234).

A variação diafrequentativa e a diaplanificadora só se distinguem pelo facto da primeira se cingir ao léxico e às marcas linguísticas mais frequentes na fala, tanto no plano diatópico como social, e a segunda contribui para a regulação do padrão linguístico de forma a promover uma homogeneidade entre o léxico da língua e a escrita.

Destacamos que as diferentes tipologias de variação podem ser observadas na língua portuguesa. São estas que geram mudanças linguísticas e para a sociolinguística é a sua coexistência e conhecimento que permite melhorar e promover o ensino das línguas nas escolas, pautando, acima de tudo, pela convivência salutar, com respeito por todas as variações e variedades, colocando todas à disposição da sociedade com o fim único da reciprocidade comunicativa e da reflexão sobre a atividade discursiva dos falantes.

Hoje em dia, é muito importante existirem instituições que façam a promoção e a normalização da língua portuguesa com cientificidade, bem como formação contínua de professores em várias especialidades, pois o ensino da língua não se limita unicamente à expansão de uma norma-padrão, devendo estudar-se todos os fenómenos explícitos e implícitos à língua. Tal como Gabriel Funk (2002) afirma:

A língua portuguesa é uma das disciplinas nucleares [...], cujo objetivo consiste em preparar a inserção plena dos adultos na vida social, educativa, profissional e familiar, [...] a cidadania e fomentando, em última instância, um relacionamento mais estreito entre povos e culturas diferentes (s/p).

Concordando com o autor, não se promove nenhuma sociedade sem se pensar nas diferenças linguísticas que ela acarreta, permitindo que se pense numa política linguística eficaz.

Algumas realidades podem ser empíricas, mas linguisticamente as diferenças existem e os investigadores especializados em estudos de linguística variacionista têm a obrigação de “registar as variantes, sugerir nos casos de dúvidas as soluções que a língua melhor pode incorporar tudo para que seja possível manter riqueza cultural que, por meio da língua, atravessa o espaço, o tempo e os grupos sociais” (Peres & Mória, 1995, p. 40). Nestes casos as variações são relevantes, pois alguns contactos sociais dependem diretamente da língua para se educar, informar e, com ela, as pessoas podem estabelecer relações sociais e culturais mais duradouras.

De acordo com os autores, podemos entender que as instituições do Estado devem promover o estudo de diversas variedades, dignificando as mesmas para a inserção social, sem desigualdade ou hostilização, de uma outra variedade, ou sem privilegiar uma em detrimento de outra, porque nenhuma variedade é superior.

Portanto, por meio da coexistência de duas ou mais línguas a explicação só pode ser feita por intermédio de fatores extralinguísticos ou intralinguísticos, tendo em consideração os factos históricos que poderão levar a que se determinem as condições que levaram uma língua a variar ou a conservar traços particulares, tanto no tempo como no espaço.

Por outro lado, a realidade do fator extralinguístico e intralinguístico pode ser motivada por causas relativas ao funcionamento do próprio sistema linguístico ou em função do contacto com línguas e culturas diferentes. Sobre estas características internas de variação espacial e temporal, Mateus (2007) afirma que

tornam possível à língua mudar e, ao mesmo tempo, resistir à mudança, ser conservadora e inovadora, criativa e repetitiva. É o que permite ao mesmo tempo concretizar, no uso que faz da língua, as pequenas mudanças de que não tem consciência mas que são fatores de transformação (p. 43).

Todas as línguas comportam aspetos que os seus utilizadores identificam de imediato e a própria linguagem também traz consigo aspetos comportamentais que permitem integrar a mudança da língua.

Um outro ponto a considerar são os fatores internos à língua, como as estruturas e as regras que se podem opor às mudanças, mas elas alteram-se, ao longo do tempo, na sua utilização. Um exemplo sobre as mudanças ocorridas no espaço e no tempo é-nos dado por Mateus (2007) na frase “havido este conselho”, uma frase do português médio que entrou no português clássico, mas que raramente se ouve no português moderno.

Por outro lado, o contexto extralinguístico da língua é a principal causa de mudança, colocando em destaque os contactos entre línguas através da observação das diferentes realidades sociais, políticas e culturais de cada língua. Sobre estes mesmos fatores extralinguísticos, ou causas externas, Mateus (2007) afirma serem as que “provocam alterações internas” (p. 44-45). Se se considerarem as mudanças no campo lexical, motivadas por empréstimos resultantes de contactos linguísticos, verifica-se que a variação começa pela ordem histórica, cultural e social das palavras, podendo restringir o significado de algumas expressões. Por exemplo, em algumas regiões de Angola encontramos os nomes “funje”, “chima”, “pirão” e “luko” para pratos típicos do país, mas que correspondem igualmente ao nome de uma região. É uma realidade comprovada em Portugal onde, por exemplo o “borrego” é conhecido em várias regiões por nomes diferentes.

Por outro lado, na sintaxe há um grande número de construções frásicas que evidenciam as alterações, sendo a principal causa a influência externa de construções frásicas vindas de outras línguas, como por exemplo, “Posso ter um copo de água?”.

Na lista de causas extralinguísticas dentro da língua portuguesa em Angola podem ser incluídos os empréstimos e a influência das línguas nacionais, porque estas são a L1 e/ou L2 de alguns falantes do português.

Todas as formas de variação linguística são princípios, instrumentos analíticos e interpretativos da língua. Todavia, a variação é a forma como a língua difere pela falta de

padrões absolutos, havendo um número incontável de ocorrências que o atestam, como por exemplo, o facto de uma comunidade chamar a uma “urbanização” “vila habitacional” e outra comunidade apelidá-la de “cidade”. Esta variedade é, acima de tudo, o resultado de uma dinâmica social e coletiva entre os falantes. Assim, cabe-nos afirmar que as características das variações seguem os limites sociais dos utilizadores da língua, porque é no contacto social, económico, geográfico, regional, escolar e profissional que os falantes da língua se identificam socialmente.

O uso oral da língua conduz igualmente à distinção dos falantes, mesmo em situações de paridade entre os interlocutores e é habitual, na oralidade, a existência de expressões que são muito frequentes ou muito familiares como:

Pode cozer [k ɔzer] as batatas para o final de semana.

Podemos coser [k ɔser] que ótimo.

Comecei a cozer [k ɔzjr] as batatas.

São algumas observações fonéticas que marcam o discurso oral de alguns falantes de português, porque o nosso entendimento da língua não se restringe a uma gramática escolar. A língua é um saber feito de experiências dentro da sociedade, na qual todos se encontram inseridos e onde acontece a variedade fonética e fonológica reconhecida pelos restantes falantes. Uma língua pode ser classificada e descrita de acordo com as variedades, quer seja a nível dos sons quer da sua pronúncia, o que coloca a tónica sobre o facto de uma língua ser articulada dentro da sociedade e entendida por todos os seus utilizadores apesar das diferenças.

Como foi referido anteriormente, a língua está condicionada pela sua história e, hoje, os autores que se dedicam aos estudos voltados para a implementação do português em Angola apontam caminhos para a sua variedade no território. No nosso entender, as realizações linguísticas do português a nível regional enquadram-se em falares ou variedades diatópicas. Segundo Raposo e os seus colaboradores (2013), “são variedades geográficas ou diatópicas do português tanto o português de Portugal, português do Brasil, o de Angola ou de Moçambique, como o dialeto do Barlavento do Algarve, o barranquenho, os dialetos micaelenses ou os dialetos brasileiros nordestinos” (p. 85).

Por outro lado, podemos optar uma abordagem geolinguística em ocorrências de um linguajar regional de nível sociocultural considerado diatópica. Tal como afirmam Faria e os seus colaboradores (1996), “[q]uando (...) a variação está relacionada com fatores geográficos - diferentes uso da língua em regiões diferentes - fala-se em variação diatópica (do grego *Topos* «lugar») ou geolinguística ou ainda dialetal” (p. 479). Este tipo de casos podem ser comparados entre um falante que vive em Luanda e outro que vive em Benguela e, atendendo à variação diatópica, as produções destes falantes podem ser caracterizadas em termos fonéticos ou fonológicos pela sonorização e pelo ensurdecimento de certas palavras, consideradas marcas de oralidade específica. Estas marcas tornam-se evidentes, no seu contexto oral, quando se nota a ausência ou perda de som, no caso do ensurdecimento, ou quando se verifica a vibração das cordas vocais, caso seja sonoro. Ainda como exemplo de

variação diatópica, também se pode encontrar um cidadão da capital Luanda que diga “jindungo” e um outro cidadão de Benguela que diga “picante” ou “piripiri”.

Acreditamos que as variações linguísticas não devem ser caracterizadas como prejudiciais para um país ou para a norma-padrão e que, pelo contrário, são positivas para a língua, pois promove que sejam concebidos planos linguísticos de regulamentação das diferenças, reconhecendo a marcante heterogeneidade linguística dentro de um país, não só a nível dialetal como também pelas diferentes situações de comunicação dos falantes, condicionadas pela atualização discursiva em vários contextos sociais, históricos e geográficos. De acordo com Peres e Mória (1995) “não existem - digamo-lo uma vez mais - boas ou más variantes. Há apenas organizações diferentes no quadro de um sistema linguístico amplo e flexível” (p.39), o que destaca o papel das línguas como veículos de comunicação dos povos e, no presente trabalho, reiteramos que a variação deve ser avaliada sob critérios teóricos e científicos de diferenciação que não preterem uma variante A perante uma variante B e que consideram, por princípio, que todas estão em pé de igualdade.

No caso específico do presente estudo, serão tidas em linha de conta marcas regionais de diferenciação existente dentro da língua portuguesa. Partir-se-á de um de um *corpus* linguístico e analisar-se-á aquilo que pode ser denominado de “traços”, porque estes, de uma forma geral, marcam as principais diferenças linguísticas em todos os dialetos de qualquer país. Raposo e os seus colaboradores (2013) afirmam que

Neste contexto o ‘traço’ é usado na aceção comum de elemento, dado ou aspeto que caracteriza ou distingue, tradicional em dialetologia para identificar cada uma das características de um dialeto. [...] qualquer (falante de) português tem das diferenças entre os dialetos para verificar quais os traços que são verdadeiramente sentidos como diferenciadores e capazes de fazer reconhecer a proveniência regional de uma pessoa (p. 90).

Por exemplo, uma pessoa do sul ou do centro de Angola pode ser caracterizado pela nasalização das palavras, como na palavra <ovo>, na qual a vogal oral /o/ por influência da língua nacional Umbundo ou Kuanyama é pronunciada como se estivesse diante uma vogal nasal /õ/ [õvo], outrossim, se o falante for proveniente do norte ou do leste do país pode pronunciar a mesma como uma vogal oral /o/ na forma tónica [’ov o], o que poderá ocorrer através da influência da língua Kikongo ou Cokwe e em outros pontos do país, talvez como o litoral, o façam com a maior naturalidade.

1.3.2 Regionalismo

No que diz respeito aos regionalismos, estes designam vários elementos diferenciadores linguísticos que se consolidaram através do conservadorismo cultural ou social, com ocorrência numa determinada localidade e restringidos a zonas com uma grande particularidade linguística. São especificidades internas e geográficas, cuja explicação deve

ser conhecida por meio de estudos diatópicos e integradas no objeto de estudo da dialetologia, área capaz de as tornar ímpares e específicas em relação aos demais dialetos e registos localizados no mesmo espaço ou em diferentes parcelas territoriais.

Relativamente ao termo “regionalismo”, e antes de o desenvolver do ponto de vista linguístico, este designa parte de um território. Machado (1995) sugere que, etimologicamente, o termo regionalismo é uma ampliação da palavra “região (...) do latim *regiōne*, território, terra ou provincial” (p. 64). Quando aplicado à Linguística refere-se ao registo linguístico de locutores situados numa determinada área geográfica ou regiões que poderá não ser encontrado numa outra região revelando especificidades lexicais, de pronúncia e, quiçá, no vocabulário. Silva (1999) refere que o regionalismo é um “dialetismo, provincianismo aquilo que diz respeito a uma região” (p. 496), colocando em destaque características arcaizantes que prestigiam um conjunto de traços linguísticos tipicamente locais. Considerando algumas características, enquadram-se nesta conceitualização outras formas de regionalismo que contribuem para a conceção de uma política linguística e social dentro de grupos conservadores ou ideologias, cuja função é manter conservado um código oral ou um dialeto puramente regional como uma tendência social ligada a um grupo específico. Trata-se de uma política, que do ponto de vista linguístico, diz respeito à cultura e à história social de uma dada região ou província. O conceito associa-se largamente à geolinguística e incide sobre múltiplos aspetos de uma dada fala, tendo em consideração a tipicidade de vocábulos praticados pelas classes sociais onde constam crianças, mulheres e adultos.

Considerando o *status* social, os adultos são os que mais conservam um falar local, prestigiando culturalmente diferenças linguísticas em relação a outras regiões. Neste sentido, entende-se que

São diferenças que se denotam no modo de falar em termos sócio-culturais, essas diferenças podem ser maiores ao nível da região ou regiões que estão distantes uma da outra. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto [...] mesmo o nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra (Teyssier, 1997, p.79).

De acordo com Paul Teyssier (1997), as diferenças, de cariz regional, entre o modo como se fala dentro de uma região em relação a outra pode ser entendida tendo em vista o lugar, o que significa que a cultura, a origem das pessoas e o nível de escolaridade são alguns critérios que se devem ter em consideração para se aferir as diferenças localmente.

Na área das ciências linguísticas é comum o nome regionalismo ser visto como fenómeno linguístico da matriz dialetológica. Nos estudos de dialetologia portuguesa elaborados por Cintra (1995) para o atlas linguístico foi confirmado o interesse científico da linguística pelos regionalismos em pesquisas dialetológicas, diretamente ligadas à

sociolinguística. O autor, ao cartografar e registar os regionalismos dialetais numa dada extensão geográfica, estabeleceu uma abordagem pela qual confirma que

Parece mais do linguista falar do interesse científico do estudo dos falares regionais. É a dialetologia que se encarrega de estudar um falar local, ou se trate de recolher dados para a elaboração de um atlas linguístico, que é um grande instrumento da linguística moderna (p.10).

A abordagem do professor Lindley Cintra é uma grande base fiável que traça com precisão os regionalismos e o interesse que a linguística revela por estudos regionais e pelo conjunto de diferenças na linguagem dentro do mesmo espaço geográfico.

As peculiaridades históricas e culturais que caracterizam cada região são a base para a avaliação das variações dialetais. A pesquisa aponta, especificamente, a dialetologia como área preciosa para a investigação, onde a recolha dos dados por meio da entrevista é feita diretamente junto dos falantes locais, com a finalidade de conseguir delimitar os regionalismos dentro de um país com credibilidade e fiabilidade. No território português, por exemplo, tudo indica que existem expressões regionais típicas que podem ser encontradas no norte, leste ou no sul, mas que podem não existir no centro do país.

A noção de realidades diferenciadoras da língua é maior que o termo regionalismo, expressando, desta forma, uma “tendência para considerar unicamente ou para fazer prevalecer os interesses da região em que vive” (Silva, 1999). Neste sentido, “regionalismo” torna-se num conceito que aponta para roturas sociais entre as comunidades, onde cada uma luta por impor os seus interesses, quer sejam culturais ou linguísticos, mas reiteramos que, do ponto de vista linguístico, não se deverá julgar este ou aquele regionalismo, mas deve-se, sim, compreender o carácter histórico da língua que alavancou esses mesmos regionalismos. É importante que o termo regionalismo não seja associado a separatismo. Segundo o pesquisador, sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre, no seu *Manifesto regionalista* (1967), o termo diz respeito a “unidades de traços culturais, com uma ligação a determinadas práticas e representações fundamentadas na heterogeneidade regional” (p.169). O autor, neste estudo sociológico a partir de uma problemática administrativa, indica que o regionalismo não deve ser entendido como separatismo do norte com o sul, mas como traços que elencam a heterogeneidade cultural e linguística de um território.

É importante ter em linha de conta que o regionalismo, nas mais diversas formas de abordagem, diz respeito a especificidades geográficas enquadradas em diferentes categorias sociológicas, históricas, políticas e linguísticas, isto é, segundo o estudo que cada área necessita de descrever.

O estudo que aqui se apresenta procura seguir uma abordagem linguística, a fim de contribuir para a compreensão dos fenómenos linguísticos regionais, mais concretamente do português de Angola que é, simultaneamente, uma fusão entre o português padrão e as línguas nacionais e fronteiriças. O linguajar regional é muito ignorado e banalizado e precisa

de ser estudo e definido em favor do desenvolvimento do ensino da língua portuguesa em todas as regiões do país.

1.4 Distinção fonética vs fonologia

Quando se faz o uso de uma língua e, ao mesmo tempo, se ouve a produção dos sons é possível caracterizar esses mesmos sons, porque é a partir destes que se transmitem os significados que permitem a interação comunicativa, facilitando a distinção entre as unidades acústicas, as quais são estudadas pela fonética e fonologia.

Em traços largos, a fonética afeta a fala e a fonologia afeta a língua. Esta última direciona toda a sua atenção para a função que os sons exercem na língua, isto é, o sistema fónico dentro de uma perspectiva puramente sincrónica da língua. A fonologia não detém a premissa de dar significação aos sons da fala, mas preocupa-se com os sons da língua durante o seu funcionamento

A fonologia, pelo contrário, não se pode abstrair do significado: estuda o significante em relação com o significado. Estuda a função dos sons na língua. Na multidão dos sons de uma mesma língua atualizadas nos atos de fala, a fonologia opera uma seleção e apenas retém os traços essenciais ao funcionamento da língua (Baylon & Fabre, 1990, p. 121).

Mediante toda a atualização discursiva dos falantes a fonologia procura determinados traços para dar soluções acerca do sistema da língua, de modo a responder a questões referentes aos fenómenos intrínsecos ou extrínsecos da mesma e ao seu real funcionamento.

Numa leitura atenta da literatura dedicada ao tema, verifica-se que vários investigadores associam as duas componentes, enfatizando a relação mútua: Bechara (2003b) indica que a fonética tem em conta a realidade acústica, enquanto a fonologia considera a distinção das unidades acústica, contudo ambas estudam o aspeto físico-fisiológico, isto é, o aspeto fónico; para Barbosa (1994, p. 70), a fonologia de uma língua é o estudo linguístico da respetiva fonética; Graça Rio-Torto (1998, p.33) reforça que a fonologia estuda as unidades abstratas que se materializam através da fala; Mateus (1990a, p. 297) indica a fonologia como estudo que obriga a um exercício de abstração a partir do nível sonoro da língua. Ao longo da nossa pesquisa, verificou-se a escassez de trabalhos de autores angolanos, considerando-se de vital importância que sejam criadas as condições que promovam este género de estudos dentro do contexto angolano.

No que diz respeito à comunicação linguística o verdadeiro papel da fonologia é o de elencar a cultura de ouvir e do falar humano. Segundo Barbosa (1994), “[a]o contrário da pertinência fonética, que é física e, portanto, releva das ciências da natureza, a pertinência fonológica é funcional e releva de uma ciência humana ou cultural, que é a linguística”

(p.74). Ao fundamentar a pertinência física e funcional acredita-se que a explicação é reveladora para a classificação e produção dos sons humanos. Já Bechara (2003a) salienta que a fonologia “estuda o número de oposições utilizadas e suas relações mútuas enquanto a fonética experimental determina a natureza física e fisiológica das distinções observadas”. Mediante os factos apresentados verifica-se que ambas as disciplinas pertencem ao nível biológico do falar humano, que pode ser condicionado psicologicamente ou fisicamente.

Esta abordagem revela que os traços fônicos da língua, no seu estatuto fonológico, são reconhecidos pelo seu desempenho dentro da atividade sociocultural ao formarem significados em presença (ou ausência) da fonética, através da articulação da língua e dos fonemas.

Jorge Barbosa (1994b) demonstrou que em fonética os sons têm uma pertinência física, isto é, deve-se entender que os sons da língua são relevados através do ponto de articulação, procedendo-se a uma caracterização física de acordo com as vibrações das cordas vocais que, no caso dos sons altos, serão agudos, como [i], [e], [ɛ] e [ɐ] e, no caso dos sons baixos, serão graves, como [a], [ɔ], [o] e [u].

No que diz respeito a sons físicos, estes têm origem nos órgãos de fonação, ou seja, pelo aparelho respiratório, a língua e as cavidades supraglóticas. Deste modo, a exteriorização dos sons da fala é a consequência do conjunto físico dos órgãos e músculos, denominado aparelho fonador, através do qual se produzem os sons da nossa fala e o grau com que se faz a abertura destes. Por exemplo, em fonética faz-se a distinção das oclusivas surdas, sonoras e nasais [t], [p], [k], sonoras [b], [d], [g] e [m], [n], [ɲ], as fricativas surdas e sonoras [f], [s], [ʃ] e [v], [z], [ʒ], laterais [l] e [ʎ], vibrante [r], na ressonância bucal a vogal oral [a] e nasal [ã], anterior [i], posterior [u], aberta [a] fechada [i], de acordo com as articulações físicas ou fisiológicas e de acordo com a fala.

Acredita-se que, em determinadas ocasiões, os elementos fonológicos podem ser comparados com outros elementos ou palavras em circunstâncias onde a diferença real se situa num único som e o mesmo poderá diferir no significado. Isto pode verificar-se quando ocorrem alternâncias, por exemplo, em algumas palavras como “parte” [´parte] [´partu], [´part], [´part ʃi], [p ɔte]; “pala” [´pal ɐ], “bala” [´bal ɐ], “tala” [´tal ɐ].

É essencial considerar que os fonemas constituem realidades orais e a sua representação não deve ser confundida com um grafema da língua escrita, como por exemplo em <asso> e <aço>. Neste caso específico, os fonemas <asso> e <aço> constituem-se na linguagem escrita, mas é necessário fazer a distinção de alguns homónimos da língua portuguesa na sua ortografia padronizada. Mateus (1990) refere que se tratam de unidades distintas por distinguirem significados. Em regra, estas unidades distintas são o se denomina de fonema. Na transmissão fonológica em português é comum usar-se barras oblíquas (/ /), que servem para indicar os elementos fonológicos localizados como pares distintos, por exemplo, /e/, /u/, / ɐ / e / ɔ / e assim o primeiro exemplo, “asso” e “aço”, são representados na transcrição fonológica como /asu/, um critério similar ao que se usa em fonética, mas diferenciável pelas barras.

Detendo estes conhecimentos sobre fonologia, pode reconhecer-se um número diferenciado de fonemas dentro da língua portuguesa, os quais formam inúmeras palavras em português a partir de consoante, vogais e semivogais como se vê abaixo: Consoante iniciais: [p], [b], [t], [d], [k], [g], [f], [v], [s], [m], [R], [z], [ʃ], [ʒ] e [n].

Médias: [ʎ], [r], [ɲ].

Finais: [ʃ], [r], [l].

Vogais: [i], [e], [ɛ], [a], [ɐ], [ɔ], [o], [u], [ĩ], [ẽ], [ẽ], [ũ], [ɐ], [ô], [ɐ],

Semivogais: [j], [w], [j], [w̃].

De seguida, apresentam-se alguns exemplos de fonemas como:

Consoantes iniciais:

Fala [ˈfal ɐ], vála [ˈval ɐ],

Pala [ˈpal ɐ], sala [ˈsal ɐ],

Rala [ˈRal ɐ];

Consoantes médias:

Ripa [ˈRip ɐ], riba [ˈRib ɐ], lato [ˈlatu], lado [ˈladu], seco [ˈseku], cego [ˈsegu];

Consoante finais: mal [ˈmal], más [ˈma ʃ];

Vogais: bico [ˈbiku], beco [ˈbeku], sede [ˈsed ə], sede [sɛd ə], mezinha [mezí nɐ], mazinha [mazi nɐ], cintar [sítár], sentar [sětár];

Semivogais: pai [p ɐj], pau [páw], são [s ẽw].

Entende-se que os elementos fonológicos são denominados por fonemas, mas, por causa da relação que a fonologia estabelece com a fonética, para esta última a realização dos fonemas é elevada a fones. Segundo Mateus (1990), quando existem diferentes realizações do mesmo fonema, estes podem ser denominados de variantes ou alofones.

O estudo da fonologia é inserindo nos sons vocais elementares e os fonemas como divisão mínima da fonologia. A divisão mínima na segunda articulação da língua é a dos sons vocais elementares, que podem ser vogais ou consoantes (Camara, 1996). As questões fonológicas relevantes foram expostas por Camara (1996) quanto aos sons vocais e elementares. O autor observou que estes abrangem vários sons da língua portuguesa dos quais um indivíduo se pode aperceber, contudo é de recordar que já anteriormente Mateus (1990) salientou que esta diferenciação, ou a realização de sons idênticos num mesmo fonema, são os denominados de alofones ou variação dos fonemas. É por este motivo que Camara (1996) vê entre os sons que abrangem os fonemas a existência de outros sons vocálicos elementares que algumas vezes são perceptíveis segundo a apuração auditiva individual e de maneira diferenciada.

Por exemplo em português o fonema /s/ contrasta com /ʃ/. Um ou outro falante poderá pronunciar a palavra sacu [ˈsaku] e saco [ˈʃaku], suco [suku] e soco [ʃoku]. Pensa-se que estas diferenciam-se apenas pelo som, mas na realidade referem-se à mesma coisa, pois isso não nos indica uma substituição da forma habitual da língua por outra. Em oposição, a escrita conduz a erros ou a uma confusão ortográfica, a uma divergência articulatória da

língua portuguesa e, de um modo geral, varia segundo o registo da pronúncia deste ou aquele falante do português.

Entende-se, todavia, que no estudo dos alofones se pode elucidar que estes podem ocorrer de duas formas: posicional, ou seja, de acordo com a posição do fonema e como uma variação livre, que ocorre na divergência articulatória dos falantes.

Dá-se uma assimilação aos traços dos outros sons contínuos ou um afrouxamento ou mesma uma mudança de articulações em virtude da posição fraca em que o fonema se acha. Já outro tipo é o da variação livre, quando os falantes da língua divergem na articulação do mesmo fonema ou um mesmo falante muda a articulação conforme o registo em que fala (Camara, 1996, p. 35).

Muitos sons linguísticos que usamos em língua portuguesa, quotidianamente, terão sido assimilados a partir do meio social em que estamos inseridos. Por este motivo o autor elucidar que o primeiro alofone trata-se do posicional, que se encontra dentro do conjunto dos fonemas de uma determinada língua. Este pode definir o registo da fala local. É por esta mesma razão que ao longo deste trabalho se destaca que a variação linguística é muito importante para o estudo da língua portuguesa a fim de compreender os fenómenos locais.

Este ponto de vista ajuda-nos a ter em consideração, uma vez mais, as variações regionais, uma vez que com a proposta dos alofones posicionais se pode demonstrar a variação dos regionalismos dos falantes de Angola. Neste caso concreto, os falantes que residem em ambientes distantes dos grandes centros urbanos ou no interior das províncias em oposição aos falantes localizados no litoral são facilmente identificados e distinguíveis através de certas combinações entre vogais e consoantes.

Sobre a pertinência dos alofones posicionais, Camara (1996) ilustra que podem ocorrer, por exemplo, com os fonemas /d/, /b/, vozeados perante os fonemas /e/ ou /i/. No encontro destas pode ocorrer uma diferenciação que contrasta no ponto de articulação, de maneira que numa determinada região do país se pode apontar para a fricativa de /d/ e /b/ e noutra região, com um timbre mais brando ou nasal do sotaque, o fonema /b/ como é próximo do fonema /v/ pode, por vezes, assemelhar-se às línguas nacionais.

O segundo alofone pode ocorrer na segmentação se em causa estiverem as variantes livres em fonemas como /r/, uma consoante velar vozeada, mas pode dar-se que esta tenha diferentes vibrações faríngeas e acontecer por uma questão de aproximação de determinados fonemas da língua portuguesa. Isto é, resultante de uma série de vibrações da ponta da língua aos dentes superiores Camara (1996). Chama atenção que este fonema tem grande relevância ao caracterizar outros fonemas da língua portuguesa em termos de sotaque local ou distinguindo falares regionais a nível articulatório.

Por ex., determinados falantes face a capacidade articulatória de pronunciar os fonemas /f/, /k/, /l/, /d/ em palavras como: [f' e řu] → [f' eru], [fa řer] → [faλ er], [ka řu] → [karu], ['are er] → ['ad ier], [v' ar e] → [v' al e], [p' arad e] → [p' a řad e]. São na realidade

algumas formas articulatórias que podem ter ocorrências na língua portuguesa onde o problema não é a forma errada de produzir os fonemas. Mas o de emitir os verdadeiros traços distintivos dos fonemas, sem insinuar, sem sentir os traços distintivos dos fonemas mais ou menos semelhantes da língua materna Camara (1996). Este é um assunto de extrema delicadeza, que muitos falantes apresentam, mas em questões significativas, o segmento fónico destas palavras é o mesmo.

Por este motivo, a variação livre demonstrada anteriormente reforça que o sistema fonológico do português é marcado pela coexistência de muitos sons, tal como foi esclarecido no ponto 1.1, no qual se teceram considerações acerca da geolinguística, reforçando que a língua portuguesa em Angola se trata de um diassistema onde, entre os diversos traços distintivos de línguas regionais, existem traços e linhas de diferenciação fonológicas individuais e coletivas.

Considera-se que estes traços distintivos podem ser explicados através dos fatores socioculturais e regionais onde também podem figurar questões como a profissão, nível de escolaridade, *status* social dos falantes e a origem geográfica ou regional do falante. Portanto, variação livre está associada a estas características. Segundo Graça Rio-Torto (1998) “[a]s opções alofónicas de que a língua dispõe podem, pois, frequentemente, ser entendidas como índices de ordem vária, permitindo assim caracterizar diatópica, diastrática e/ou difasicamente as produções fónicas e/ou os seus autores” (p. 36.). Aqui está a génese destas opções ao clarificarem várias possibilidades que levam a compreender quais são as opções alofónicas a nível do vocalismo átono ou tónico e as diferenças encontradas nas produções fónicas a nível diatópico ou diafásico.

Perante o exposto, considerando as variações linguísticas regionais para uma análise fonológica do português falado em Angola, entende-se que esta análise *a priori* é concebida em função das características fonéticas e fonológicas que foram elencadas e que mostram que os sons da língua portuguesa se encontram influenciados por um número pertinente de línguas regionais que se incorporam no português com uma multidão de sonoridades no funcionamento da língua portuguesa.

Para Mateus e os seus colaboradores (1990) “a pronúncia de uma mesma frase da língua pode apresentar diferenças de acordo com diversos dialetos regionais ou sociais, ou de acordo com a sua utilização num registo mais formal ou mais pausado ou mais coloquial, ou mais rápido” (p. 303). Entende-se que estas diferenças significativas podem, em determinado momento, não alterar o significado da mensagem ou do conteúdo da frase ou das palavras que constituem a frase, mas cremos que a sua representação, ao fazer-se a transcrição fonética, será diferente.

Capítulo II: Contacto entre línguas em Angola

2.1 Caracterização sociolinguística de Angola.

Ao retratarmos a língua e a sociedade angolana temos que ter em consideração que Angola é um país com muitas complexidades linguísticas. No que ao seu perfil sociolinguístico diz respeito, deve ter-se em conta o aspeto social que a língua desempenha e os fatores que, de uma maneira ou de outra, podem influenciar o falante caracterizando-o através da sua atitude perante a língua. A abordagem que se impõe para o país ajudar-nos-á a perceber o real retrato das relações entre a língua e a sociedade bem como as condicionantes sociais existentes dentro da organização linguística do país que influenciam a língua portuguesa e que dão origem a diferenças significativas nos falantes.

A sociolinguística entende-se o como estudo das relações privilegiadas entre a língua e a comunidade em função de grupos de indivíduos no âmbito interno do país. Assim, o português, como língua oficial e veicular em Angola, aparece mesclado de interferências de outras línguas faladas neste espaço e, nesta relação, terá necessariamente que se admitir que essas mesmas interferências impulsionam o aparecimento de variações regionais a nível do país.

É neste contexto que as línguas regionais assumem importância relevante neste espaço geográfico e que faz com que elas surjam como fator a ter em consideração na relação existente entre a língua e a sociedade. Os distanciamentos espaciais dos falantes constituem, pois, um elemento de peso relativamente à variação linguística, uma vez que estas mesmas variações surgem de acordo com o espaço geográfico ocupado pelos falantes. Deste modo, os pressupostos da sociolinguística perante as pesquisas dentro de um espaço como o de Angola levadas a cabo por William Labov (2008), que se ocupou das questões teóricas face à realidade sociolinguística, são incontornáveis para nos ajudar a compreender porque os mais variados factos sociolinguísticos verificados no país.

Acreditamos que a ligação efetiva da sociedade com a língua se prende com diversas problemáticas, sendo que uma delas é a ligação complexa que pode ser estabelecida ao pensar a sociedade angolana e a sua realidade linguística que, como mencionado acima, é composta de uma grande diversidade de línguas regionais, dando assim origem a tipologias de variações. Os investigadores estimam que existam aproximadamente cem línguas na totalidade do território angolano. A língua portuguesa é, para uma parte da população, a sua língua primeira ou, pelo seu carácter veicular, é a língua de unidade nacional em Angola, constituindo um importante objeto de estudo no campo da sociolinguística. Todavia, e segundo os parâmetros estabelecidos entre a língua e a sociedade, o vasto número de línguas

faz com que se verifique um crescente fenómeno de heterogeneidade uma vez que só português tem a função de língua oficial e plurifuncional na sociedade angolana. A sua expansão deu origem ao português vernáculo de Angola tornando-se, ao mesmo tempo, língua nacional nos quatro cantos do país ligando vários grupos etnolinguísticos e favorecendo o intercâmbio comunicativo no meio de uma vasta diversidade social.

A par de outros novos países emanados do império colonial português, Angola foi uma das suas mais importantes colónias dada a sua localização geográfica tendo, por este facto, obrigado Portugal a povoar o seu império de maneira intensa criando políticas que obrigariam os angolanos a falar a língua portuguesa desde o início da ocupação, sobretudo no litoral.

Ao tentar fazer o retrato das empreitadas de Portugal em África, reconhece-se que a questão sociolinguística de Angola é importante dada a existência de um número invulgarmente alto de línguas ali faladas bem como das onze famílias linguísticas de maior destaque, Endruschat e Schmidt-Radefeld (2015). Hoje, com os estudos da sociolinguística, é possível trabalhar esta problemática, já que ela é uma realidade linguística incontornável não só pelo contacto das cem línguas locais com a língua portuguesa, mas também pelo impacto que essa mesma diversidade tem no português falado em Angola que é, ao mesmo tempo, a língua de escolaridade da maioria.

Relativamente aos dados numéricos que demonstram a percentagem das línguas nacionais *a priori*, eles são fundamentais porque só estando familiarizado com eles se consegue estudar as interferências dessas mesmas línguas no português. Por isso, ao falar de uma comunidade linguística angolana temos de ter em consideração estes dados numéricos. Gramadi (1983) afirma que “Na realidade, não se pode definir uma comunidade linguística se não se tiver em conta o número de línguas que nela são praticadas” (p.36). Deste modo, a realidade local pode dar lugar ao contacto com a língua portuguesa apontando para a variedade interlinguística em condições próprias, isto é, quando se está em comunidades regionais onde se fala uma determinada língua local. Por outro lado, entendemos que a influência da língua portuguesa nas províncias mais costeiras também se deveu, em grande medida, às atividades desenvolvidas pelos portugueses vindos da metrópole que tinham, como seria natural, o domínio da língua. Com o povoamento das cidades costeiras e com um número considerável de falantes da língua portuguesa pretendia-se que o enraizamento da língua do colonizador fosse dominante, relegando para segundo plano as línguas locais.

Ainda no que diz respeito a este facto histórico, Maria H. Mira Mateus (2014), ao retratar a difusão da língua portuguesa no mundo, refere-se a esta particularidade regional de Angola ao reafirmar que a língua portuguesa tinha o *status* social de língua de comunicação mais generalizada no litoral “Recordemos que desde o final do século XVI, até ao século XIX tinha o estatuto de língua de comunicação generalizada no litoral africano” (p. 32). Considerando as zonas litorais como espaços privilegiados ajuda a compreender os primeiros contactos sociolinguísticos. O mesmo pensamento é sublinhado por Costa (2016) ao referir que “Litoral contribui por ser zonas da primeira colonização, facilitando o contacto com a língua portuguesa, desde os primeiros momentos da colonização” (p. 379). Pode-se assim, com

elevado grau de certeza, concluir que a zona litoral teve grandes influências não só na língua portuguesa mas também nas próprias línguas nativas pois é possível verificar que nas línguas nativas do interior também se verificam diferenças fonéticas ou fonológicas, ou seja, é possível encontrar características nítidas que diferenciam um falante do português do litoral do falante do português que reside em regiões do interior.

As zonas costeiras sempre foram zonas de maior atração para muitos mercantilistas e, cremos que aí se veiculavam também projetos idealistas, políticos e filosóficos, o que justificava, neste período, a constante presença de personalidades envolvidas que davam conta das fragilidades da administração colonial portuguesa em Angola. Portugal, incapaz de lutar contra este estado de coisas e impotente face ao ambiente sociolinguístico em questão, optava por fechar os olhos perante uma realidade intransponível. Mateus (2014) precisa que “Portugal, esquecendo voluntariamente as dezenas de línguas aí faladas e transportando, através do português, valores cuja transmissão ilusoriamente permitia segurar os pontos do espaço imperial” (p. 32). Mediante estes acontecimentos, as políticas de uma só língua para a província de Angola, além de ilusórias, constituíam-se como uma grande miragem imperial, uma vez que as características reais do povo local eram muito distintas ou seja, a sociedade não era socialmente homogénea.

Acredita-se que a transplantação linguística não seria possível visto que a língua portuguesa, no meio das múltiplas línguas existentes não eliminaria, por si só, as outras línguas locais. Vejamos o caso do próprio litoral angolano onde se falava outras línguas, como, por exemplo, em Cabinda Kikongo, em Luanda Kimbundo, em Benguela Umbundo, em Kuanza Sul Kimbundo, no Zaire kikongo, no Namibe Oshihelelo, em Kuanyma e Umbundo e que, em termos etnolinguísticos, são povos com culturas diferentes e extremamente numerosos.

No entanto, esta mesma convicção acerca das políticas linguísticas, outrora limitadas à costa marítima angolana, não deixa de ser sublinhada por Cosme (1978) que, ao referir-se a estas políticas, diz que a grande maioria se concentrava na orla marítima. De acordo com o autor, os portugueses praticamente haviam falhado todas as tentativas de introduzir a língua colonial em outras regiões, nomeadamente no interior do território.

Uma das possíveis dificuldades de penetração tardia da língua portuguesa no interior prende-se com a extensão territorial de Angola. A população que saiu da metrópole para povoar alguns espaços na orla costeira era muito reduzida e, aquele que era o desígnio colonial de disseminação da língua portuguesa por todo o território logo se desvaneceu fazendo com que aparecessem grandes assimetrias não só geográficas, mas também sociolinguísticas a nível das várias regiões. Apesar da língua portuguesa se ter constituído como língua oficial depois da independência, ainda são visíveis os vestígios dessas mesmas assimetrias, em grande parte, devido aos preconceitos linguísticos existentes.

Juliette Gramadi, ao debruçar-se sobre as variedades geográficas e variedades sociais, pronuncia-se estabelecendo que quando a diminuição de contacto ou, quem sabe, a falta de frequência comunicativa entre as várias populações do mesmo país pode ser um fator catalisador que propicia o aparecimento de diferenças linguísticas marcantes dentro de um

país, ligadas estas ao afastamento dos grupos sociais no mesmo espaço geolinguístico. Por outro lado, o distanciamento entre dois ou mais grupos linguísticos no mesmo espaço geográfico é um dos fatores que se deve ter em consideração para uma caracterização sociolinguística de Angola, uma vez que o mesmo faz com que surjam variações lexicais ou fonológicas associadas à realidade social e regional que as tornam únicas em cada ponto do país. Garmadi (1983) afirma:

O afastamento de dois ou mais grupos no espaço geográfico pode ter tido causas propriamente sociais; algumas variedades linguísticas que é preciso considerar como sociais e que são praticadas num único e mesmo ponto do espaço geográfico podem ter tido, na origem, certas variedades geográficas, etc. Quer sejam geográficas ou sociais, as variedades linguísticas definem-se como conjunto de diferenças situadas simultaneamente aos níveis do léxico, da gramática e da fonologia, ou só a um ou dois destes níveis dentro do sistema (p. 28-29).

Já anteriormente se fez referência à maneira lacónica utilizada pela autora ao tentar clarificar, de forma estrutural, as variações linguísticas e seus condicionalismos a nível social e geográfico, e a forma como elas surgem nos vários grupos dentro da sociedade, uma vez que, a heterogeneidade social constitui, a nosso ver, um princípio evidente e inquestionável na mudança das línguas. Estas diferenças geográficas da língua se tornam parte integrante e identificador de toda uma sociedade.

Todavia, entende-se que no caso angolano, apesar de existirem indivíduos que utilizam o português como língua veicular, será sempre possível verificar que, em cada falante localizado em uma determinada região do país, com o linguajar da sua cidade ao nível fonológico ou lexical, se serve dos mesmos signos linguísticos que o português lhes oferece.

É de toda a pertinência tentar fazer uma caracterização de Angola com o intuito de procurar alguns indicadores sociolinguísticos que nos levem a compreender a forma como a língua portuguesa e as línguas locais estão distribuídas socialmente, dado que as diferenças sociais são de extrema importância para o esclarecimento de todos os factos sociais que interferem na linguagem. Todavia, se os factos sociais interferem na atividade comunicativa, estes indicadores possibilitar-nos-ão fazer o enquadramento social da língua portuguesa e das línguas nacionais⁹ ou nativas e em que contexto este paradigma língua e sociedade nos permitirá falar de um conjunto de características sociolinguísticas de Angola.

Acredita-se que dentro da lusofonia, com exceção dos países localizados na Europa, América e Ásia, Angola, em relação a outros países africanos de língua oficial portuguesa, é uma nação multilingue quiçá, plurilingue pois alberga uma grande diversidade linguística e que constitui aquilo que entendemos serem línguas naturais de matriz africana.

⁹ As línguas nacionais simbolizam os grupos etnolinguísticos e as culturas vistas a partir das comunidades localizadas em cada região do país (Teresa M. C. e José da Costa, 2016, p. 373).

As línguas angolanas, após terem passado por um período predominantemente designado de estigmatização linguística, um período onde as línguas foram sufocadas, ainda subsistem e é mesmo possível encontrar um número de falantes fluentes, e tipicamente bilingues, como se as línguas nativas, ao longo de todo o período colonial, não tivessem sido afetadas.

Perante o exposto, acreditamos que as línguas angolanas não cederam à transplantação, mas que simplesmente ocorreu um contacto com o português sem que esse facto provocasse roturas significativas. O convívio salutar e diferencial ao lado da língua portuguesa e a ligação de factos históricos e etnolinguísticos do país, sem dúvida, são uma realidade inquestionável pelo simples facto de estas línguas serem faladas quotidianamente e de exercerem a sua influência sobre a língua da potência colonial na sociedade angolana.

Perante esta realidade, as pesquisas realizadas conferem um grau de fiabilidade à língua portuguesa mencionando, por vezes, que ela não tem mais o estatuto de língua colonial que detinha no século XIX, e mesmo no século XX em que a ocupação do território angolano pelos portugueses era ainda uma realidade com tudo o que a ela lhe era associado. Hoje, a língua portuguesa é tida como uma herança adquirida por todos os angolanos, língua oficial e nacional, um feito que poucas nações conseguiram após a sua libertação das potências coloniais. Neste contexto, pode-se notar que, quando se deu a descolonização de Angola, a preocupação sociolinguística no que às línguas nacionais diz respeito, dentro dos limites do país, foi de adaptar às novas condições políticas e administrativas as transformações que viriam a ter lugar, começando pela língua oficial. Nos dias de hoje, talvez fosse pertinente colocar a seguinte pergunta: Que língua nacional pode ser adotada para dar continuidade à administração pública e ao ensino no país?

Pensamos, todavia, que é preciso ser cauteloso no que se refere ao forte vínculo das línguas nacionais com a sociedade em geral porque hoje, como é sabido, as línguas nacionais são tidas como fenómenos de modernidade, mas nunca se constituíram como garante de uma relação homogénea entre elas e a língua do colonizador, como é o exemplo das inúmeras nações europeias como a França, a Bélgica, a Espanha ou a Itália, ou mesmo outras partes do mundo em que o fenómeno colonial teve relevância. Portanto, ainda é tangível o peso da língua maioritária tomando esta a primazia de nacional, o que não é, de modo algum, o caso de Angola.

No que diz respeito às línguas maioritárias em alguns países, Elia (1987) fala da França, onde existem vários tipos de francês, como é o exemplo do provençal ou do franco-provençal. Ainda segundo Elia, na Espanha, a resistência, pelo menos linguística, verifica-se nos casos da Galiza e, sobretudo, da Catalunha. Na Itália, a ‘toscanidade’ versus ‘italianidade’ constitui um debate aceso (p. 114). Nestes países existe ainda um vivo conflito linguístico, mas chama-se atenção para que as línguas nacionais nestas antigas monarquias não se conseguiram impor naturalmente, dado o ambiente de grande contestação por parte de detentores de outras línguas, uma particularidade que não aconteceu em relação a Angola.

Das várias perceções avançadas quanto à língua nacional, temos que estar convictos de algumas modalidades distintivas para que possamos compreender que, uma língua, ao ser-lhe conferido o estatuto de língua nacional, tem necessariamente de responder a algumas disposições que a caracterizem colocando-a em destaque em relação às demais que lhe estejam associadas. Acredita-se que, em termos funcionais, é necessário que ela esteja padronizada, acima de tudo, dentro de um determinado país. No entanto, para que esta questão seja perceptível, chama-se a atenção para os traços que individualizam uma língua nacional a partir de determinadas características. Ainda de acordo com Elia (1987), a língua nacional começa pela sua padronização, a sua historicidade, a vitalidade e dinâmica, os costumes e hábitos que a elencam para que seja uma língua de tradição cultural e literária. Ela deve apresentar-se como edificadora no momento em que se torna uma língua transnacional.

Por este motivo, o critério da padronização entende-se como um instrumento regulador da língua que é, por sua vez, articulada por uma gramática nas práticas escolares para uma boa exposição da oralidade que, por seu turno, caracteriza o *status* social dos falantes, servindo para o fortalecimento de outras variantes ou dialetos subjacentes à língua padrão.

Será pertinente questionarmo-nos sobre as razões que levam a associar a norma padrão à história de uma língua. Porque sendo esta um facto social, e seguindo o raciocínio de Ferdinand de Saussure, é importante e indispensável que se faça um estudo cronológico para tentar compreender o seu passado, pois é sabido que a língua não é um corpo estático, ela evolui e, por meio do passado, consegue-se descortinar os fenómenos que ela enfrentou até chegar ao estado que todos conhecem.

Ainda no que diz respeito a uma língua nacional, é importante referir que ela se encontra disseminada por todo um território e, por vezes, em consequência da sua dinâmica, ela varia de região para região, daí a necessidade de vitalidade de modo a evitar o risco de perda da sua autonomia e da unidade que ela representa no país influenciado pela norma padrão. O exemplo pode ser retirado da própria língua portuguesa pelo mundo fora, pois esta consegue manter a sua grande vitalidade em países como Angola, Brasil, Portugal e igualmente em outros países da CPLP através dos mecanismos dinâmicos aqui apresentados.

É conveniente referir, todavia, que a literatura e a cultura é um património que encerra o conhecimento linguístico nacional. O código escrito da língua, por diversas razões, é o objeto de estudo da linguística histórica bem como da gramática histórica. Através da literatura, podemos dar-nos conta da presença de diversos estilos por via dos regionalismos específicos que distinguem cada região em relação às demais e pelos traços linguísticos onde, muitas vezes, são nítidas as várias marcas da língua como forma de expressão cultural.

Por exemplo, a literatura angolana apresenta características diversas da literatura portuguesa, moçambicana, guineense, cabo-verdiana ou santomense. Acima de tudo, num mundo que caminha a passos largos para a globalização, uma língua nacional deve servir os seus cidadãos também fora das suas fronteiras, o mesmo será dizer que a língua nacional deve

servir os interesses socioeconómicos, tecnológicos em todas as áreas científicas ao serviço das comunidades onde se encontram falantes, o que aponta para a sua efetiva internacionalização.

Em nosso entender, todas as características apresentadas acima não estão elencadas nas línguas existentes no espaço angolano mas que, curiosamente, têm a mesma nomenclatura das línguas nacionais, não dispendo, no entanto, de uma caracterização específica. Pensa-se que elas são usadas apenas como meio de comunicação entre as comunidades ou grupos que têm a mesma língua em comum.

Entende-se que em Angola, o fundamento das línguas nacionais é, essencialmente, tribal, regional, étnico e cultural. Elas não se caracterizam portanto por uma consciência nacional. Poderíamos porventura afirmar que a referência a ‘língua nacional’ se prende apenas com uma ideologia política de consciência nacional. Por este motivo, Cristóvão, Amorim, Marques & Moita (2005) precisam que a língua nacional pode ser aquela que “é falada em determinado território que plasma marcas de uma herança específica ou código de afirmação de originalidade étnico-cultural, pode configurar um elemento caracterizador de uma consciência nacional e, nos casos mais evoluídos, ser suporte de uma expressão literária autónoma” (p. 606). Entende-se que o valor atribuído às línguas nacionais em Angola não é o mesmo da língua portuguesa em Portugal ou da língua inglesa no Reino Unido ou nos EUA. A valorização das línguas nacionais em Angola surgiu apenas após a independência como veículo de promoção das línguas autóctones.

Acredita-se que, em presença dos factos históricos que ocorreram no país, as línguas nacionais estão associadas a grupos etnolinguístico e, por outro lado, a exemplo das línguas bantu no seu todo, são entendidas como tal porque se encontram sediadas dentro da nação angolana como línguas maternas. Por se traduzirem em línguas de convívio, a sua aprendizagem é maioritariamente conseguida num meio familiar, étnico-cultural diferente das línguas oficiais que estão associadas a ideologias políticas de vária ordem para sua implementação.

Muito provavelmente, se partirmos do princípio de que após as lutas independentistas e, posteriormente a libertação nacional, em Angola operavam três grupos ou movimentos que estiveram diretamente envolvidos na libertação e descolonização do país. Estamos convictos de que os mesmos eram sustentados por três línguas regionais: a língua dos Ambundos, dos Bakongos e os dos Ovimbundos com o apoio de outros grupos como os Tucokwe e os Ovakwanyamas. Era, portanto, precisamente na questão linguística e cultural onde residia a grande questão que se impunha relativamente à política sociolinguística do país, daí que a opção do português como língua veicular se tornasse estratégica para que não se alimentassem conflitos internos entre os movimentos existentes no território.

Por outro lado, a razão que foi apontada pelos três movimentos teve a ver, sobretudo, com o facto de os mesmos temerem, na verdade, que a realidade sociolinguística a nível interno e regional se transformasse em motivo de disputas insanáveis. E foi este temor o fator preponderante para se optar por uma decisão de carácter estritamente pragmático. Ferreira

(1988, p. 24-25) argumenta que “Na verdade a situação era extremamente melindrosa [...] corriam o risco da ameaça de uma guerra linguística interminável”. Com base na política de uma só língua, era possível definir uma comunidade linguística angolana, contrariando o aglomerado de muitas línguas, sem que ameaças à estabilidade social se viessem a verificar e, assim, reconhecendo uma língua comum a todas as comunidades, instituições políticas, administrativas se viu resolvido um dos mais complexos problemas sociolinguísticos que internamente dividia a população angolana.

Considerando um qualquer país que aspire a uma certa normalidade, os fatores de ordem política são sempre evocados para a declaração de uma língua oficial que traga a estabilidade política tanto interna como além-fronteiras sem desestabilizar o país. De acordo com Mateus (2014) “Em África a língua portuguesa é uma opção política, uma atitude nacional e tem no momento presente, uma estreita ligação com a sobrevivência dos territórios como países independentes” (p. 33). Convém notar que este tipo de política sociolinguística implementada por Angola, após se ter tornado uma nação soberana, foi um modelo adotado por muitas outras nações para a sua estabilização face à diversidade linguística e cultural existente.

Assim, entendemos que as nações que optaram pela língua dos antigos colonizadores para garantir estabilidade regional dos seus territórios, não só a nível interno como também externo, por questões diplomáticas, se aperceberam que a língua é um instrumento poderoso. Segundo a afirmação de Elia (1987) “A língua dos colonizadores tem a vantagem de ser um idioma já padronizado e disciplinado, veículo de culturas poderosas e tradicionais. [...], pois não se criariam novas barreiras linguísticas” (p.102). As opções respeitantes à adoção da língua portuguesa traria uma convivência salutar dentro da própria elite angolana pelo facto de muitos não pertencerem à mesma linhagem étnica, e facilitaria a tão almejada unidade do país. Se a opção tivesse recaído numa língua nativa, poderiam ter surgido motivações orgulhosas para uma determinada etnia e, por conseguinte, um outro conflito étnico poderia ter tido lugar como, aliás, se tem registado em algumas nações africanas, nomeadamente no Ruanda, Quênia, Tchade, R.C.A ou no Sudão. Estes são alguns exemplos de países em constante conflito etnolinguístico.

Acredita-se que, do ponto de vista sociolinguístico, o país deve ser destacado numa perspectiva em que as línguas nacionais e os respetivos estudos ainda não estão suficientemente aprofundados uma vez que estes ainda se encontram condicionados pela falta de vias de comunicações internas que devem ser ajustadas e aliadas as novas tecnologias. Existindo meios, seria possível mapear todas as línguas através da mobilidade terrestre e comunicativa dos especialistas e investigadores em qualquer canto do país. Pode-se referir que, apesar de existirem condicionamentos naturais, algumas línguas existentes já se encontram mapeadas dentro do país, e encontram-se inseridas no sistema de ensino já desde o momento da proclamação da independência.

António Agostinho Neto, no seu discurso solene no ato da proclamação da independência de Angola, como nacionalista e estadista, deixou claro que reconhecia que as

políticas linguísticas coloniais haviam falhado, e que se estava em presença de uma necessidade urgente de adotar uma língua que se apresentasse com consensual na nova sociedade angolana agora em construção. O português, ainda que língua do colonizador, servia cabalmente o seu propósito enquanto aglutinadora das várias forças, enquanto língua de comunicação além-fronteiras e língua de ciência, portanto, mais pertinente do que as línguas autóctones. Foi por este motivo que se concedeu a exclusividade à língua portuguesa como universal na sociedade angolana a fim de, sem demora, resolver os problemas de literacia deixados pela potência colonial e por se tratar de uma língua de ciência. Esta decisão não logrou, no entanto, acabar com problemas sociais graves e o analfabetismo subsiste ainda, em grande escala, na sociedade angolana. “O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável atualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas” (Ferreira, 1988, p. 41-42); Sassuco (2016)¹⁰ legado de Agostinho Neto na cultura contemporânea de Angola. Refere-se que esta foi uma proposta sociolinguística apresentada pelo primeiro presidente de Angola, pois entendia ele que uma das tarefas sociais da língua é resolver problemas sociais como a literacia.

Por outro lado, Baylon & Fabre (1979) referem que “ocupar-se das relações entre o discurso e o sentimento político” (p.107) é uma necessidade. Estas referências, em nosso entender, tiveram o seu fundamento na alfabetização e escolarização em línguas nativas, não por professores qualificados, mas com a grande ajuda dos missionários evangélicos que ensinavam nas línguas nativas por todas as regiões do país, nas chamadas escolas das missões, também conhecidas, ainda hoje, pela qualidade da alfabetização em línguas autóctones.

Acreditamos que o trabalho de ensinar a ler e a escrever em línguas nacionais, adaptado nesta altura em várias missões disseminadas pelo país, era em muito diferente do ensino colonial. Costa (2016) refere que “era feito exclusivamente em língua materna das crianças, em línguas locais. Os missionários, pois tinham eles primeiro, de aprender a língua dos autóctones só assim, depois ensinar nessa língua” (p. 372-373). Chama-se a atenção para um facto importante nesta fase, que foi verificado no passado, e entendido como um princípio de intercâmbio linguístico onde o professor, para ensinar uma língua, teve primeiro de aprender a língua do nativo, que desconhecia e, neste intercâmbio, os contactos e as interferências são inevitáveis.

Amélia Mingas (2000) refere que em alguns casos “[...] à exceção das escolas dirigidas por missionários onde a língua local podia ser usada como meio de ajuda para facilitar a aprendizagem do português” (p. 48), a relação existente entre língua e cultura fez com que se tornasse necessário que o ensino nas línguas nacionais fosse ministrado a par com o português visto que as línguas nativas não possuíam quase nenhum material escrito como suporte de ensino. Para que o ensino das línguas nacionais fosse concreto, cada grupo tinha de ser alfabetizado na sua própria língua auxiliada pela língua portuguesa, pois seria desastroso se alguém que tem a sua língua materna Cokwe, na região leste, passasse de ser

¹⁰ Ver o capítulo 13 em pistas essenciais para um português de Angola de Sassuco (2016).

alfabetizado na língua Luvale e Olunyaneka, do oeste, ou talvez em Oshindonga, do sul. O ensino ministrado de cordo com a língua que cada grupo dominava foi fundamental face às questões culturais e étnicas, daí o seu imenso sucesso. No entanto, entendemos que o incremento do ensino das línguas nacionais só terá atingido o seu pleno funcionamento com o auxílio da língua portuguesa ao mesmo tempo que também nos permitimos concluir que terá sido esta a estratégia linguística que aprofundou o contacto e consolidou o multilinguismo nacional.

Por este motivo, aqui relembramos a questão levantada por Garmadi (1983) quando fez o retrato da atribuição funcional das línguas em contacto ao sublinhar que “A língua é o emblema do grupo e, para cada locutor, a primeira das atribuições funcionais da língua que pratica é a de ser o símbolo de pertença ao grupo (p.103)”. A autora quer com isto dizer que uma língua é sempre vista como uma marca pertencente a um determinado grupo e o caso angolano não deixa de o ser uma vez que o falante de uma determinada língua nunca irá alimentar o sentimento de pertença da língua em outro grupo pois é sabido que as línguas identificam um povo e não vários povos.

Relativamente às línguas nacionais, as mais generalizadas e em maior número são as línguas bantu, mas para além destas existem outras que, do ponto de vista regional e pelo número reduzido de falantes, têm o estatuto de línguas minoritárias em relação às demais línguas deixando o seu curso normal entregue aos usuários. Mediante a questão cultural enraizada por muitas gerações, estas línguas, ditas minoritárias, não perdem o seu estatuto no país porque são usadas pelas populações em vários contextos socioculturais; elas são, portanto, valorizadas e muito privilegiadas como património linguístico do país.

Pensa-se, todavia, que com o incremento de políticas sociolinguísticas ligadas às línguas nacionais direcionadas para o ensino das comunidades, as línguas prioritárias que vigoram atualmente são as línguas adotadas em grandes cidades ou vilas de maior concentração populacional. Deveremos aqui referir que não se trata de um caso isolado relativo a Angola, mas que, em muitas nações, as línguas que ocuparam os primeiros espaços sempre foram e são as línguas que concentravam e concentram o maior número de falantes, ou seja a língua da maioria. Por outro lado, o ensino das línguas regionais em Angola viria alavancar o crescimento das mesmas visto que, em tempos, Angola, como província ultramarina, conheceu as políticas coloniais expressamente direcionadas para a assimilação dos autóctones ao mesmo tempo que se verificavam grandes ruturas sociolinguísticas dificultando não só a vida dos nativos como também a de muitas instituições, como as igrejas, que tinham, entre outros, o papel de reabilitar uma sociedade fragmentada por uma gestão linguística danosa.

Mediante o exposto, em nosso entender, em alguns períodos ao longo da colonização portuguesa, vários decretos tinham sido criados proibindo categoricamente o ensino e o uso das línguas nacionais nas grandes cidades, mas no interior do território as línguas tinham vida própria e, sem pressão, floresciam de forma exponencial de maneira que ainda se pode

constatar e encontrar indivíduos que não falam a língua portuguesa ou a falam com grandes dificuldades articulatórias e fonológicas.

Vários artigos daquela época confirmam as proibições, mas cabe-nos a nós a tarefa de enquadrar alguns que demonstram com clareza as políticas linguísticas que haviam sido impostas em Angola. Pode ler-se no decreto-lei que consagra tais pretensões e medidas. Norton de Matos (1953) afirma:

2º - Não é permitido ensinar nas escolas das missões línguas indígenas;

3º - O uso da língua indígena só é permitido, em linguagem falada, na catequese;

§ 1º - É vedado, na catequese das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas por escrito.

Ao espalhar do português falado, seguir-se-ia ensinar a ler e a escrever está língua, e a as línguas indígenas iriam desaparecendo rapidamente das províncias portuguesas de África (p. 95-96).

Estamos aqui perante uma citação longa que tem o interesse de servir de exemplo ilustrativo para o que acabámos de expor e que pensamos ser importante e criteriosa para posteriores abordagens.

Refere-se que toda a preocupação em calar as línguas chamadas indígenas através de meios ideológicos, políticos e filosóficos nos parece que não surtiu o efeito desejado já que tudo indica que a potência colonial possuía um desconhecimento quase total da realidade, ou simplesmente a realidade tinha sido deliberadamente ignorada, porque, em momento algum, essas mesmas políticas poderiam ter sido eficazes sem o conhecimento real da situação entre a língua e as sociedades em questão.

Relativamente ao contributo das missões a que Norton de Matos (1953) faz menção, os feitos destas ainda hoje são enaltecidos porque deixaram um grande legado no diz respeito, sobretudo nas áreas do ensino ligadas à literatura, como cânticos de louvor, folhetins e outros materiais que eram readaptados para a realidade socio-cultural dos autóctones. Mudiambo (2014, p. 31) refere que “ as línguas locais nunca perderam o seu dinamismo; foram impulsionadas pelos missionários, na evangelização e alfabetização dos povos, e fortalecidas pelo esforço dos próprios angolanos”. Esta é, apesar de tudo, uma das razões de interferência destas missões no português pois assinalamos hoje a presença de um número infinito de termos lexicalizados, interferências fónicas, morfossintáticas que são amplamente aceites pela sociedade. Expressões como ‘minha cambó’ (meu amigo); ‘cota’ (mais velho), ‘puto’ (menor) são, entre outras, nomenclaturas muito aceites em português. Relativamente à genealogia, o retrato destas pode ser entendido comparando um pouco com

o estudo das origens das línguas indo-europeias, mas na verdade “as línguas, bantu apresentam uma unidade genealógica incontestável. Mas também são visíveis as diferenças, embora mínimas, entre elas. Essas diferenças permitem distinguir uma da outra. Sem as quais teríamos uma única língua” (Fernandes & Ntondo, 2002, p.65). Acredita-se que estas diferenças se registam especificamente a nível fonético, mas que também se podem verificar no caso das questões morfológicas, pese embora ainda o facto de em algumas línguas se manterem traços etimológicos.

Refere-se que algumas especificidades destas línguas são, por exemplo, o uso de vogais breves e longas, como é o caso de na língua Kikongo¹¹: Sola (capinar); soola (escolher); Zinga (escolher); ziinga (embrulhar). Na língua Cokwe nota-se a presença de vogais longas interagindo com as vogais breves como nos exemplos acima: Liso (olho); Cilyato (pata). É notória, em ambas as línguas, a presença de uma vogal chamada vogal de aumento ou adição¹², por exemplo, uma prótese: <sola> soola; <zinga> ziinga que precede sempre o prefixo nominal, como nos dois exemplos acima mencionados. Por outro lado, os fenómenos da fonética articulatória, ao longo dos tempos, vem indicando como os sons se transformam ao longo de gerações. Segundo Raposo et al., (2013), a “adição de regras que impedem a realização fonética de hiatos: acrescentam um segmento, mudam vogais em semivogais, ou fundem vogais, respetivamente. Epêntese ou inserção: em contexto inicial; chama-se prótese em contexto medial; em contexto final chama-se paragoge¹³” (p. 28-29). Estes são fenómenos de mudança notórios, sobretudo na evolução histórica da língua portuguesa através das leis fonéticas que acompanham a sua evolução e a alteração dos sons de certas palavras que as pessoas articulam.

Pensamos que a competência linguística existente no território angolano com as estimativas estatísticas apresentadas no censo de 2016, ainda pode ser notável a falta de uma grande base de dados que englobe todos os tipos de multilinguismo mediante os quais se pode justificar os dados estatísticos a nível de todo o país a partir do censo populacional. É importante aludir ao referido censo, pois ele foi o primeiro a ser realizado em Angola enquanto país independente e o segundo realizado no território nacional em 40 anos após a descolonização. Estes dados podem explicar não só o número da população angolana mas também a divulgação de dados linguísticos.

No entanto, estes dados foram colocados à disposição da sociedade académica para que, através dos mesmos, se possa compreender a conjuntura demográfica e a distribuição das línguas por meio de inquéritos realizados por especialistas. O censo terá revelado algumas inquietações dos académicos que conheciam a amplitude do plurilinguismo em Angola, mas por falta de cientificidade dos dados, muitas vezes o ceticismo interferia com as abordagens que eram feitas a respeito deste assunto em vários fóruns científicos.

¹¹ O Kikongo é a língua do antigo reino do Congo, o primeiro a estabelecer contactos com a coroa portuguesa e atualmente ocupa a região H (Fernando & Ntondo 2002).

¹² Vogais de aumento constituem-se por metaplasmos de fenómenos fonéticos por adição.

¹³ Epêntese ou inserção: inicial, por exemplo stare> estar; prótese: no meio, exemplo, humile> humilde; paragoge: final, por exemplo, amor> amore (Raposo, Bacelar, Mota, Seguro & Mendes, 2013).

A este respeito, Saussure referia-se ao lugar da língua entre os factos humanos, e abordou a problemática do bilinguismo desta forma: “a língua [...], é o produto que o indivíduo regista passivamente, ela nunca supõe a premeditação [...]” (Saussure, 1995, p.41). Esta afirmação torna-se categórica uma vez que quando se pergunta ao indivíduo A ou B, originário de qualquer ponto do país, quais foram as circunstâncias que o levaram a aprender duas, ou talvez três línguas diferentes os mesmos não sabem e não conseguem dar uma explicação plausível que justifique o seu bilinguismo mas conseguem enumerar os fatores acima mencionados.

Em nosso entender, a história sociolinguística do país vem desde os tempos da ocupação colonial e, posteriormente, a guerra civil que se lhe seguiu, que teve uma duração de aproximadamente três décadas, obrigou vários sectores da população a deixarem as suas zonas de origem. Estes são alguns dos elementos-chave que podem ter contribuído para o crescente multilinguismo criando caminhos para o surgimento de diversas realidades sociolinguísticas que hoje são presenciadas no país de forma inquestionável. No entanto, a caracterização sociolinguística do país pode ser considerada natural pois são poucos os fatores exógenos que interferiram na sociedade angolana. Uma outra questão relevante prende-se com o facto de tanto antes como depois do contacto entre a língua portuguesa e as línguas nacionais as pessoas não terem a obrigação se de escolarizar para aprender a falar o Kimbundo, Cokwe ou Umbundo ou outras línguas nativas. Estas línguas não carecem de escrita ou de uma gramática normativa para a sua aplicabilidade; elas são aprendidas através do convívio intergrupar segundo as necessidades das comunidades em manter a comunicação entre si.

A heterogeneidade linguística em Angola tem grandes influências sociais pois ela incide diretamente no modo como a língua portuguesa é ainda vista no país, ou seja, de forma desigual por um indivíduo do norte ou do centro. Sabe-se que a língua é uma estrutura que perante a influência da sociedade faz com que se abra um espaço para que ela comece a dissociar-se da sua estrutura original, marcando diferenças que contrastam com a estrutura da norma padrão, uma variante pré-estabelecida e privilegiada a nível da fala.

Numa sociedade multilingue como a angolana, as marcas linguísticas a nível fonológico, fonético, morfossintático e lexical estão em condições de alicerçar na língua portuguesa diferenças muito relevantes no que respeita a estas estruturas, sublinhadas fundamentalmente, quando estamos perante um falante de Kimbundo, Cokwe, Umbundo ou outras línguas nativas. Por este motivo, às línguas dos grupos majoritários, pelo facto de possuírem mais falantes, segundo alguns dados estatísticos, é conferido o *status* de bantu. De acordo com Mingas (2000) “ [...], as diferentes línguas nacionais locais, de origem africana e pertencem na sua maioria à família bantu” (p.17). A autora pronuncia-se assim sobre as línguas majoritárias da família bantu ao retratar uma dessas línguas, neste caso o Kimbundo falado em Luanda, elencando o contacto e a influência da mesma no português usado nesta província.

No entanto, sobre a maioria das línguas da família bantu, os autores J. Fernandes e Z. Ntundo (2002), muito em consonância com A. Mingas (2000), convergem em unanimidade ao reafirmarem que as línguas bantu de Angola ocupam uma vasta área de extensão do território até ao momento. Acredita-se que todas estas línguas são utilizadas como veículos de comunicação e expressão cultural.

A este respeito, Altuna (1985), referindo-se à cultura bantu de Angola, não deixou de sublinhar que “[...] Os povos bantu formam um dos grupos humanos mais importante da África” (p. 9). E nós acrescentamos ainda que estes grupos majoritários se destacam por não falarem a mesma língua e, conseqüentemente, o seu campo sociolinguístico também se encontrar ainda intacta dada a diversidade linguística que caracteriza todo território angolano.

Por este motivo, dentro do país, as línguas nacionais bantus, devido ao contacto que mantêm com a língua portuguesa há séculos, conseguiram estabelecer diferenças significativas que ajudam a compreender os regionalismos no português. Mingas (2000) reafirma que estas línguas “[...] apresentam diferenças linguísticas importantes, que estão na base de muitas alterações morfofonológicas e morfossintáticas que caracterizam o português de Angola relativamente ao de Portugal” (p. 43). A autora chama a atenção para que estas línguas, além de criarem diferenças no português falado em Angola, também são fecundas em criar equivalências lexicais.

Acreditamos que uma percentagem significativa dos angolanos que hoje fala a língua portuguesa, uns como língua materna (L1), como é o caso dos intelectuais e indivíduos escolarizados, e um outro grupo que a tem como língua segunda (L2). Considerara-se ainda que haja um outro grupo que tem a língua portuguesa como a sua língua primeira e segunda em simultâneo.

Relativamente a esta situação, e apesar de ela se apresentar algo polémica devido a alguns contrastes, ainda assim, tudo aponta para que, na sociedade angolana, a maioria fale a língua portuguesa, o que faz com que se considere uma possível variedade do português em Angola. Costa (2016) afirma que “Na atualidade, perante um verdadeiro mosaico linguístico que se observa em Angola, a língua de Camões constitui a única língua de comunicação entre todos os angolanos, visto que cada um dos falantes possui provavelmente, a sua língua local/materna” (p. 367). Este verdadeiro mosaico não se limita apenas à língua portuguesa, ele engloba também as línguas angolanas e reflete simultaneamente o tal mosaico cultural a que Costa se refere, pois cada comunidade linguística existente no país se manifesta sob uma forma étnico-cultural.

Por outro lado, o contraste populacional entre os *status* sociais dos que vivem nos subúrbios, os chamados bairros de lata, nas zonas rurais do interior ou os que vivem nas grandes zonas urbanas do litoral onde se encontra concentrada toda a elite intelectual bem como a estrutura económica do país, dando, assim, origem a diferenças sociais muito profundas que tendem a incidir diretamente na língua portuguesa criando variações

complexas e dando lugar ao aparecimento de gírias e calões urbanos e suburbanos, um fenómeno que tem vindo a generalizar-se entre a juventude.

Entendemos, todavia, que devido ao isolamento, talvez as línguas se tivessem mantido inalteradas por muitos anos e, por outro lado, acreditamos ainda que os grupos linguísticos de origem bantu, em alguns momentos da sua história, fossem vítimas de preconceitos e estigmatização, daí que algumas dessas línguas existentes em Angola tivessem aumentado o número de falantes em relação à língua portuguesa¹⁴. Face às duras condições da época colonial, as pessoas, sob constante pressão tinham necessariamente que saber o que dizer e saber também o que não dizer nos diversos contextos em que estavam inseridas. A língua nativa possuía, neste casos, algumas vantagens relativamente à língua do colonizador, por isso optavam pelo uso das suas línguas locais.

As classes sociais mais privilegiadas elegeram a língua portuguesa como forma de expressão corrente, e as consequências sociais que daí advieram não se fizeram esperar, aliás, elas eram abertamente visíveis. Segundo Mingas (2000) “a repartição funcional das línguas em contacto simbolizava as divisões sociais. Com efeito, a cada grupo social correspondente um nível linguístico: monolingüismo minoritário (português) para portugueses; monolingüismo maioritário (kimbundo) para os ‘indígenas’¹⁵, bilingüismo para os assimilados [...] kimbundo/português” (p. 49).

Acreditamos que as políticas de aculturação do português só vieram reforçar, em todos os grupos sociais, as suas línguas nativas, e, a superioridade das mesmas, conseguiu que apenas um pequeno grupo de nativos se assimilasse e se tornasse bilingue, não obstante a pressão das autoridades coloniais, sendo que as restantes comunidades se mantiveram monolingues.

É dentro das inúmeras camadas sociais e na coexistência destas entre si que se pode entender as relações etnolingüísticas diversas e onde, conseqüentemente, vamos encontrar o crescente fenómeno denominado diglossia, em Angola. Em regra, pela pressão forte de interferência das línguas africanas vão-se criando diglossias. Assim, Ferreira (1988) refere-se claramente às políticas linguísticas do período colonial estando, muitas delas, incluídas no leque de diglossias encontradas no português falado especificamente pelos angolanos. As línguas locais, por sua vez, e pela extensão territorial, mantiveram-se consolidadas até hoje pelo facto de não ter havido nenhuma transformação radical, muito menos uma transplantação, mantendo-se assim a sua originalidade. Por este motivo, com uma população maioritariamente indígena, as exigências do período colonial não surtiram os efeitos esperados apesar do esforço da potência dominante para manter o português como língua única. Segundo Zau (2016) sublinha “[...] o português era a única língua de acesso à

¹⁴ Sobre as línguas proibidas sabe-se que eram as línguas locais, línguas indígenas. Veja Norton de Matos 1953.

¹⁵ Indígena era homem ou mulher, negros ou seus descendentes sem direito algum, mas que podiam adquirir-los se assimilassem a língua e a cultura portuguesas, caso não o fizessem manter-se-iam segregados, separados e isolados. Ver: Exortações sobre os habitantes do ultramar português, Norton de Matos 1953, p. 42.

ilustração com maior incidência no período de vigência colonial, este aspeto terá prejudicado, de sobremaneira, a sua expansão e o seu próprio domínio, na medida em que a população era esmagadoramente indígena” (p. 184). Um dado fundamental que deve ser realçado é o facto de as populações locais serem constituídas por um acentuado número de analfabetos que viviam em zonas rurais chamadas musseques¹⁶.

Estas populações locais superavam largamente o número de letrados angolanos que tinham sido assimilados e, aliados a estes, estavam os que teriam vindo da metrópole portuguesa com o intento de povoar muitas zonas importantes que assegurariam a rápida consolidação da língua portuguesa, principalmente as zonas litorais.

Entendemos, no entanto, que com estes factos, a diglossia¹⁷ poderá ser definida à partida como característica de uma das “sociedades que economicamente subdesenvolvidas e imobilizadas e que apresentam grupos fechados em extremos opostos do aspeto social e que portanto, operam com repertórios linguísticos extremamente restritos e descontínuos” Fishman, (1979, p. 128) citado por Elia (1987, p. 183). Entende-se que a diglossia em sociedades como a angolana se caracteriza por uma grande variação dentro e fora das cidades.

Em nosso entender, esta é uma realidade para a qual chamamos a atenção que não há razões para questionar porque é perante ela que a sociolinguística se caracteriza no país em termos gerais, tendo em consideração os desníveis sociais acentuados quando nos debruçamos sobre o repertório linguístico da sociedade angolana.

Por este motivo a diglossia pode ser tida como uma situação de bilinguismo social que torna clara a diferença entre os locutores como fenómenos individuais que dependem de fatores psicolinguísticos. Para Garmadi (1983), a diglossia é uma situação de bilinguismo generalizado que se estende a uma comunidade inteira e onde o uso de uma dada língua é limitado a uma dada circunstância espacial. Neste caso, pode-se partir do uso língua portuguesa em Angola marcada que está, de imediato, por uma grande oposição em relação aos usuários da mesma em Portugal.

Por outro lado, considera-se que os distanciamentos podem potenciar variedades sociolinguísticas. De acordo com Endruschat e Schmidt-Radefeld (2015) o “conhecimento que têm da língua portuguesa da distância diminui, aumentando o papel desempenhado pelas línguas africanas, de modo que também se dá mais fortemente origem a mistura de línguas. Daí resulta a coexistência de diversas variedades do português claramente distinto” (p. 17). Quanto ao conhecimento da língua portuguesa, e ao nos aproximarmos das zonas de maior influência do português, como é o caso de quem sai do interior do país para as zonas costeiras e as sedes das capitais das províncias, logo se apercebe que as estas são as únicas zonas de maior influência do português, sobretudo quando comparadas o interior.

¹⁶ Musseke são subúrbios, bairros onde em geral vivem pessoas pobres.

¹⁷ Diglossia para Angola tem o seu grande impacto através da elite da metrópole que dominava as línguas nativas como língua materna. Um do norte ou do leste ou sul mas com grandes dificuldades nos momentos de relações linguísticas e culturais entre os vários grupos onde a comunicação só era possível numa linguagem ou algum falar que requeria urgência comunicativa.

Por este motivo, o português nessas regiões assume outros contornos sociolinguísticos onde a coexistência, muitas vezes, não se consegue clarificar pela presença das diversas variedades regionais, limitando-se à linguagem das grandes cidades com maior influência já desde o tempo colonial. Em cidades como Luanda pela influência do kimbundo, Benguela pela influência do Umbundo, N'zeto pelo Kikongo pode sentir-se uma maior influência da língua portuguesa.

Consideramos que as línguas têm a de primazia ser o meio comunicação por excelência. Elas possuem estruturas semânticas que devem ser associadas aos padrões dos nativos e aos fatores socioculturais para que, em determinada geração, se possa determinar as interferências endógenas ou exógenas. Segundo Elia (1987), os “fatores socioculturais em toda parte determinam o grau de interferência de um território a outro e também dentro do mesmo território. Isto resultou em variação linguística e instabilidade que é característica de qualquer processo aculturativo dinâmico” (p.175).

Por este motivo, a aprendizagem da língua do colonizador era feita em duas fases, sendo que primeiro o colonizador tinha que dominar uma parte da língua dos nativos para depois impor a sua própria como forma de integração cultural e de intercâmbio. Entende-se portanto que a cultura angolana, pelas suas peculiaridades, assume um certo prestígio pela sua representatividade no país e na diáspora, notando-se que o processo de colonização fez os nativos entrar em contacto com um meio cultural que desconheciam. Na realidade, esse contacto de culturas faz-se hoje sentir com repercussões diretas na língua vernácula do país.

Referimos que foi um contacto de povos, com as suas particularidades linguísticas, onde os nativos foram persuadidos a comunicarem em português com os letrados da metrópole e os assimilados locais. Estes últimos não eram grupos homogêneos, por isso acredita-se que as idiosincrasias culturais poderão ter interferido nas escolhas linguísticas (Balsalobre, 2015). Considerando que as idiosincrasias existentes podem ser entendidas como particularidades sociolinguísticas, em todos os cantos do país, e que estas se devem ao facto de o governo colonial, na tentativa de assimilar os nativos linguisticamente, ter proporcionado o contacto cultural entre os diferentes grupos no território, e a língua portuguesa ter-se-á, assim, mesclado e diferenciado socioculturalmente de modo inquestionável.

Podemos ponderar sobre a existência de uma relação de causa e de efeito entre a sociedade e as línguas. Dado o carácter sociolinguístico dos angolanos, crê-se que a sociedade determina a influência e o modo como o conhecimento da linguagem flui por intermédio da multiculturalidade reinante no país, criando, assim, as formas linguísticas aceites por uns e negadas por outros. Balsalobre (2015) refere que “Dessa forma segundo o viés sociolinguístico as escolhas linguísticas correspondem às características sociais dos falantes [...] motivado pelas variações sociais” (p. 26). Nota-se aqui uma clara demonstração de como a língua tem formas de organização social, e quando existem muitas línguas a convergir dentro do país, a interferência das mesmas no português, que se entende como língua veicular, pode tornar-se inquestionável.

Por outro lado, acreditamos que a existência de muitos traços linguísticos vindos de forma irregular das línguas nacionais, pode ajudar a expor a repartição regular das diferenças típicas do português angolano de tal maneira que os grupos sociais em relação aos agrupamentos étnicos, socioeconómicos bem como a faixa etária das pessoas permitem que surjam utilizadores individuais decrescentes ou descendentes em variados contextos em que seja possível a realização de um estudo sociolinguístico que estabeleça formas de prioridades que podem fornecer indicadores da disposição das classes sociais.

Labov (2008) atesta que “Em qualquer contexto, os membros da comunidade de fala se diferenciam a mais altas e mais baixas nos índices socioeconómicos¹⁸” (p. 278). Acredita-se que ainda hoje muitas pesquisas se baseiam no método de Labov uma vez que este conseguiu comprovar que os indivíduos podem possuir o conhecimento de uma dada língua veicular comum, mas a nível fonético e fonológico a articulação dos sons pronunciados em certas palavras não serão nunca os mesmos. Este fenómeno é suscetível de ocorrer quando as pessoas se encontram em público e quando falam em voz alta, ou mesmo quando simplesmente leem alto; mas a maior condicionante apontada por W. Labov é o *status* socioeconómico, aliado a faixa etária dos falantes.

O contraste entre mudança e estabilidade; entre traços fonológicos e gramaticais, entre estratificação abrupta e suave, ou entre regras abstratas de nível alto e padrões fonéticos de nível mais baixo; o papel da função referencial vs. Informação sociolinguística expressiva; a interação do sexo com a classe social e status étnico; hipercorreção do grupo de mais alto status social; [...] (Labov 2008, p. 281).

A teoria laboviana foi observada por meio de hierarquias sociais quando este realizou um estudo da língua inglesa e onde verificou que muitos sujeitos, dentro de um contexto mais formal, mudavam de marcadores, afastando-se ou aproximando-se da norma padrão, levando os indivíduos a optarem pela substituição de alguns articuladores discursivos por expressões locais, regionais com uma certa dependência intrínseca caracterizada pelo *status* social.

A conclusão a que Labov chegou tem a ver com as informações sociolinguísticas que devem ser entendidas como um fenómeno típico de uma característica regional que, em certos contextos comunicativos, aponta para que os falantes possam ser reconhecidos pelos traços fónicos locais por outros falantes que, não fazendo parte da sua região geográfica, fazem uso da mesma língua veicular ou seja, pela herança linguística regional há grandes probabilidades de existir um certo afastamento entre a linguagem corrente e o ato discursivo. Acreditamos que a língua pode ser uniforme, mas as formas que a linguagem oral incorpora permitem que se faça a distinção entre certas variantes ou falares de muitos habitantes distribuídos pelo território angolano. No entanto, e ainda relativamente a Angola, pensamos não haver comparação possível pelos contrastes existentes e, por outro lado, a língua portuguesa não

¹⁸ Ver William Labov (2008, p. 276) sobre um marcador sociolinguístico estável.

está uniformemente distribuída dado o plurilinguismo excessivo que existe entre a população e pelas diferenças expressivas que não se encontram apenas num grupo, mas em várias camadas sociais. Entende-se que em função da constatação de W. Labov se poderão delinear as linhas gerais de pesquisas ligadas à sociolinguística variacionista associada aos problemas das hierarquias sociais aliados à variação linguística em termos de estratificação social.

Acreditamos que a realidade sociolinguística angolana poderá conduzir, de certa maneira, a fazer-se o retrato de teses defendidas por alguns autores que se têm dedicado à temática ligada sociolinguística variacionista iniciada por W. Labov. Mas de modo plausível, e dado o caráter peculiar de Angola em torno do binómio língua versus sociedade, as linhas que orientam uma caracterização sociolinguística podem ser vistas através do bilinguismo, da diglossia, da variação, da mudança, da diversidade linguística e de outros como tem vindo a argumentar ao longo do presente trabalho.

2.2 Caracterização etnolinguística de Angola

Segundo estudos evolutivos, existem semelhanças que representam uma aproximação entre as várias línguas, expressando uma unidade coletiva entre comunidades etnolinguísticas sólidas, nas quais os falantes partilham várias culturas num mesmo espaço. As línguas africanas de Angola, denominadas línguas nacionais, são um campo de estudo fértil para a etnolinguística que se poderá dedicar ao estudo da língua como facto social e cultural.

Relativamente às particularidades etnolinguísticas em Angola, admite-se que a população é caracterizada por três famílias, a saber, Khoisan, Vátwa e as bantu, sem esquecer a inclusão do português voltado para as populações afro-europeias que se reveem mais na cultura e na língua portuguesas.

O grupo etnolinguístico Khoisan (koi+san), localizado irregularmente a sul de Angola em pequenos grupos, é caracterizado pelo facto de a maioria das línguas destes apresentarem grandes diferenças internas. Altuna (1985) destaca que “os bosquímanos e Hotentote [...] conservam as línguas Khoisan” (p. 21), caracterizadas por serem monossilábicas e pelos singulares cliques palatais. Estas populações autóctones Khoisan são povos pré-históricos que conservam correlações entre si pelo seu nomadismo e por revelarem, a nível linguístico, “afinidades morfológicas e etnolinguísticas” (Redinha, 1970, p.8). Este grupo etnolinguístico possui uma das culturas mais antiga e tendem a evitar o contacto com outros grupos regionais. Segundo José Redinha (1970), o contacto com outros grupos etnolinguísticos facilitaria a entrada de empréstimos vindos outras línguas regionais, mas tal não se verificou com frequência, acrescentando-se ainda o facto de se tratar de uma população muito reduzida. Nas suas observações etnográficas, Estermann (1983) recolheu informações suficientes sobre as línguas Khoisan que evidenciam que estas, para além dos cliques anteriormente mencionados, são tónicas, que as palavras são idênticas e só mudam de significado se o tom dos cliques for baixo, médio ou alto. Estas línguas são consideradas

peculiares e de difícil aprendizagem, algo que não deixa de ser vantajoso para a preservação da originalidade etnolinguística.

Uma palavra que é idêntica a outra na composição de consoantes, vogais e cliques, muda de significado segundo o tom com que são pronunciadas as diversas sílabas. Basta ter escutado, com atenção, dois homens a falar, para constatar que algumas palavras começam num tom alto, médio, ou baixo e terminam igualmente em tons mais altos ou mais baixos (Estermann, 1983, p. 41).

É pela prática da preservação que, nesta cultura, se mantêm muitos valores etnográficos originais, que merecem ser explorados, sendo, historicamente, uma das línguas que apresenta poucos elementos etnolinguísticos estranhos, ou seja, provenientes de outras culturas e línguas regionais. Entende-se desta maneira que a denominação autóctone para os Khoisan elenca o modo como realizam a sua linguagem.

Outro grupo etnolinguístico, mencionado anteriormente, são os Vátwa, no qual se agrupam os Kwisi e os Kwepe. Estes nomes designam, igualmente, algumas línguas localizadas a sul e próximas dos Khoisan. Apresentam traços similares aos grupos Bosquímanos no retrato etnolinguístico e estima-se que a única diferença notável que existe entre estes e os Bosquímanos é de caráter rácico (Estermann, 1983). Os Vátwa do sul de Angola são considerados um como grupo minoritário, miscigenado, mas com grandes proximidades ao grupo linguístico Hotentote pela localização geolinguística, dentro da região sudoeste-centro e tem ainda influência, no centro, do grupo bantu dos Ambundos.

Considerando este último grupo etnolinguístico, dar-se-ia, *a posteriori*, a primazia às línguas bantu, pois estas ocupam um lugar de exclusividade em todo país ao formar uma ponte linguística com outros grupos, ou seja, uma espécie língua doadora¹⁹ nos vários cantos de Angola. Na caracterização etnolinguística das línguas bantu sublinha-se o facto de acolherem outros grupos em várias regiões, seja no norte ou no centro, e é também nestas línguas que se encontram maiores influências da língua portuguesa, sem menosprezar ou discriminar as restantes línguas não bantu pelo facto de se encontrarem em núcleos reduzidos.

Por outro lado, admite-se que os grupos bantu, por serem os mais representativos e por constituir um grupo de línguas uniformes e diferenciadas entre si, também se particularizam entre si. Este dado torna a sua classificação representativa através dos traços que as mesmas têm em comum, tal como foi referido anteriormente. Altuna (1985) afirmou que as línguas bantu formam o grupo mais compacto e uniforme. Ao tecer estas considerações, o autor revela a abrangência destas, não só em Angola, mas também em

¹⁹ Considera-se língua doadora porque encontramos expressões relacionadas com objetos ou nomes das línguas bantu em outras línguas, mas abre-se aqui um parêntese para se referir que também entre as bantu há empréstimos umas das outras, visando facilitar a comunicação intergrupar, com ligeiras diferenças na pronúncia de certas palavras, motivada por questões fonéticas ou prosódicas.

outros países africanos²⁰ e a sua uniformidade é caracterizada pelas grandes coincidências de traços que prevalecem comuns há décadas.

Pensamos que foi pela sua representatividade que, na década de 70, se tenham selecionado as línguas cokwe, kimbundo, umbundo, kikongo, kuanyama, nganguela, mas por questões de fórum político houve o acréscimo de outras línguas, como por exemplo, o fiote, possivelmente falada na região de Cabinda, subscrevendo o total de sete línguas como consta no mapa etnolinguístico patente no anexo 4²¹. As escolhas foram feitas de acordo com a localização e a existência de línguas dentro dos limites geográficos, sendo consideradas línguas transnacionais²².

As línguas bantu aparecem representadas por uma unidade genealógica¹⁵ indeclinável, mas são notáveis várias dissimilaridades entre elas, ainda que sejam mínimas. Estas diferenciações permitem-nos fazer a distinção umas das outras, pois sem essas diferenças possivelmente existiria uma só língua.

Acredita-se o termo bantu foi cunhado pelo alemão Wilhelm H. Bleek, em 1860, quando procurava estabelecer uma ligação de parentesco entre estas línguas, bem como determinar, por meio da língua e da cultura, as suas respetivas variantes dialetais faladas em determinadas zonas de África, habitadas por grupos étnicos (Fernandes & Ntongo, 2002). Contudo, o termo só se tornou conhecido do público pela mão de Carl Meinhof, em 1899, a partir de um estudo de fonética comparada das línguas bantu, uma proposta com base nos traços fonéticos comuns e na qual propunha um bantu comum - Urbantu. A partir do estudo da fonética comparada das línguas bantu, L. Homburger obteve resultados análogos, que permitiram defender e explicar a tese da fonética histórica do bantu através de argumentos dominados pela linguística comparada²³ (Fernandes & Ntongo, 2002).

Ki-Zerbo (2010), ao traçar o retrato das línguas, parentescos linguísticos e étnicos, elenca a sobrepujança das línguas com provas científicas já estabelecidas e volta a destacar o pioneirismo de W. H. Bleek na noção das comunidades bantu que reúnem vários povos no centro e no sul de África. De acordo com o autor “a ideia e noção de uma comunidade bantu reunindo a grande maioria dos povos de África central e meridional nasceram no século XIX com os trabalhos de W. Bleek” (p. 254). A proposta de W. Bleek revelou-se importante, porque as suas classificações marcaram o início da classificação linguística na Europa, no

²⁰ Os países africanos onde se podem localizar as línguas bantu encontram-se abaixo do equador: Angola, Congo Brazzaville, República Democrática do Congo, África do Sul, Uganda, Quênia, Tanzânia, Ruanda, Zâmbia, Moçambique, Zimbabue, Botswana Lesoto, Burundi, Camarões, Malawi, Gabão (Altuna, 1985, p. 23).

²¹ Ver Redinha (1967, p. 32).

²² São línguas transnacionais pelo facto da sua área de difusão se estender para além das fronteiras nacionais. Destacam-se as línguas cokwe, kikongo e kuanyama. Cokwe é falado, maioritariamente, na região leste do país, nas províncias da Lunda Norte e Sul, Moxico, mas com uma distribuição na região centro do Bié, região sul do Cuando cubango. Fora das fronteiras angolanas, tem presença na República Democrática do Congo e na Zâmbia. O kikongo é falado maioritariamente nas províncias do norte: Zaire, Uíje Bengo e na República Democrática do Congo, Congo Brazzaville e Gabão. Kuanyama fala-se na Huíla, Kunene e no país vizinho da Namíbia (Zau, 2011, p. 55).

²³ Linguística comparada é o termo na identificação das características comuns entre diferentes línguas ou famílias de línguas. É um método muito utilizado pelos comparativistas na elaboração de gramáticas.

século XIX. Sabe-se que as classificações das línguas europeias foram realizadas com base em pesquisas levadas a cabo por comparativistas indo-europeus, dos quais Bleek terá feito parte. Compreendem-se, assim, os motivos e o interesse do antropólogo e linguista em estudar as línguas africanas e propor para as línguas bantu bases de estudo comparativas universais.

Referimos que os estudos de algumas línguas sempre foram impulsionados por académicos de várias áreas de investigação, com ligações à linguística e ao ensino de línguas. Portanto, o interesse leva-os a explorar, desde sempre, a componente social dos grupos, com o objetivo de esclarecer equívocos, dogmas, curiosidades ou, quiçá, conduzir ao aprofundamento dos estudos relacionados com as línguas, tendo como objetivo a compreensão de cada facto que surge como novo.

Entende-se que as línguas não são corpos estáticos, pois elas adaptam-se, de facto, a todas as realidades temporais. Por outro lado, relembramos que Joseph Greenberg, linguista norte-americano, é autor de uma classificação das línguas africanas com base numa análise crítica por considerar que os seus antecessores haviam ignorado muitos factos. Greenberg, na sua nova classificação linguística, questionou a veracidade de algumas teorias respeitantes às línguas a sul do Saara e uma destas teorias fundamentava que as línguas bantu eram parentes das línguas camita-semitas²⁴. Estudos comparativos de Greenberg refutam tais afirmações e, por outro lado, o autor aprofundou as suas investigações para que tais factos fossem esclarecidos de forma a corresponder às verdadeiras origens das línguas localizadas ao sul do equador. Refere-se que a classificação de J. Greenberg é largamente aceite por muitos investigadores com vasto domínio científico em linguística comparada, porque todo o seu estudo classificatório teve bases exclusivamente linguísticas, ao contrário dos primeiros estudos que tinham sido realizados por etnógrafos e antropológicos.

Considera-se que os primeiros trabalhos destinados aos estudos das línguas e da cultura africanas tiveram início em clima de colonização por parte das potências europeias. Muitos trabalhos eram marcados por uma carga ideológica de elevado etnocentrismo que legitimava muitos estudos sem o aprofundamento e a comprovação científica dos factos que eram apresentados. Segundo Sousa (2012), “o etnocentrismo é uma categoria da teoria da cultura que sintetiza o sentimento geral de um grupo cultural, um povo ou uma sociedade de uma forma geral em relação a outras” (p. 36) e, para justificar a sagaz manifestação do etnocentrismo nos territórios colonizados, bastava observar a organização de cada grupo sociocultural dentro do seu território e subjugar a sua cultura e exaltar uma outra.

²⁴ As referências à camita, ou camíticos, são tidas como termos que eram utilizados há milhares de anos no léxico erudito, procedendo de ideologias deformantes e com tendências pejorativas. Contudo, em pesquisas desenvolvidas por etnólogos, os termos assumem um carácter religioso, adquirindo uma conotação menos negativa e discriminatória. Estas referências também podem surgir como forma de questionar a origem dos negros setentrionais e meridionais ou, uma miscigenação afro-asiática, que em nada se relaciona com a linguística. Segundo Greenberg, no livro “Languages of Africa” de 1963, “o emprego vago do termo camita como categoria linguística e sua utilização na classificação das raças para designar um tipo considerado fundamentalmente caucasóide, conduziram a uma teoria racial. Ela vê, na maioria das populações originárias da África negra, o resultado de uma mistura entre camitas e negros” (Greenberg citado por Ki-zerbo, 2010, p. 262).

No entanto, como não existem evidências factuais que possam provar de facto as influências linguísticas de povos africanos que colonizaram outros povos africanos, os linguistas devem evitar uso de algumas expressões pois elas podem ter sido catalogadas a partir de ideologias de superioridade linguística que hoje o campo das ciências da linguagem descarta totalmente, porque a linguística responde aos factos e considera que não existem línguas superiores relativamente há outras.

Acredita-se que a classificação das línguas bantu é evocada pela teoria de parentesco, estudada pelo antropólogo Diedrich Westermann e pelo linguista L. Homburger. Estes dois autores demonstraram a coerência das famílias de línguas africanas, mas a grande classificação destas línguas é efetivamente atribuída a Joseph Greenberg e à sua hipótese científica aliada aos estudos genético-comparativos das línguas indo-europeias como um protótipo teórico das mesmas. Ki-Zerbo (1999) afirma que

A ciência linguística fez grandes progressos prodigiosos desde algum tempo e, graças a ela, pode-se chegar a deduzir do parentesco linguístico um parentesco étnico ou de origem. Depois de outros linguistas, como Westermann e Homburger, J. Greenberg propôs ultimamente uma nova classificação das línguas africanas que deita por terra certos dogmas históricos linguísticos étnicos a propósito dos bantus (p. 24).

Existem várias referências que indicam como certa a existência de um número elevado de línguas bantu em Angola, mas cabe aqui salientar que, apesar destes números, o país apenas tem criado projetos para as sete línguas anteriormente referidas, as quais se encontram em fase de implementação dentro do sistema de ensino do país, beneficiando dos serviços de propagação na comunicação social²⁵. Isto tem vindo a demonstrar os desequilíbrios e fortes vazios na conceção de abordagem das línguas nacionais e uma deficiente política linguística do país.

No que diz respeito a critérios linguísticos, constata-se uma grande simplicidade das línguas bantu. No entanto, o que ajuda a fundamentar a particularidade das mesmas, é o facto de os prefixos e os radicais encontrados pelos investigadores serem comuns a todas elas, constituindo uma das principais marcas das línguas bantu. Altuna (1985) precisa que “o radical -ntu, é comum a muitas línguas bantu, significa ‘homem, pessoas humanas’. O prefixo ba- forma o plural da palavra ‘muntu’ (pessoa)” (p. 17). O autor revela neste estudo, feito em Angola nos anos oitenta, que as marcas -ntu e ba-, remetem para traços linguísticos e culturais comuns a todas as comunidades e portanto, afirma que é uma forma cristalizada em todas as mentalidades, revelando um foco cultural e linguístico típicos das comunidades bantu da África subsariana. Considera-se que a projeção das marcas -ntu e ba- é o grande princípio para determinar a estruturação das línguas angolanas, uma particularidade que torna o uso

²⁵ Em meios de difusão como a rádio, a televisão, em alguns dos espaços noticiosos do país, onde as línguas são difundidas, para além do seu ensino.

da língua flexível e sintética, sem muitas alternâncias na linguagem, mas que não deixar de conservar as marcas identificadoras que foram elencadas, designadamente a unidade e semelhança de muitas línguas faladas em Angola. Por este motivo, Zau (2011) afirma que é a língua de um grupo de povos que se servem da raiz -ntu para qualificar a(s) pessoa(s) humana(s). O autor tece estas considerações em torno da temática das línguas angolanas de origem africana, salientando que os estudos de linguística angolana devem ser retratados por meio das suas origens nativas e, posteriormente, por uma linguística moderna aliada ao português, visto que é pertinente abordar a consistência nacional, e dos grupos étnicos, a partir das suas línguas para se compreender que marcas genealógicas acarretam.

Na investigação, destaca-se número um significativo de autores versados e renomados, envolvidos em estudos das línguas angolanas, permitindo que se tragam à colação alguns nomes que justifiquem as abordagens aqui elencadas. A investigação é, de um modo muito específico, unânime na apresentação dos argumentos sobre esta temática e dos critérios de classificação. Por este motivo devem ser aqui referenciados os nomes de Redinha (1970, p. 5), a propósito do trabalho sobre “os bantu”, e de Mudiambo (2014), “sobre a origem e desenvolvimento das línguas bantu” (p. 105). Destacam-se, igualmente, Fernandes e Ntongo (2002) que preferem a designação “caraterísticas das línguas bantu” (p. 67). Estes autores, e outros, a propósito das línguas bantu realizaram pesquisas direcionadas para as línguas angolanas, onde constata os factos por unanimidade, sem esquecer que partilham consideravelmente os mesmos pressupostos a respeito das línguas bantu.

Referimos anteriormente que as línguas, dentro do espaço angolano, podem chegar a ser centenas, uma realidade que tem em conta o grau de parentesco linguístico que se verifica em muitas línguas. É uma situação que pode ser encontrada nas línguas de muitos países multilingues como americanos, europeus, africanos ou asiáticos. Por exemplo, nas línguas nacionais verificam-se expressões com os seguintes prefixos nas línguas Cokwe e Kikongo: m- (Muthu) (pessoa) singular e, a- (Atu) (pessoas) plural. Em Kikongo: m- mwana (criança), a- (ana) (crianças); l- (lisó) singular (olho); m- (mesó) plural (olhos). Estes radicais exprimem a unidade dos grupos linguísticos, abordagem inserida no domínio da linguística comparada como critério de classificação. Do ponto de vista sociolinguístico e estratégico, pela diferença e semelhanças existentes entre as línguas nativas de Angola em relação ao português, estas não fazem a sua pluralidade recorrendo ao morfema /S/ como na língua portuguesa. Esta equivalência em português, muitas vezes, pode aparecer de forma aportuguesada ou seja, expressões das línguas angolanas traduzidas literalmente para o português, por exemplo, línguas banto, línguas banta, línguas bantos ou línguas bantas. Parecem ser corretas, mas na realidade constituem erros graves porque elas não apresentam flexões em género e número. Segundo alguns autores citados anteriormente, bantu não designa uma uniformidade populacional, a nomenclatura significa pessoa, indivíduos ou povos, comunidades culturais de línguas aparentadas.

Por outro lado, em todas as línguas podem ser encontradas caraterísticas relevantes que as tornam emparelhadas e os vários traços considerados comuns e específicos permitem

fazer a distinção das mesmas. Para reforçar esta ideia de línguas bantu, trata-se de uma espécie idealizada de língua “mãe” que, na sua classificação, viabiliza o parentesco lexical, morfológico e sintático, mas com algumas diferenças fonéticas ou fonológicas encontradas em qualquer língua.

As línguas são, na sua maioria, tonais com um nível fonético que tem a função semântica de revelar agramaticalidade ou a gramaticalidade do falante, isto ocorre associada a empréstimos e também pela existência de línguas vizinhas, mas conseguem ainda manter o sistema vocálico com funcionalidade da língua de forma simétrica, isto porque são constituídas por uma vogal central, duas anteriores e duas posteriores. Por exemplo, na forma prefixal de /a/; /i/ /e/ e /u/, /o/ é notável a inexistência de artigos e os substantivos aparecem como sinónimo de nomes de pessoas, coisas ou animais e os prefixos substantivos. Fernandes & Ntongo (2002) precisam que “os nomes são caracterizados por prefixos que indicam o singular e o plural. Os substantivos são classificados em função dos prefixos do singular e do plural” (p.68), 87). Temos assim algumas línguas com prefixos substantivos por exemplo, na língua umbundo u- (uti) árvore e- (ekamba) amigo; na língua kimbundo: mu- (mutudi) viúva, a- (atudi) viúvas, i- (imbi) cadáver; língua ngaguela: mu- (mwene) chefe, va- (vamyene) chefes, mu- (mutwe) cabeça.

Por outro lado, as línguas apresentam também uma infinidade de consoantes que formam as nasalizações pré-estabelecidas, juntando as palatais, as fricativas e as bilabiais quase no geral - mp, mb, mf, mv, mbv, nd, nt, ns, nz, ng, nk, nj, ndz, nl (Zau, 2011). Verifica-se que há abundância destas consoantes pré-nasalizadas na oralidade, pois nunca aparecem isoladas a sua combinação. Por exemplo, (mvuma) flores, (nkosi) Leão, (mpembani) separação, (ngombe) boi, (mbambo) parafuso, (mbúndà) carne, (ndema) vaca, (ngulo) porco, (ongamba) criado, (ondala) serpente ou (ondunge) inteligência.

Referimos que, embora existam iniciativas académicas para a investigação dos registos etnolinguísticos de Angola é ainda muito frágil. A maior parte das pesquisas de que se ouve falar foram feitas por pesquisadores estrangeiros²⁶ e também por padres e missionários católicos. Estes contaram com a iniciativa do governo colonial, não só por interesses políticos, mas também como medida para contrapor as línguas nativas e como forma de conhecer cada grupo e, posteriormente, promover a divisão social.

Acreditamos, todavia, que perante uma divisão etnolinguística de Angola teremos de considerar a existência de centenas de línguas, contudo, até à data, só se encontram totalmente apurados onze grandes grupos etnolinguísticos maioritários. De acordo com a carta etnolinguística reconhecida atualmente, autores como Endruschat & Schmidt-Radefeldt (2015), José Redinha (1970), Fernandes e Ntongo (2002) e Fernando Sousa (2012) referem que

²⁶ Muitos pesquisadores estrangeiros tentavam, a partir de intérpretes, transcrever muitos dados que eram encontrados no terreno, principalmente nomes das línguas dos grupos étnicos, eram transcritos diretamente pelos seus intérpretes, sem um estudo fonemático. Portanto, é assim que, ainda existe um debate serrado sobre algumas diferenças terminológicas nas línguas angolanas que requerem aprofundamento, afim de se atualizar alguns dados. Por exemplo na língua cokwe, grupo etnolinguístico Tucokwe, podemos encontrar trabalho com a pronúncia: quioco, quibocos, Utchokwe e outros, mas os nativos negam estas nomenclaturas, pois dizem serem Cokwe (Tchokwe).

se encontram representadas as principais línguas e os seus respetivos povos²⁷. A divisão compreende os seguintes grupos etnolinguísticos:

- Tucokwe

Língua cokwe

Está localizado na região leste, desde o ângulo superior, até ao sul no rio Kubango e nordeste do território angolano. Tem como línguas vizinhas a oeste com os Kikongo e os Kimbundo, a sul com os Ngagela e a sudoeste os umbundo. Fazem parte deste grupo etnolinguístico transnacional, os povos Lunda-Lwa Cinde, Lunda Ndembo, Cokwe e Mataba.

- Bakongo

Língua kikongo

Localizado na região norte e nordeste, até Cabinda. As línguas vizinhas são o kimbundo a sul e o cokwe a este. Tem o estatuto de língua transnacional e é composto pelos Kivili, Kiyombe, Kwoyo, Kisolongo, Kisoso, Kizombo, Kiyaka, Kisuku, Kipombo, Lwangu, Nguene, Kipaka, Bata, Koge, Kisundi, Kihungu, Kilinji, Kikoci, Kimboma, Kinzenge e Kisikongo.

- Ambundo

Língua kimbundo

Um grupo que parte do interior para o litoral, de oeste, noroeste e oeste-noroeste. Os povos deste são: Luanda ou Axiluanda, Miungu, Lwangu, Ntemo, Puna, Dembu, Ngola ou Jinga, Kambondo, Mbangala, Holo, Khari, Xinji, Songo, Ngoya, Bambeiro, Kisama, Kibala, Mbolu, Hako e Sende.

- Ovimbundo

Língua umbundo

Estende-se do interior ao litoral. É um grupo central, localiza-se a sul, norte, nordeste sudoeste e sudoeste. As línguas vizinhas são o kimbundo a norte, o cokwe e o ngagela a oeste e olunyaneka e oshihelelo a sul. Compõe estes grupos os povos Ndulo, Vyeno, Mbalundo, Viye, Sele, Sumbi ou Mpinda, Ambwi, Kacisange, Lumbu, Ndombe, Hanha, Wuambo, Sambo, Kakonda, Cikuma, Cyaka e Ngalonge.

- Vangangela

Língua ngangela

Um grupo considerado transnacional que se encontra na região leste, centro do país, sudoeste e sul. Tem como vizinha as línguas cokwe a norte, umbundo a sudoeste, a oeste olunyaneka e oshindonga a sul.

²⁷ Alguns autores denominam variantes dos grupos etnolinguísticos Lunda-Cokwe ou Kimbundo. Pensamos que seria mais adequado chamar os grupos etnolinguísticos de A ou B, escusamo-nos da terminologia variante do grupo etnolinguístico Lunda-Cokwe ou Kimbundo, porque as línguas representam culturas e povos diferentes, não há uma coerência em referirmos variantes quando os grupos são completamente diferentes uns dos outros, portanto seria o mesmo que chamar o italiano como variante do português, ou o espanhol uma variante do francês, claramente, um grande equívoco científico. A ortografia está em vias de padronização, para isso fizeram-se algumas adaptações na mesma, por exemplo a letra C tem o valor fonético de ch, tch e tx para algumas línguas.

Os povos que compõem este grupo são: Lwimbi, Lwena, Luvale, Lutchaz, Mbunda, Ngangela, Ambwela-Mambumba, Engojeiro, Ngoniolo, Mbande, Kangala, Yahuma, Lwio, Nkoya, Kamuci, Ndungo, Nyengo, Nyenba, Aviko.

- Ovanyaneka- Nkhumbi

Língua olunyaneka nkhumbi

Está localizada no sul, mas ligação com as línguas vizinhas, a norte umbundo, a este o ngagela, a sul e sudoeste oshikwanyama e oshindonga e a sudeste e este a língua é oshihelelo. Os povos que compõem este grupo são: Mwila, Gambo, Humbe, Dongena, Hinda, Kwankwa, Handa, Mupa, Handa, Kipungu e Kimuci-Muso.

- Ovahellelo

Língua oshihelelo

Situa-se no ângulo sudoeste e as línguas que fazem vizinhança com está são, a norte, umbundo, a oeste, olunyaneka e a sudoeste o kwanyama, considerada uma língua transnacional, pois estende-se até à República da Namíbia. Os povos que compõem este grupo são: Ndimba, Himba, Cavíkwa, Kwanyoka, Kuvale e Kwendelengo.

- Ovakwanyama

Língua oshikwanyama

Situa-se na zona sul, as línguas vizinhas deste grupo, a norte temos olunyaneka, a este oshihelelo e a oeste, o oshindonga. Englobados neste grupo, encontram-se os povos: Evale, Kafima, Kwamato, Dombondola. Ombanja e Kwangali.

- Ovandonge

Língua oshindonga

Localiza-se no sudoeste, e tem como grupos vizinhos no norte, o Ngangela e a leste, o oshikwanyama. Os povos que representam este grupo são: Kusu, Diriku, Nyengo Sambio e Maxico, a língua dominada por estes grupos é oshindonga.

- Hotentote-Bochimane

Língua khoisan

Encontram-se localizados irregularmente a sul. São compostos pelos povos Kankala (Bochimanés), Hotentote, Kazama, Kasekele, Kwankala.

- Vátwa

Língua vátwa

Habita na orla semidesértica do Namibe entre a Serra da Chela e o mar. Ela é constituída pelos povos Kwepe e Kwisi.

Anteriormente, foi salientado que o terceiro grupo etnolinguístico a constar no panorama angolano é o português, de origem latina, falado inicialmente em Portugal, mas que viria a marcar a história de Angola a partir do antigo reino do Congo, no século XV, com a chegada do navegador Diogo Cão, que teve de fazer grandes alianças, cooperando com os antigos reis do Congo. Mais tarde, essa cooperação teria a sua continuidade a partir do século XVI, a partir de Paulo Dias de Novais, dando a costa de Luanda onde se construiria a primeira povoação no forte de São Miguel ou São Paulo de Luanda.

Ao longo dos 500 anos de colonização houve uma presença massiva de populações saídas de Portugal que tiveram um papel importante para que as bases do português fossem estabelecidas em Angola. A sua integração generalizada dentro da sociedade era feita por meio do comércio, da religião e do ensino aos indígenas. Os fatores socioculturais, quiçá, também favoreceram o aumento do número de falantes numa situação de coexistência mútua das línguas e esta também pode ter sido a causa da apropriação da língua por um grupo de angolanos nativos, sobretudo dos que se encontravam no litoral de Benguela, Luanda e Namibe.

Pensa-se que, apesar de o marco histórico da expansão da língua portuguesa ser considerada, por muitos historiadores, o ano de 1415 com a conquista de Ceuta, no norte de África, a data é simbólica, apresentado algum contrassenso na opinião de Ivo Castro (2006), uma vez que o que estava em causa em Ceuta era domínio comercial e não linguístico:

Na verdade, 1415 não simboliza apenas isso. Começa também exportação de falantes de português para territórios ultramarinos, exportação que vai ter consequências linguísticas diversas, conforme o número de falantes partidos para o mesmo destino e conforme as relações que eles irão estabelecer com as populações autóctones (p. 152).

Neste sentido admite-se que a língua portuguesa tem uma história correlacionada com as línguas autóctones e os falantes portugueses que se estabeleceram em algumas regiões do país. Esta é uma realidade que daria origem ao terceiro grupo etnolinguístico e fica assim evidenciado que a maioria destes são os descendentes diretos de portugueses e hoje a língua portuguesa é o maior catalisador do plurilinguismo nacional irreversível de todo o país.

Para concluir, acreditamos que a caracterização etnolinguística permite conhecer a realidade histórico-cultural de um povo com um grande legado e possibilita que se perceba como as variações regionais das línguas são consequência de muitos fenómenos linguísticos que implicam um desvio acentuado na compreensão da língua portuguesa e a sua posterior variação.

2.3. Breve análise fonológica das variantes regionais do português falado

Para o presente estudo impõe-se uma breve análise fonológica das variantes regionais do português falado. Far-se-ão algumas observações relevantes sobre fonética, fonologia e o seu principal foco como disciplinas independentes dentro da linguística, verificar-se-ão as problemáticas a elas associadas e o que as difere de outras disciplinas em termos de interdependência, para melhor se compreender a relação entre ambas ao longo deste estudo.

Durante a análise fonológica a que nos propomos, realizou-se o levantamento de uma vasta bibliografia, voltada para estudos relacionados com a temática, mas também se verificou

uma grande escassez, em Angola, de estudos do género. Por esta razão, consideram-se os autores apresentados de seguida, os quais dedicaram o seu trabalho à análise fonológica das variações do português. Referimos que para a análise das variações regionais do português falado, neste caso específico em Angola, é necessário fazer-se, em primeiro lugar, uma incursão no campo da fonologia, permitindo aferir uma maneira compreensiva das variações e das propriedades acústicas analisáveis dentro dos pressupostos da fonologia.

No sentido de promover conhecimentos completos e profundos do sistema fonológico do português, recorreremos aos estudos realizados por Rio-Torto (1998), Duarte (2000), Camara (1996), Barbosa (1965) e Bechara (2003).

Mateus e as suas colaboradoras (2003) referem que a “fonologia tem como objeto de estudo as mais pequenas unidades da língua, os segmentos fonológicos, a sua organização em sistema e os processos e regras a que estão sujeitos esses segmentos” (p. 989). De acordo com as autoras, se o objeto da fonologia são as unidades da língua, a sua identificação só pode dizer respeito à própria fonologia, ou seja o segmento é o processo que explica os componentes fonológicos²⁸.

Para uma fonologia do português, e de acordo com alguns autores, a preocupação é dar a conhecer as entidades sonoras das variedades do português, o que nos conduzirá ao conhecimento das análises das componentes fonológicas. Segundo Graça Rio-Torto (1998), a fonologia é aquela que “estuda unidades abstratas que materializam através da fala” (p. 33). Pode considerar-se que estas unidades indicadas como abstratas são sons do sistema da língua em relação à realidade que os nossos órgãos sensoriais, como a audição, captam.

Pensa-se que, para o entendimento da produção dos sons na língua portuguesa, a fonologia procura demonstrar que os sons são critérios individuais de um saber linguístico que o falante detém e que lhe permitem reconhecer a exteriorização sonora possível e compará-la a outras da mesma língua em particular. Barbosa (1994) afirma que a fonologia

Se ocupa dos sons de uma língua do ponto de vista do funcionamento linguístico, isto é, quanto ao papel que desempenham na comunicação estabelecida nessa língua, as características que distinguem uns dos outros no desempenho desse papel, ou seja, na sua função, e as relações que entre eles se estabelecem e permitem identificar o sistema que constituem (p. 74).

Portanto, para uma adequação dos vários sons da língua, é preciso considerar algumas palavras das quais onde se pode extrair algumas noções fonológicas. Por exemplo, nas palavras [sau] e [sal], a fonologia irá focar-se principalmente no grafema /s/, que corresponde ao fonema [s] - uma fricativa - criando uma oposição entre [sau] e [sal], logo, verifica-se que a fonologia, através da oposição dos sons na língua, procura uma função distintiva da língua.

²⁸ Sobre segmentos, processos fonológicos e análise fonológica ver Mateus e colaboradoras (2003, pp. 1009-1017).

Destaca-se que na fonologia “as regras e os processos da componente fonológica atuam muitas vezes em função de certas propriedades idiossincráticas dos itens lexicais” (Mateus et al., 2003, p. 1017), revelando-se auspicioso explicar tudo o que é geral a respeito das idiossincrasias tendo por base a gramática normativa. A respeito das idiossincrasias linguísticas temos de aceitar que, na língua portuguesa, por exemplo, a palavra rato [r'etu] tem nítida diferença em relação as palavras, lato [l'etu], pato [p'etu] e mato [m'etu], [betu]. De acordo as origens regionais dos falantes, nos sons articulados constam fatores sociolinguísticos e o contacto com outras línguas próximas. Nestes casos, a locução pouco nos importa, porque o importante em fonologia é que nelas exista uma diferença que permita reconhecer que, em <pató>, a pronúncia é realizada com [p] uma oclusiva surda.

Fonologicamente, não temos nas palavras anteriormente indicadas algo que possa gerar preocupação porque não existe pertinência fonologia, mas se fosse [p] e [s], pato e sala, pão e são, encontramos traços importantes que interessam à fonologia em termos distintivos, gerando pertinência para a sua análise.

Entende-se que esta relação não deve ser feita de forma direta entre a fonologia e a fonética, pelo simples facto de uma estudar os sons e a outra se dedicar às manifestações fonéticas que ocorrem na língua, como se estivesse a tratar de uma oposição existente entre ambas, ou seja, o geral e o particular na linguagem.

Por outro lado, é possível verificar os fenómenos físicos e fisiológicos da língua e os fenómenos sonoros como produto que usamos para fins comunicativos. Graça Rio-Torto (1998) afirma que

A fronteira entre a fonética e a fonologia pode ser estabelecida tendo em consideração a relação de interdependência unilateral que entre ambas se verifica: a reflexão em fonética pode ser levada ao cabo autonomamente à fonologia; no entanto, a fonologia não prescinde da fonética, pois debruça-se sobre a realidade fónica tendo em vista as funções semióticas que esta desempenha numa língua (p. 32-33).

Nota-se assim que a posição que a autora assume se encontra salvaguardada pelos limites de cada uma, porque em causa está a questão da localização de cada uma na esfera fónica, mas deixa claro que em ambas as disciplinas, nas suas teorias e, quiçá, nas metodologias não existem semelhanças, ou seja, são completamente ímpares.

Martins (2005)²⁹ refere que “O nível da fonologia é abstrato, no sentido em que descreve e explica o funcionamento das unidades significativas da fala, enquanto a fonética descreve a realização concreta sonora da fala” (p. 97). Neste sentido, entre o nível fonético e o fonológico,

²⁹ Com extrema delicadeza faz a classificação e descrição por traços distintivos acústicas no que concerne a fonologia a propõe como a descrição teórica da língua mas quanto a sua relação com a fonética entretanto é a favor de uma correspondência dos parâmetros fonéticos para se validar a fala em um nível abstrato. Ver capítulo 8 classificação e descrição por traços distintivos acústicos Maria Raquel Delgado Martins (2005).

e pelas referências que foram apresentadas, as relações não acontecem diretamente entre ambas, pelo fato de cada uma ter os seus procedimentos de análise, o que permite mediar a relação. Esta mediação faz com a fonologia atue dentro de níveis abstratos, porque tenta dar explicações sobre unidades significativas da fala, conferindo-lhe uma dimensão mais psicológica, ao contrário da fonética, que simplesmente procura descrever a realização concreta dos sons acústicos da fala.

Capítulo III: Trabalho de investigação

No presente capítulo, dedicado ao trabalho de investigação, serão apresentadas as indagações relacionadas como os meios, recursos, processos e etapas de pesquisa. Na primeira secção 3.1 é apresentada a metodologia adotada e os instrumentos de recolha de dados onde pretendemos dar conta do formato usado na recolha de dados através de entrevistas.

Na secção 3.2 é apresentada a caracterização sociolinguística dos informantes, estudantes angolanos que se encontravam a frequentar vários cursos na UBI à data da aplicação das entrevistas.

O capítulo encerra com a secção 3.3 onde se expõem os dados recolhidos e se procede à sua descrição e análise.

3.1 Metodologia e instrumentos de recolha de dados

A linguística, como ciência, exige métodos que a ela se adequem. Concordando com Baraňano (2008), exige a aplicação de um método que garanta a exatidão dos conhecimentos. Por outras palavras, precisa da aplicação do denominado método científico, que siga determinadas regras e técnicas para seu pleno funcionamento.

Todo o trabalho científico deve ser realizado com procedimentos sistemáticos, fundamentados, ordenados e estruturados de forma a providenciar respostas às questões nele levantadas. A pesquisa deve ser conduzida de acordo com um plano que define as estratégias e o controlo necessário dos procedimentos para o seu desenvolvimento.

Segundo Marconi e Lakatos (2011), qualquer metodologia de investigação precisa de um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permita alcançar um objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros. Mediante o desenvolvimento de atividades sistemáticas, a realização de uma pesquisa obedece a um conjunto de procedimentos que permitam atingir os objetivos preconizados e, concordando com Alves (2012), a metodologia adotada permite direcionar a investigação de forma objetiva. Independentemente do modelo científico de pesquisa, este deverá servir para estudar e dar resposta de forma sustentada, mas deverá ser conduzido de forma neutra e não tendenciosa, contribuindo para a construção de conhecimento abalizado e específico (Francisco, 2010).

Almeida e Feire (2000), referenciados por Francisco (2010), indicam que na prossecução de um trabalho de investigação devem ser seguidas quatro fases essenciais: a primeira fase trata-se da “definição do problema” que passa pela sua identificação e descrição, atestar a sua pertinência e especificar o seu objetivo; a segunda fase consiste numa “revisão bibliográfica” através da qual se posiciona o problema dentro da investigação até à data realizada e se especifica a metodologia a adotar; segue-se a terceira etapa de “Formulação das hipóteses”, na qual se definem as hipóteses a testar e, por fim, a quarta etapa de “definição das variáveis” que consiste na identificação das unidades a observar, quais são as variáveis e a sua medida.

Para Yin (2003), o processo de investigação compreende 5 passos fundamentais: em primeiro lugar dá-se a formulação do problema, onde são determinada as questões a colocar e os objetivos a atingir; segue-se a definição da metodologia a utilizar, durante a qual se determina como fazer o estudo, quais são os dados a procurar, onde, quando e quais as técnicas a utilizar para a recolha desses mesmos dados; o terceiro passo diz respeito ao trabalho de investigação propriamente dito, que consiste em elaborar os instrumentos de recolha de dados e aplicá-los; a análise dos dados obtidos constitui o quarto passo, o qual compreende não só analisá-los, mas também organizá-los de acordo com critérios previamente estabelecidos; por fim, o quinto e último passo da investigação consiste em elaborar conclusões a partir dos resultados resultantes da análise dos dados.

O método contribui para a credibilidade das respostas dadas às perguntas “como?”, “onde?” e “quando?” que compõem a premissa de qualquer trabalho de investigação. Visando a operacionalidade do trabalho, a metodologia constitui uma ferramenta de referência para todo o trabalho científico. Por outro lado, não podemos deixar de salientar que a metodologia também é entendida como técnica, procedimentos ou caminhos.

O método adotado para a operacionalidade deste trabalho é hipotético-dedutivo por se considerar que este ajudará a explicar, de forma concertada, as abordagens teóricas e as observações feitas durante a realização do mesmo, contribuindo para a compreensão do problema colocado e também por se considerar que será o mais adequado ao testar as hipóteses colocadas, as quais serão vinculadas a uma metodologia descritiva e qualitativa para se. Para Carvalho (2009)

Este método inicia-se pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formulam hipóteses. Ou seja, a ciência tem o seu ponto de partida nos problemas que o investigador identifica, os quais são o resultado de discrepância entre as expectativas e o que ele observa na realidade (p. 89).

De acordo com Gil (2007), o método hipotético-dedutivo goza de notável aceitação. Refere que esta aceitação do método hipotético-dedutivo se deve ao facto de este ser entendido como um dos métodos mais lógicos entre as metodologias de investigação científicas. Tendo em consideração a ocorrência de fenómenos que abrangem a hipótese e determinadas insuficiências o reconhecimento dos factos, as preliminares, as lacunas e as incoerências encontradas, foram formuladas algumas questões que possam contribuir para a redução do problema de forma significativa e, ainda, estabelecer a relação entre a variáveis que entendemos serem pertinentes para evidenciar as hipóteses.

Segundo Gil (2007) e Carvalho (2009) uma pesquisa deste tipo tem como principal objetivo descrever uma determinada população e as suas características, ou seja, pesquisa-se a relação entre os fenómenos, procurando saber se um é a causa de outro. Quanto aos fins, ela proporcionará uma visão do problema associado às variações linguísticas regionais e às implicações que esta acarreta para o ensino, pelo facto de existir uma preocupação na prática

educacional de uma dada língua (português e/ou as várias línguas locais), o que elenca, de imediato, para um estudo de caso que pode ser empregue a uma comunidade de falantes com uma história e valores específicos, envolvendo uma descrição rigorosa dos dados e a combinação das evidências idiossincráticas observadas. A partir de uma análise qualitativa, forma-se um triângulo de técnicas que, ao ser associada aos instrumentos de recolha de dados e aos objetivos traçados, ajuda na compreensão dos dados que serão apresentados.

Por ser uma evidência, entende-se que não é um simples caso que nos levou ao paradigma qualitativo, mas porque todas as nossas perspetivas elencam factos e fenómenos sociais. A propósito da construção social da realidade, Coutinho (2015) refere que a realidade observada na sociedade se ajusta à análise descritiva, pelo que primamos, no presente trabalho, para que as informações estejam bem delimitadas para não haver equívocos ou discrepância na interpretação dos dados expostos. A opção pela análise qualitativa justifica-se no trabalho aqui exposto por se considerar que a realidade e a subjetividade não são numéricos. Silva e Menezes (2005, p. 20) determinam que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objeto e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”, o que influencia esta pesquisa ser de natureza descritiva, expondo as causas de determinados fenómenos e a sua relação com as variáveis qualitativas.

Neste caso para verificar e testar as hipóteses teremos que depender, necessariamente, dos resultados dos dados empíricos recolhidos e da descrição qualitativa, porque é sobre estes dados que nos centraremos durante a análise dos resultados, os quais representarão, para todos os efeitos, a consolidação do estudo e a concretização dos objetivos almejados. Por isso, é necessário prestar maior atenção a este aspeto para que no final da pesquisa tenhamos capacidade de determinar a relação entre as hipóteses. Esta relação pode ser encarada com naturalidade porque dependerá, concomitantemente, dos resultados obtidos a partir dos instrumentos de recolha de dados e será de acordo com as respostas dos entrevistados que se poderá indicar, de forma positiva ou negativa, a veracidade dos factos.

A nossa pesquisa é de natureza descritiva pelo facto de descrever as causas de um fenómeno e as relações entre as variáveis dentro da abordagem qualitativa. Na operacionalização da técnica qualitativa, para Marconi e Lakatos (2011), não se exigem regras precisas, problemas, hipóteses e variáveis antecipadas e as teorias aplicáveis deverão ser empregadas no decorrer da investigação. Refere-se ainda que esta técnica não carece de representações numéricas por estar mais vinculada aos grupos sociais.

Entendemos que, de uma maneira geral, a metodologia aqui adotada possibilita delimitar os mecanismos que se adequam a este trabalho, focalizando-se, em termos científicos, nas variações linguísticas regionais em Angola e as implicações no ensino do português. Sublinhamos que o presente estudo procura determinar quais são as interferências das línguas regionais e pensamos que este é um facto que, para o ensino da língua portuguesa, merece atenção, contribuindo para o esclarecimento de certos problemas linguísticos que julgamos ainda não terem sido levantados para a adequação do ensino da língua portuguesa, o

que tem dificultado, de maneira reiterada, a eficiência do ensino e de todo o sistema adjacente.

3.2 Instrumentos de recolha de dados - entrevista e observação

Na recolha de dados adotaram-se dois instrumentos: a entrevista e a observação. Considerámos serem estes os mais adequados, uma vez que se solidarizam e se complementam. Estes encontram enquadramento na opção de adoção do método hipotético-dedutivo porque contribuem para o objetivo de explicar um fenómeno. Neste caso concreto, as explicações serão obtidas a partir das respostas dos entrevistados e das observações feitas junto dos mesmos durante o processo de recolha de informações e durante a sua análise, de acordo com os procedimentos alocados para dar soluções ao problema.

Como instrumento de recolha de dados, a entrevista é considerada um meio privilegiado nos estudos descritivos que pretendam seguir uma abordagem qualitativa (Reis, 2010). Os entrevistados não se limitaram a responder, mas também em determinados momentos demonstravam sugestões as quais procuramos evidências corroborativas que não contrariassem os nossos objetivos. Para Reis (2010) refere que a entrevista é um instrumento privilegiado. Deste modo, forma-se um triângulo das três técnicas de coleta.

De acordo com Francisco (2010), o investigador pode optar pela entrevista individual quando o objetivo é recolher informação sobre o(s) entrevistado(s), não tendo de seguir uma estrutura rígida, ou pode optar por realizar uma entrevista de grupo quando objetivo é recolher informação de vários participantes que se enquadrem dentro de um determinado perfil sociolinguístico. Ainda segundo a mesma autora, a entrevista pode ser de carácter diretivo quando segue um guião, mais ou menos rígido, no qual é determinada a ordem das questões; pode ser de cariz semi-diretivo quando a ordem e a colocação das questões é livre, devendo o entrevistador conhecer aprofundadamente os temas e, por último, de carácter não diretivo quando se convida o entrevistado a discorrer sobre o determinado tema, sobre o qual o entrevistador intervém pontualmente.

Quanto à sua estrutura, a entrevista pode ser classificada como “estruturada” quando segue uma estrutura previamente estabelecida pelo investigador; “semi-estruturada” quando se pretende compilar dados que são obtidos junto de diferentes entrevistados mas “passíveis de comparar” e “não estruturada” quando as questões vão sendo apresentadas sem uma ordem previamente estabelecida ao longo de uma conversa (Francisco, 2010).

Como podemos constatar, há entrevistas que não exigem que se siga um guião rígido, contudo, para o investigador, é importante que haja um suporte estruturado e lógico para a condução de uma entrevista, potenciado que a recolha de dados vá ao encontro dos objetivos propostos para o trabalho de investigação. Na construção de um guião, ou ferramenta de estruturação, devem ser considerados os seguintes aspetos: o perfil sociolinguístico dos entrevistados, qual a amostra sob investigação, definir inequivocamente o tema e os objetivos

da entrevista e, por fim, determinar o meio de comunicação (se será oral ou escrito), onde decorrerá e o tempo que ocupará (Francisco, 2010).

O presente trabalho de investigação tem por base entrevistas não estruturadas, contudo foi elaborado um guião de conversação, de forma a garantir que se cumpria o critério “tempo” (ver anexo 5). As entrevistas foram registadas em formato áudio e foi procurado um tema de conversação familiar a todos os informantes, sendo as questões abordadas com simplicidade, contribuindo para a descontração dos participantes, o que garantiria, à partida, um uso mais espontâneo da língua portuguesa, num registo informal de contacto direto com colegas e/ou amigos e com referências a programas televisivos e radiofónicos.

O tema previamente selecionado para a conversação foi o das “Exonerações”, assunto partilhado por todos os entrevistados. A escolha do tema justifica-se pelo facto de, à data do recolha dos dados, ser um assunto atual no contexto político-social angolano, reforçado por, em 2017, a palavra “exoneração” ter sido eleita como a palavra do ano numa iniciativa promovida pela Plural Editores alcançando mais de 40% dos votos dos participantes num inquérito elaborado com o objetivo de captar a criatividade lexical³⁰.

A realização de entrevistas permitiu fazer o levantamento das características fónicas para aferição do domínio distintivo. Não descurámos a procura de informações a respeito do léxico regional, no plano da fala, permitindo uma análise que atendesse a fatores etnolinguísticos.

Como foi referido anteriormente, a observação constituiu um importante instrumento de investigação, tendo sido igualmente essencial para a formulação do problema. A técnica da observação e a entrevista não estruturada foram conjugadas para a obtenção dos dados que permitiram formular o corpus em análise.

Neste caso em concreto, foi utilizada a observação simples. Gil (2007) aponta que, embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal e não planificada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos factos. A opção por esta técnica corresponde ao ensejo de demonstrar a intenção do presente estudo, uma vez que todos os dados foram coletados em Portugal e em causa esteve a carência de meios financeiros que nos permitissem deslocar a Angola para cumprir a tarefa de coletar mais dados sobre as variações linguísticas regionais.

Por outro lado, foi a partir das observações que se fizeram as várias anotações dos registos orais, o que chamou a nossa atenção para os diversos fenómenos linguísticos que constam no corpus. Amália Mendes (2016) refere que a anotação de fenómenos linguísticos sobre o corpus permite uma rápida identificação e extração de contextos de uma categoria ou estruturas específicas³¹. Por sua vez, a anotação trata-se de uma técnica muito usual na

³⁰ Este inquérito encontra-se disponível na página www.palavradoano.co.ao.

³¹ Corpus em linguística conta com vários modelos baseados em estudos de ocorrências da língua. Podem ser encontrados textos transcritos de registos orais. Foi o que nos ajudou a fundamentar determinadas análises de variações linguísticas regionais e também permitiu ver que determinadas análises linguísticas possibilitam determinar a frequência de um fenómeno na língua para, posteriormente, passar para uma análise (Amália Mendes, 2016, p. 235-236).

construção de um corpus. Esta técnica foi levada a cabo ao longo das observações de forma automática e manual, e registaram-se sobretudo os erros e as categorias fonológicas que mais interessavam, garantindo que estes dados não se perdiam.

A pertinência do tema de investigação levou a que se fizesse o tratamento de toda a informação com o rigor necessário, exigido na recolha de dados e posterior manusear destes mesmos, visando comprovar ou verificar as hipóteses.

3.3 Caracterização sociolinguística dos informantes

No perfil sociolinguístico expõem-se dados como o género, a idade e o nível de escolaridade, mas também as características sociodemográficas que podem abarcar crenças relativas à língua que podem ser motivadas por diferenças económicas e sociais dos inquiridos.

Estas informações, no geral, definem-se na prática em termos de valores e crenças, sendo que os nossos inquiridos apresentam valores positivos para com o português europeu, um traço comum a todos eles, independentemente do seu nível social e linguístico.

Ao traçar-se um perfil sociolinguístico é importante ter em consideração que

Uma comunidade prática não é a unidade, diferentemente do que acontece como uma categoria social, a qual existe num dado nível e à qual os falantes podem ser associados. Essa diferença deve-se especialmente ao facto de os falantes pertencerem a múltiplos níveis. [...] Não estou propriamente a propor uma nova variante social a ser incluída na análise, mas sim a propor uma maneira diferente de encarar a relação entre o significado social e os agregados humanos (Eckert, 2000, 171-172 citado por Lopes, 2011, p. 70).

Entende-se que se deve generalizar todas as variáveis dos informantes por uma questão implícita, que se relaciona com as características assimétricas dos informantes. Mas como objetivo é compilar um corpus com dados e informações fónicas, considerou-se o português padrão aliado ao nível de escolaridade, procurando-se os casos de variação ao longo do roteiro das entrevistas e mediante a atualização discursiva.

O presente trabalho de pesquisa foi realizado junto de um grupo de 9 informantes, estudantes angolanos que residem na Covilhã. É um grupo de estudantes oriundos de vários pontos de Angola, pertencentes a vários grupos etnolinguísticos que se encontram a frequentar cursos de licenciatura na Universidade da Beira Interior, alojados nas residências sociais da mesma universidade.

Ainda que, por falta de recursos financeiros, não tenha sido possível realizar este estudo em território angolano, a cidade da Covilhã apresentou as condições necessárias, uma vez que há um número significativo de angolanos, o que satisfaz todas as nossas expectativas na obtenção de dados para o trabalho.

A seleção destes estudantes justifica-se pelo facto de constituírem um grupo assimétrico, cada um fala ou tem domínio de uma determinada língua nacional, ou seja, são bilingues e pertencem a culturas diferentes, pelo que consideramos que estes refletem a realidade sociolinguística do contexto angolano abordada anteriormente, no capítulo 2.

Relativamente à variável género, 5 dos 9 informantes eram do género masculino e 4 do género feminino, compreendidos numa faixa etária dos 20 aos 30 anos, dados patentes na tabela 1.

Tabela 1- Caracterização dos informantes por género e idade

Idade	Género		Total
	Masculino	Feminino	
23	2	2	4
24	2	1	3
25	1		1
27		1	1
Total	5	4	9

Poder-se-á indicar que uma amostra constituída por 9 indivíduos é insuficiente para a aferição de um dado, ou para a realização de um estudo. Contudo, sublinhamos que o que se pretendia recolher eram dados fónicos e, uma vez que os informantes eram oriundos de diversos pontos de Angola, foram garantidas as condições necessárias para recolher amostras pertinentes ao estudo. Concordando com Ghiglione e Matalon (1992), a escolha de um grupo de indivíduos a participar num estudo deverá atender às condições que permitam que as observações que deles fizermos possam ser generalizadas à totalidade da população. O facto de a nossa amostra ser constituída por um número restrito de pessoas não significa que as informações não sejam credíveis, consistindo numa situação de representatividade. Segundo Gil (2007), a teoria da amostragem encontra-se, hoje, consideravelmente desenvolvida, tornando-se difícil, a qualquer pesquisa, justificar a seleção de uma amostra sem recorrer a seus princípios.

O perfil dos entrevistados é assimétrico pelo facto de possuírem o português como língua materna e, ao mesmo tempo, têm o domínio de uma nacional regional que se encontra discriminada na ficha técnica de cada informante em (anexo 1).

No sentido de completar o perfil sociolinguístico dos informantes, verificou-se que, quanto à sua proveniência, 2 eram oriundos do Kunene, 1 de Lunda Sul, 1 de Benguela, 1 de Luanda, 2 de Uíje e 1 do Bié, todos nascidos e residentes nas respetivas províncias. Entre os entrevistados, 7 falam e entendem uma das línguas nacionais os restantes 2 não falam outra língua que não seja português.

Um aspeto comum aos informantes é o facto de que todos eles nunca tinham saído de Angola e esta é a primeira vez que estão em Portugal, numa situação de contacto com o português padrão, diferente do que se ouve ou se fala em Angola.

Por outro lado, quando foi traçada esta pesquisa, a intenção inicial era analisar falantes de todas as regiões. Tal não foi possível, contudo, nas entrevistas apurou-se que os informantes têm conhecimento sobre outras regiões, como consta no anexo 4 - mapa de Angola. No anexo 3 do trabalho, pode-se mapear geograficamente a proveniência dos informantes e, automaticamente, associá-los às línguas nacionais, o que reflete a realidade sociolinguística no contexto desta dissertação, apresentada na tabela 2.

Tabela 2: amostra da localização regional dos informantes

Cidade	Ondjiva	Luanda	Saurimo	Lobito	Uíje	Kuito
Província	Kunene	Luanda	Lunda Sul	Benguela	Uíje	Bié
Região	Sul	Noroeste	Leste	Sudoeste	Norte	Centro
Nº de informantes	2	2	1	1	2	1
Total	2	2	1	1	2	1

3.4 Descrição e análise dos dados recolhidos

Nesta secção procede-se à descrição e análise dos dados recolhidos. Houve a necessidade de apresentar os dados seguindo a ordem que consta na ficha técnica elaborada para o presente estudo (ver anexo 1).

Em relação aos dados recolhidos, o seu tratamento foi realizado seguindo a modalidade de análise previamente seleccionada. Procedeu-se à transcrição fonética, entre parênteses retos, indicando a pronúncia de acordo com os símbolos fonéticos convencionais e harmonizados no alfabeto fonético internacional (AFI). Para Mateus e os seus colaboradores (1990) e Espada (2017) a transcrição fonética é um instrumento criado para registar factos observados em enunciados de forma consistente e sistemática que resulta assim de uma operação de abstracção sobre a realidade³².

O trabalho prático foi orientado para o objeto de estudo, ou seja, a descrição dos factos de ordem social e regionais dos informantes, revelando uma correlação de atitudes relativamente ao português padrão. Com base nas entrevistas, foi elaborado um pequeno

³² Os estudos portugueses têm preferência pelo uso do alfabeto fonético internacional porque se adequa às características da fonética e fonologia do português, tanto pelos critérios escolhidos como pela sua universalidade. É muito utilizado em estudos dialetológicos no centro de estudos linguísticos da Universidade de Lisboa para dar conta das variedades regionais encontradas na língua portuguesa (Mateus et al., 1990, p. 35-3; Espada, 2017, p.9).

corpus através do qual se procurou apreciar o estabelecimento de perspetivas em relação ao comportamento linguístico face à variação fonética e fonológica do português em Angola.

No presente estudo, os dados obtidos no corpus, após a transcrição fonética dos factos que observámos, compreendem algumas expressões com aspetos fonológicos significativos. Trata-se de dados fónicos dos quais expomos amostras selecionadas que pensamos serem suficientes depois de transcritas. A construção do corpus baseou-se em estudos e obras de vários autores citados ao longo do trabalho. Os passos dados em direção à análise fonológica e posterior análise de resultados são apresentados por Cagliari (2002), o qual sugere que a constituição de um corpus deve obedecer a pares suspeitos, a pares mínimos, a ambientes análogos, à distribuição complementar, aos sons restantes, à transcrição fonológica, aos restantes sons, ao inventário de fonemas, aos processos fonológicos e à transcrição fonética.

Como análise fonológica se baseia em dados fonéticos da fala, a primeira providência é coletar esses dados, através de uma transcrição fonética detalhada e cuidada. Esse conjunto de dados, ou corpus, pode ser construído de palavras, frases e textos. Às vezes, a primeira abordagem e uma análise inicial (estudo piloto) podem contar com apenas umas poucas palavras (cerca de 50 palavras) ou de enunciados curtos (Cagliari, 2002, p. 55-56).

Cuidadosamente, com base no aspeto fónico, considerámos o modo de articulação e o ponto de articulação do português europeu, ao qual se acrescentaram alguns fonemas que ocorrem no português de Angola. Uma observação feita por Undolo (2014, p. 221):

- O modo de articulação

Oclusivas surdas sonoras e nasais - contínuas e - estridentes [t], [p], [k], [b], [d], [g] e [m], [n], [ɲ]

Africadas [tʃ], [dʒ]

Constritivas fricativas surdas e sonoras [f], [s], [ʃ], [v], [z], [ʒ], [mb], [nd], [ng], [- sonora] e [- lateral] [nz], [nʒ]

Líquidas laterais [l], [ʎ] e líquida vibrante [r], [R]

Nasais [m], [n], [ã].

- O ponto de articulação:

Laterais e labiodentais [p], [b], [β], [f], [v], [m], [+ anterior] e [- coronal] [mb]

Dentais [t], [d], [s], [z], [n], [l]

Alveolares [ʃ], [ʒ]

Pré-palatais [ʃ], [ʒ]

Palatais [ʎ], [ɲ]

Velares [k], [g], [ʝ], [R] e a oclusiva velar surda [- sonora] [ŋ]

Relativamente à transcrição fonética, foram identificados e selecionados do corpus alguns fonemas coincidentes com as descrições fonológicas apresentadas por Undolo (2014, p.

221), Mingas (2000 p. 35-38) e Costa (2016, p. 372). As informações que obtivemos elencam factos como interferências dos regionalismos a nível fónico, que transformam os processos fonético e fonológico, tais como vibração, pré-nasalização desnasalização, sonorização, ensurdecimento, acrescentamento de segmentos, supressão de segmentos e inserção de segmentos.

a) Vibração

Vibração dá-se quando, na cavidade bucal, ao produzir a consoante alveolar a língua entra em contacto com os alvéolos, provocando uma obstrução. É deste modo que nos apercebemos do fonema /r/, por isso se denomina vibrante alveolar. Este facto, todavia, faz com que a ocorrência deste fonema dentro do português falado em Angola sofra alterações pelo contacto e interferência das línguas bantu, pois verifica-se que esta consoante não é pronunciada quando se passa de /l/ para /r/, como se pode observar:

	Norma padrão	Variações de Angola
Alto	[aʎtu]	[artu]
Altura	[aʎ'ture]	[ar'ture]
Alunos	[aʎ'unw]	[arunw]
Faculdade	[fekuʎdadj]	[feku'rdadi]
Falta	[falta ezonerar]	[farte e'zonerar]
Fulcral	[fulkrel]	[furkrer]

Mediante estes factos constatou-se que existe uma alternância da consoante lateral e velar líquida /l/ para a velar lateral líquida vibrante /r/. Segundo Barbosa (1965, p. 187), o fonema /l/ é “une laterale apicoalvéolaire ou apicodentale généralement sonore plus vélarisée en position final de syllabe; /r/ “une vibrante apical a un seul battement developpant entre elle et el’articulation consonantique qui éventuellement la precede ou suit une articulation voalique”.

Por outro lado, esta constante alternância dificulta a aprendizagem do português-padrão, mas, ao mesmo tempo, pode-se vê-la como uma facilidade porque as duas pronúncias não se encontram distantes uma da outra, ou seja, o nível fónico aproxima do português-padrão com tipicidades e características de acordo com a região do falante, porque, como referimos anteriormente, as línguas nacionais não possuem na sua matriz fonológica a consoante /r/.

b) Pré-nasalização e desnasalização

No processo de nasalização em português opta-se pelo estabelecimento das vogais nasais que se opõem prefixamente na representação fonética diante de sons vocálicos.

	Norma padrão	Variações de Angola
Baixar	[´ bajʃar]	[mbajʃar]
Batalhar	[´ bataʎer]	[mbataʎer]
Deambular	[´ diãbɔler]	[ndiãbɔlar]
Dente	[´ dẽti]	[ndẽti]
Dorme	[´ dɔrmi]	[ndɔmi]
Pagar	[´ pagɐr]	[mpagɐr]

Todavia, a nasalização do português em Angola ocorre através dos sons consonantais, tal como se pode verificar nas ocorrências indicadas acima, isto é, a troca de sons orais por sons nasais. Isto mostrou que os falantes recorrem a estas formas porque nas línguas maternas, línguas bantu, o seu sistema fonológico é caracterizado pelas formas [mb, mp, nt, nd ng, nk, ns, nz, nl, mf, mv] . Barbosa (1994b) afirma:

Em algumas línguas, nomeadamente africanas, existem ainda articulações consonantais, ditas seminasais, que comportam um segmento inicial nasal seguido de um oral (pré-nasalizadas). O ouvido que a elas não está habituado, por as não possuir na língua, analisa-as geralmente como duas articulações sucessivas e, na sua transcrição para uma língua europeia, faz preceder a primeira de um som vocálico: é o caso de mb ou ng, em kimbundo (língua de Angola), que aparecem precedidos de a em ptg (p. 44).

No entanto, é quase impossível encontrar vogais nasalizadas em muitas línguas angolanas. Para Sassuco (2016), “os falantes em simultâneo com as línguas nacionais e portuguesa acabam por manifesta essas realizações nos diferentes contextos da fala” (p. 208). Desta forma, compreende-se que as vogais nasalizadas por causa da interferência regional das línguas nacionais acabaram por se tornar desnasalizadas e as consoantes labiodentais, em geral, se tornaram pré-nasalizadas.

c) Vozeamento e desvozeamento

Estes dois fenómenos têm ocorrência no sistema que compõe os traços fonéticos relacionados com as propriedades articulatórias. Para Mateus e os seus colaboradores (1990) estes fenómenos fonéticos são emitidos com a “vibração das cordas vocais” (p. 180) a passagem dos sons vozeados para sons desvozeados de forma inversa. Segundo (Barbosa, 1994), “pode acontecer que uma vozeada comporte vibrações das cordas vocais e inversamente” (p. 42), pelo que uma desvozeada perde as vibrações próprias da sonoridade.

	Norma padrão	Variações de Angola
Antepor	[´ãtipur]	[a ⁿ tipuur]
Balanço	[´baʃãsu]	[balɛ ⁿ su]
Brincar	[´brĩkar]	[bri ⁿ ker]
Envergonhar	[ẽver´guɲer]	[e ⁿ verguɲer]
Enviar	[ẽvjɛr]	[e ⁿ vjɛr]
Pensar	[pẽʃar]	[pe ⁿ sɛr]
Prender	[´prẽdʒr]	[pre ⁿ dʒr]

Os fenómenos de vozeamento e desvozeamento são duas propriedades acústicas que opõem os sons. Esta oposição tem base na variação das realizações dos segmentos sonoros. Todavia, o vozeamento está associado à vibração das cordas vocais e o desvozeamento corresponde à ausência de vibrações das cordas vocais ou do seu relaxamento.

d) Inserção e supressão de segmentos

O processo de inserção de segmentos para Mateus, Brito, Duarte e Faria (1989) é, respetivamente, um processo que “funciona pela supressão ou inserção de consoante e vogais, ou pela troca do lugar que ocupam (metátese), umas vezes formam sequências de CVC (consoante, vogal, consoante) maximamente perceptíveis, outras para levar à constituição de ditongos, substituindo a sequência de duas vogais” (p. 362).

Aprofundadas as nossas observações, identificamos a inserção e supressão de segmentos³³ no interior de determinadas palavras, como se encontra atestado em alguns casos que foram verificados. A maioria ocorre em vogais e alguns raros casos aparecem em consoantes, o que faz com que o português de Angola divirja das formas encontradas no português padrão.

Casos de inserção

	Norma-padrão	Variações de Angola
Almejar	[aʃ´miʒar]	[aʃimjʒar]
Alvoroço	[aʃ´vuruzu]	[aʃivurusɔ]
Blindado	[´blĩdadu]	[´bilĩdadu]
Blusa	[´bluze]	[puluze]
Calcar	[kaʃkar]	[kaʃkar]
Prevenir	[p´rivɲir]	[piʃi´vinir]
Psicanálise	[pʃjke´nalʒi]	[piʃjke´nalʒi]
Psicologia	[pʃikulu´gʒɛ]	[piʃjku´gʒɛ]
Trabalhar	[tra´beʎar]	[ta´baʎar]

³³ A partir da nossa constatação dentro do corpus conseguiu-se uma clarificação sobre a inserção e supressão de determinadas vogais e consoantes em várias posições que ocupam na estrutura subjacente em contexto fonético ocorrem nas chamadas regras fonéticas que impedem a realização fonética de hiatos fazendo com que se acrescenta um segmento, ou se mudam as vogais para semivogais, ou se fundem vogais, respetivamente.

A propósito da inserção de fonemas maioritariamente no português falado, notou-se a falta do uso de dígrafos na oralidade perante determinados vocábulos da língua portuguesa. Esta constatação ainda nos permitiu observar que todo processo é feito com muita naturalidade³⁴, afigurando-se uma forma de simplificação da realização oral de determinados fonemas e tudo indica que nas línguas nacionais se observa a ausência ou são apagadas as formas consonantais e substituídas pela vogal anterior ou palatal, fechada oral [i] e pela vogal anterior ou palatal, semifechada, oral [e] .

Por exemplo:

[bl] oclusiva oral bilabial lateral alveolar [+sonora] [-surda]

Problema [pru'blɛmɐ] NP [prubɛlɛmɐ] PA

[bt] oclusiva oral bilabial, linguodental [-surda] [+sonora]

Obter [ub'tɛr] NP [ubitɛr] PA

[tm] oclusiva oral linguodental [-surda] oclusiva nasal bilabial [+sonora]

Atmosfera [at'mufɛrɐ] NP [atemufɛrɐ] PA

[tn] oclusiva oral linguodental [-surda] e nasal alveolar [+sonora];

Etnologia [et'nulugjɐ] NP [etinulugjɐ] PA

[dv] oclusiva oral linguodental [-sonora] e fricativo oral labiodental [+sonora];

Advento [ad'vɛtu] NP [adevɛtu] PA

[dm] oclusiva oral linguodental [-sonora] e oclusiva nasal bilabial [-sonora];

Administrador [admĩniftrɛ'dɔr] NP [adimĩniftrɛdɔr] PA

[dk] oclusiva oral linguodental [-sonora] e oclusiva oral velar [-surda]; e outros³⁵.

Adquirir [a'dkirjr] NP [adikirjr] PA

[gn] oclusiva oral velar [-sonora] e oclusiva nasal alveolar [-sonora]

Glaciar [gɫɛsjar] NP [galasjar] PA

³⁴ Muitas das características que comportam as estruturas das línguas bantu encontram-se em alguns trabalhos retratados de modo individual. Para Mingas (2000), ao retratar a influência fónica do quimbundo, a vogal central [i] e as vogais posteriores [ɔ] [o] [u], as anteriores [i] [e] e [ɛ] que consta na língua portuguesa só são “utilizadas por alguns locutores em posição inicial” (p. 60). Este aspeto indicia toda uma observação que fomos realizando com os informantes sobre o modo como os sons são articulados no processo fonológico e a ausência em massa das oclusivas vozeadas [b], [d] e [g], como por exemplo, bola [bɔlɐ] e [pɔlɐ]; garfo [gɛrfu] e [karfu]; piadas [piatɐ] e [piada].

³⁵ Como ilustram estas palavras: Placência, glândula, atleta, abnegação, flexibilizar, ablução. Estes são alguns exemplos típicos de palavras que sofrem inserção no português falado em Angola que foram extraídas do Grande Vocabulário de Língua Portuguesa de Machado (2001) e do Vocabulário de dificuldades de Matoso (2003).

Casos de supressão

	Norma-padrão	Variações de Angola
Coincidência	[kuĩsidēsja]	[kūsjidēsja]
Coincidir	[kuĩsidir]	[kūsidir]
Convite	[kūviti]	[kuviti]
Crucificar	[krusifikar]	[kulusifikar]
Cultura	[kułture]	[kutura]
Exemplo	[eļẽplu]	[ẽjẽplu]
Nervosismo	[nervuzi]mu]	[nevuzi]mu]
Pneu	[pnew]	[pinew]
Testemunhar	[tiftimunar]	[titimunar]

Foi verificada, por outro lado, uma ligação dos restantes fonemas internos sem que haja ambiguidade ou perda do significado intrínseco e semântico da estrutura inicial porque o significado é, de acordo com Ullmann (1987), “um dos termos mais ambíguos e controverso da teoria da linguagem” (p.113). Em todas as observações realizadas no corpus, tal como consta nos exemplos apresentados, as palavras não perdem o significado original, mas só uma ligeira perda de sonoridade a nível da articulação.

Os resultados alcançados nesta breve análise permitiram observar que as línguas nacionais interferem na sonoridade do português falado ao inserir ou extrair elementos linguísticos. A apreciação de todos os elementos permitiu entender as variações que ocorrem no português falado; constatou-se que, dentro do modo de articulação, a vocalização e a consonantização estão maioritariamente configuradas por fonemas oriundos do contato das línguas e isto faz com que a diferença entre a norma europeia e o que se fala no país seja muito nítida. A partir dos dados conseguiu-se estabelecer a variação regional do português falado.

Através do recurso a diversos suportes para observação da oralidade, como noticiários, músicas e conversas notou-se que, de acordo com as línguas regionais, cada informante entende ou domina, pelo menos, uma. Foi, por isso, possível observar a variação fonológica ao testarmos dois verbos, <dar> e <partir>, para medir as ocorrências destas e outras variações e, por causa do número limitado de inqueridos, foi possível termos evidências produtivas da variação fonológica que abrange a oralidade em todos os falantes angolanos observados.

No que diz respeito à variação regional, e por influência de uma língua local, notou-se que os verbos podem incorporar várias formas distintas a nível fónico, tal como foi observado nas seguintes frases:

1. O Pedro sabe dar a explicação que precisas.

O falante do norte: [u pedru sabi d´er e eļplikasẽw ke presiza]

O falante do sul: [u pedru sabj nd´are e eļplikasẽw ke ´presiza]

O falante do centro: [u pedru sẽbe nd´arẽ e eļplikasẽw ke presiza]

O falante do leste: [u pedru nsabẽ d´aji e eļplikasẽw ke presiza]

2. O vidente parte amanhã para Luanda.

O falante do norte: [u mbidēt p´art amañẽ paɫe ruãda]

O falante do sul: [u vidētʃi p´artʃi amañẽ paɾe rɔãde]

O falante do centro: [u vidētj p´arti amañẽ pɛɾe luãde]

O falante do leste: [u nvidēti p´artj amañẽ pɾe luãde]

Nestes exemplos constatou-se que estas representações fonológicas, que correspondem à primeira frase «O Pedro sabe dar a explicação que precisas» e à segunda «O vidente parte amanhã para Luanda», se distinguem pelo facto de cada uma representar uma determinada variação fonológica das pronúncias regionais onde se notam dois grandes fatores de variação do português padrão que é a interferência e o contacto com as línguas autóctones do país, tanto em falantes cultos como em os falantes não escolarizados, sendo esta uma das características que não escapou ao nosso leque de observações.

Entendemos que, através destes factos detetados no português falado em Angola, o seu nível fónico é determinado por certos elementos fonológicos com carácter distintivo³⁶, os quais possibilitam a diferenciação apenas por um som significativo, como por exemplo, se, em vez de [d´ar], tivermos [d´aʃi], [nd´ar] ou [d´arɛ]. Já na segunda frase temos [p´arti], [partʃi] em vez [p´art].

Em todos os casos estamos diante de variações de elementos fonológicos e de unidades distintivas que distinguem significados e que são representadas por vogais e consoantes com pares que ajudam a determinar os elementos fonológicos distintivamente. Verifica-se o contraste com as línguas nacionais, línguas bantu onde se nota que o seu sistema vocálico é simétrico, porque o sistema das línguas nacionais tem uma vogal central /a/, idêntico número de vogais anteriores /i/, /e/ e de vogais posteriores /u/, /o/.

Por outro lado, o alfabeto que serve as línguas nacionais foi adaptado do alfabeto português com algumas insuficiências. Tal como indicam Bergström e Neves (2004), ao alfabeto juntam-se as letras k, w e y , que têm um uso restrito . Este é, igualmente, um dos motivos que nos fez também observar a consoante <c> em português com o símbolo fonético [k] e constatamos na palavra carro [kaɾũ] é comum os falantes angolanos pronunciarem [k´alu] com a ocorrência da oclusiva oral não vozeada [k] e a omissão da vibrante alveolar múltipla [r].

Concluirmos esta análise e as principais observações que foram elencadas e que contrastam drasticamente o português angolano com o português europeu. Notou-se, principalmente a nível da vocalização, a ocorrência da vogal nasal centrada e aberta e a sua posterior redução para não vozeadas, o que não sucede no português europeu. Em toda a análise realizada ao corpus, os processos que tiveram uma elevada ocorrência foram a vibração das

³⁶ A percepção dos traços distintivos é aceite por inúmeros investigadores porque, implícita ou explicitamente, encontram-se na descrição de muitas oposições fonológicas no interior de várias línguas. Por outro lado, a teoria dos traços distintivos nasceu com a escola de Praga com a constatação da existência de “propriedades pertinentes dos sons”. Todavia foi Trubetzkoy, em 1939, quem definiu o fonema como conjunto de traços distintivos para que comesçassem a surgir os primeiros estudos da teoria das oposições fonológicas (Mateus et al., 1990, p.227).

consoantes alveolares geradas pelo contato e interferência das línguas nacionais, a pré-nasalização e desnasalização diante dos sons vocálicos, vozeamento e desvozeamento com a perda da sonoridade na articulação de determinados fonemas e, por fim, a supressão e a inserção de fonemas.

Deste modo, dado o caráter das entrevistas, não foi levado a cabo o processamento estatístico dos dados. Poderá não ser coerente generalizar as entrevistas e os resultados, mas aceitam-se ao se confirmar os mesmos, ou deduzem-se pelas evidências empíricas baseadas na combinação de evidências qualitativas das entrevistas (Marconi & Lakatos, 2011, p. 102).

A interpretação dos resultados das transcrições foi possível através dos traços distintivos e pela forma como a língua é articulada, o que explica os factos socioculturais e regionais (ver Capítulo 2) e ajudam a entender a caracterização das variações fonéticas, fonológicas, regionais e as interferências fónicas dentro do vocabulário oral português.

Foi interessante verificar que, entre os entrevistados, houve uma tendência quase geral de prestigiar a língua-padrão. Sobre este aspeto, não podemos deixar de considerar que, como universitários, têm uma habilitação literária alta o que justificará a preferência pela língua-padrão.

Neste tipo de estudos, a variável género é a que está intrinsecamente relacionada aos detalhes socioculturais. Geralmente, nos estudos sociolinguísticos sobre estratificação social, as mulheres prestigiam qualitativamente a sua linguagem e os homens parecem oscilar entre a linguagem prestigiada e a vernacularizada. Uma das grandes evidências que nos indica os efeitos de ambos os géneros na língua é determinado, evidentemente, pelas características sociais que mostram que o género não potencia a mudança dos sons linguísticos, mas sim a competência comunicativa, aliado ao índice socioeconómico e à escolaridade. Labov (2008) foi quem demonstrou e descreveu como o grau de instrução é a única escala objetiva que poderia diferenciar os grupos na mesma ordem de prestígio embora não haja comparação a esse respeito³⁷.

No estudo que aqui se apresenta, constatou-se que o género pouco intervém na articulação dos sons da língua portuguesa a nível fónico, mas a localização geográfica terá sido o fator que mais contribuiu para a variação fonética fonológica, motivado pelos contactos do português com as línguas de cada localidade ou o afastamento dos grandes centros urbanos. Um dado interessante, resultante da pesquisa, foi o comprovar que a mobilidade e, mais propriamente, o tempo de permanência em Portugal têm um grande peso na adoção da língua-padrão, uma vez que os entrevistados que se encontram há mais tempo na Covilhã revelaram empregar preferencialmente esta última.

Dando continuidade à descrição da idade, escolaridade e localização geográfica, em sociolinguista contribuem para a preservação da variedade padrão segundo o prestígio social do informante, mas em fonética e fonologia contribuem para a mudança e variação dos

³⁷ Ver Labov (2008, p.69).

fonemas. Por causa da mobilidade estas variações correlacionadas também foram observadas nos entrevistados que se encontram a mais tempo de estadia na Covilhã.

Por este motivo, estes dados apontam que a variável oral pode ser um facto de mudança fonética e fonológica o português.

A idade revela-se um fator bastante importante, não apenas quando os resultados estatísticos comprovam as ideias do senso comum de que os mais jovens são, em determinados pontos do tempo e do espaço, o grupo etário mais inovador, inclusivamente contruindo fortemente para a mudança da língua (Ferreira, 2004, p. 23, citado por Andrade, 2014, p. 82).

Na área da geolinguística, os fatores idade, espaço e tempo permitem levar a cabo um estudo descritivo, explicativo, racional e científico do ponto de vista físico, etnográfico, político e económico para a descrição dos fenómenos linguagem (ver Capítulo 1). O conhecimento da faixa etária dos informantes foi fundamental para apurar a realidade linguística que, maioritariamente, é dinamizada pela faixa etária mais jovem. Tal análise é possível somente porque a descrição simples origina a mudança em tempo real e nos permite distinguir entre a gradação etária da população atual e os efeitos da mudança linguística³⁸.

Esta análise é feita a partir da frequência e distribuição das variantes fonéticas, por exemplo, a vogal oral palatal aberta [ɛ] tende a ser mais usual em [bi'leze] do que a vogal palatal média [e] [be'leze]. Este fenómeno dá-se de acordo com a localidade, faixa etária, a profissão e etnia. O padrão linguístico e as diferenças das estruturas sociais abrange uma gama de abordagens que temos a necessidade de entender segundo o perfil do falante.

Observou-se que a norma-padrão difere fonética e fonologicamente de falante para falante, segundo a sua região de procedência. Numa conversa com africanos lusófonos sobressai, em primeiro lugar, a pronúncia e a entoação suave e melódica³⁹. A sensível variação fonética e fonológica encontra-se no fenómeno, logo este leva aos mesmos fenómenos apontados na secção 2.3, associados ao sistema vocálico dos falantes angolanos onde o fonema vibrante alveolar /r/ não é audível. Neste contexto, o ensurdecimento dos sons, o sistema de nasalização e desnasalização, o vozeamento, desvozeamento, inserção e supressão, são fenómenos de variação.

Considerando a presente análise, contactou-se a nasalização em oposição das vogais prefixas diante dos sons vocálicos no processo de nasalização dos informantes, pois a sua ocorrência é consonantal, seguindo o modelo das línguas bantu. Determinados segmentos da norma-padrão apresentam, a nível da oralidade, as formas consonantais apagadas e substituídas, evitando a acumulação destas por uma vogal palatal fechada [i] ou pela semifechada [e], alternando regularmente na forma (CVCV), distinguindo-se da forma que ocorre nas línguas nacionais em situações como [pfiɲe] e [pisiɲe], [pru'blɛmɛ] e [pubɛlɛmɛ].

³⁸ Consultar W. Labov (2008, p. 194) sobre a observação da mudança sonora.

³⁹ Ver Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015, p. 252).

Mediante as observações feitas, vimos que a maioria das diferenças fonéticas são caracterizadas, essencialmente, nas configurações articulatórias associadas ao resultado sistémico do contacto entre o português e as línguas regionais, porque o conceito de língua nacional é ambíguo (ver Capítulo 2, secção 2.1) e, assim, determinados processos fonológicos estão generalizados na matriz do português de Angola sem distinção de classes.

Entendemos que não se podia finalizar esta análise sem referenciar alguns autores angolanos que subscreveram o estudo de algumas línguas nacionais e as suas interferências. Mingas (2000), uma das referências da pesquisa, aborda a interferência do kimbundo no português. Ao se considerarem estas interferências, as evidências fónicas tornam-se inquestionáveis, pois o kimbundo é a língua angolana que mais contribui para o enriquecimento lexical do português em Angola. No que diz respeito às interferências fonológicas, muitos elementos linguísticos do kimbundo são lexicalizados em português, permitindo juntar e construir os vários tipos de interferências que abundam no português angolano.

A consulta do trabalho de Undolo (2016) possibilitou analisar o sistema vocálico e os contrastes distintivos entre o português europeu (PE) e o português de Angola (PA), também permitiu demonstrar as diferenças fónicas e as respetivas influências regionais, bem como abordar a problemática das interferências fonéticas e fonológicas que se resumem no contraste vocálico entre PA e PE, tal como consta na tabela abaixo:

Tabela 3 - Sistema vocálico

Português de Angola		Português europeu	
Contrastes			
[a]	[´kaza]	[ɐ]	[´kaze]
[ɛ]	[be´leza]	[e]	[bi´leze]
[e]	[atropé´tar]	[i]	[etrupi´tar]
[i]	[prezi´dêti]	[i]	[prezi´dêti]
[ɔ]	[dez´gɔftu]	[o]	[dez´gɔftu]
[o]	[namo´rar] e [´kumu]	[u]	[namu´rar] e [´komu]
[ã]	[re´kātu]	[õ]	[rikātu]

A vogal central média [ɐ] no PE é reduzida, mas no PA não é reduzida ou neutralizada, por isso é mais audível a sua realização; a vogal oral palatal aberta [ɛ] é mais frequente em relação a vogal oral palatal média [e]; a vogal oral palatal média [e], como consta nos exemplos, surge por vezes a substituir a vogal oral central [i] e ainda com alguma tendência de não realização no português angolano, como se verifica na tabela, em posição átona final; a vogal oral velar aberta [ɔ] nos falantes angolanos também é frequente em relação a vogal média [o] e, esta última, ao ser pronunciada é normal substituir a vogal velar fechada [u], por exemplo kwanza e cuanza, designação da moeda angolana, só varia no seu grau de abertura.

Conclusão

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa que teve início com a construção de um corpus que consideramos ser ilustrativo, que permitiu a identificação, descrição e análise dos fenómenos e processos linguísticos observados. No presente trabalho procurou-se analisar as variações fonéticas e fonológicas do português e fornecer um diálogo entre as duas áreas para o conhecimento da língua com efeito imediato na pronúncia dos falantes da língua portuguesa em Angola.

No segundo capítulo do trabalho, discorreu-se sobre as causas de alguns factos ou fenómenos e sobre a sua ocorrência na pronúncia, motivada pela configuração do sistema de cada língua e pela sua matriz fonológica, comprovando-se que a língua portuguesa em território angolano se sujeita a transformações causadas pelo contacto linguístico e pelo plurilinguismo. Desta forma, verificou-se que a língua portuguesa, face a uma vasta variedade de línguas regionais, sofreu e sofre um processo de influência, contacto e variação, o que nos levou a compreender que muitos aspetos do português em Angola devem ser entendidos de forma abrangente, a partir de estudos sociolinguísticos, geolinguísticos, etnolinguísticos e dedicados a regionalismos. Cada uma destas áreas enfoca a língua de forma específica, tomando em linha de conta cada um dos fatores que compõem o perfil sociodemográfico dos falantes, como a região onde vive, e o seu status social, que corresponde à idade de cada falante, ao género, ao nível de escolaridade e ao nível socioeconómico.

Também entendemos que apesar de ser muito precoce falar-se em português de Angola, a ideia tem estado a consolidar-se entre a comunidade de investigadores, dentro e fora de Angola, os quais reconheceram as particularidades do português falado naquele território, onde sobressai, em primeiro lugar, a pronúncia, a entoação aos ouvidos de quem fala com os angolanos ou esteja habituado a ouvi-los falar, pois percebe-se que é um português rico em sotaques e sonoridades (Barbosa, 1994; Endruschat & Schmidt-Radefeldt, 2015).

Em princípio a marca das pronúncias registadas é o vocalismo que difere do português europeu. O português falado por angolanos apresenta uma matriz fonológica marcada por sete alterações decorrentes de hábitos articulatorios configurados pelo contacto linguístico que, indubitavelmente, deriva das línguas bantu (Endruschat & Schmidt-Radefeldt, 2015).

Decorrente da análise, verificámos a existência de processos fonéticos e fonológicos como a vibração, ou passagem do [l] → [r]; como vozeamento e desvozeamento, processos inversos dos sons [b] → [p], [g] → [k]; a inserção (epêntese) de uma vogal [i]; a supressão (síncope e apócope), ou seja, a queda de uma consoante, mais propriamente, o caso da consoante [r] que é inexistente nas línguas nacionais e, por último, a pré-nasalização quando temos um segmento nasal seguido de oral [m] → [mb] e a desnasalização que ocorre no PE quando as vogais nasais se opõem prefixamente aos sons vocálicos [ãg'ɔɐ] → [ng'ɔɐ]

A língua portuguesa esteve, desde sempre, em contacto com as línguas autóctones o que fez com que muitas palavras se tornassem aportuguesadas, para facilitar alguns estudos e

traduções. A analogia entre as palavras deve-se à aproximação semântica, ou talvez morfológica.

Esta situação ocorre, possivelmente, porque o ensino da língua portuguesa foi, muitas vezes, levado a cabo sem o apoio de uma gramática sólida, pois interessava simplesmente impor o hábito de falar português, sem qualquer outra preocupação formal. Historicamente, “[s]eria sem dúvida mais realista considerar sobretudo a necessidade de impor os seus hábitos linguísticos àqueles que não os tinham, ensinar modelos fonológicos, gramaticais e lexicais para adaptar às condições, aos objetivos e às exigências” (Garmadi, 1983, p.52) e, no presente trabalho, entende-se que as exigências linguísticas a nível fonológico são ferramentas que o ensino da língua deverá elencar na persecução de um ensino duradouro. Acreditamos que no ensino da língua em contexto angolano, devem ser tidas em conta as características específicas de cada zona, numa perspetiva que se aproxima à de Fernandes e Ntondo (2002), sobre a zona H e a zona K, ou as diferenças fonológicas de algumas línguas como a língua Cokwe e Umbundo. Costa (2016) diz que se nota a ausência das consoantes [Q], [R], [X] e [Z], onde os sons são substituídos, ou ainda eliminados. Nestes contextos, por exemplo, o fonema /R/ é substituído por /L/ o que, naturalmente, terá consequências na aprendizagem da língua portuguesa.

Por exemplo, na língua Cokwe e Nganguela, a palavra língua escreve-se (limi) mas pronuncia-se [ˈrjmi]; a palavra (olho), escreve-se (lisó) e pronuncia-se [ˈrjsɔ]. Em Umbundo também se pode verificar que se escreve (lalanja) e se pronuncia [ralãʒɛ]. Entende-se, que cada língua nacional evidencia a sua forma fonológica na pronúncia de determinadas palavras que podem ser percebidas por quem as fala em qualquer ponto do país.

Entendemos que em Angola, por se distinguir pela heterogeneidade e pelo plurilinguismo, há uma grande necessidade de levar a cabo estudos em linguística variacionista, faltando estudo seminais nesta área, o que não deverá impedir que a realidade sociolinguística do país não seja vista a partir de uma abordagem empírica que nos faça olhar para a grande interferência do plurilinguismo nacional no ensino do português, motivada não só pela mobilidade populacional, mas também pelo consequente contacto linguístico.

Acreditamos que esta vasta diversidade linguística pode atrair o interesse de investigadores, motivando a realização de um número considerável de pesquisas, sobretudo nas áreas da linguística descritiva em muitas universidades do país. Defendemos que alguns destes trabalhos descritivos mereceriam e deveriam ser catalogados em atlas linguísticos, nos quais possam constar todas as línguas angolanas. Porém, por outro lado, pensamos que é precoce definir um panorama geolinguístico de todas as variações regionais do português no país, sobretudo se consideramos o fator humano. Uma vez que a realidade social é desconhecida, encontra-se dificultado o desenvolvimento de pesquisas na área da sociolinguística em Angola, bem como o conhecimento do processo das variações linguísticas que exponha os fenómenos inerentes à língua e à sociedade neste contexto marcado pelo plurilinguismo.

Referimos que as línguas nacionais no espaço angolano, grosso modo, não possuem história evolutiva e muito menos normas estabelecidas registadas em gramáticas. Muitas das

características que são estudadas a nível fonético, mesmo fonológico, só são possíveis de detetar a partir de analogias de cadeias fónicas do português, isto é, de pronúncias aportuguesadas .

Neste estudo fica justificado e comprovado que a população angolana, segundo as estatísticas apresentadas pelos técnicos, a par da língua portuguesa, o plurilinguismo assenta na capacidade que esta possui de falar o português, língua vernacularizada e, ao mesmo tempo, uma ou duas línguas nacionais. Nesta relação entre língua e sociedade centra-se um dos objetos da sociolinguística que é a interação comunicativa.

Ainda assim, entre as várias comunidades que constituem o país, o distanciamento geográfico cria situações de afastamento linguístico. No entanto, pelo facto muitas destas comunidades se encontrarem em zonas rurais, urbanas ou suburbanas, e principalmente em zonas do interior, por questões que têm a ver com a demografia, têm menos acesso ao português padrão e ao ensino do mesmo, o que acaba por acentuar ainda mais o plurilinguismo. Assim, somos levados a concluir que, para que um indivíduo domine duas línguas diferentes, ele deve encontrar-se perfeitamente inserido na comunidade de outros falantes com uma língua diferente da sua língua de origem, mas que, por motivos sociais diversos, ele é incondicionalmente recetivo à aprendizagem de outra língua.

Os motivos sociais que podem ser apontados, e que ajudam a entender esta situação, são as guerras, as perseguições políticas e as melhores perspectivas de vida em sociedade. Motivos esses que, por sua vez, fazem com que os indivíduos busquem segurança em outros grupos etnolinguísticos, e a maneira mais eficaz de integração em outros pontos do país, sem perigo de fraturas sociais, é o domínio da língua que funciona nestes casos como componente fundamental.

Por um lado, são traços visíveis nas populações consoante as regiões onde se encontram radicadas que nos conduzem a uma perceção que, do ponto de vista social, dá conta dos vários condicionalismos em torno destes fenómenos. Mas acredita-se que poderão ajudar a suscitar questões sobre a variação linguística em Angola a fim de contribuir para a realização de uma avaliação sobre as verdadeiras implicações no ensino do português. Referimos ainda os vários fenómenos sociais que, para uma caracterização sociolinguística de Angola, se acredita serem necessários para trazer a lume alguns indicadores da realidade do país de modo a poder trabalhar o carácter de alguns desses fenómenos sociais que, como foi anteriormente mencionado, apontam para que as relações sociais sejam de extrema importância para o entendimento cabal dos factos sociais na questão da linguagem. Por este motivo, hoje temos a perceção que a língua é vista como o principal sistema de identidade dentro dos grupos sociais, sendo que esta, aliada à cultura, varia e sofre transformações segundo a dinâmica das sociedades no tempo e no espaço. Pelo que foi exposto, a língua deve ser vista como fenómeno de uma realidade cultural de um determinado grupo social, um instrumento do qual uma dada comunidade se serve de modo a unificar os seus membros criando uma unidade que, num contexto de diversidades sociais julgadas incontornáveis, ela seja capaz de ultrapassar.

Temos a convicção de que a língua e a história de muitos grupos sociais fizeram juntos o seu caminho, a partir do momento em que resolveram viver em comunidade, a língua ficou

indelevelmente associada à sua cultura, aos seus hábitos e aos seus costumes. Angola e os povos que aí habitam encontram-se socialmente ligados às línguas que nela convivem e, como nação, elas fazem parte do seu património imaterial.

Bibliografia

- Aitchison, J. (1993). *Introdução aos estudos linguísticos* . Lisboa: Publicações Europa-América.
- Altuna, R.A. (1985). *Cultura tradicional banto* . Luanda: Secretariado arquidiocesano de pastoral Editores.
- Alves, M. (2012). *Metodologia científica* . Lisboa: Escolar.
- Andrade, C. (2014). *Crenças, percepção e atitude linguísticas de falantes Madeirense* . (Dissertação de Mestrado) Universidade da Madeira.
- Andresen, J. T. (1990). *Linguistics in America 1769-1924: A critical history* . Londres: British Library. Recuperado de: <https://books.google.pt/books?id=mJTYtrzWwngC&pg=PA256&ots=uoeLW1MhYO&dq=Linguistic%20H.>
- Angola-facts, history, economy and government, infrastructure.* Recuperado de: <http://angolaairport.net/travel/angola-facts.htm>.
- Balsalobre, S.R. G. (2015). *Brasil, Moçambique e Angola, desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento* . (Tese de doutoramento) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Barañano, A. (2008). *Métodos e técnicas de investigação em gestão: Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação* . Lisboa: Sílabo.
- Barbosa, M. J. (1965). *Etudes de phonologie portugaise* . Lisboa: Junta de investigação do ultramar.
- Barbosa, M. J. (1994). *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português* . Coimbra: Almedina.
- Bardin, L. (1988). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bartoré, H. J. (2000) *Expressão do espaço no português europeu* . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Editora.
- Baylon, Ch., Fabre, P. (1990). *Iniciação à linguística*. Coimbra : Almedina.
- Bechara, E. (2003). *Gramática escolar da língua portuguesa* . (1ª ed.). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Bechara, E. (2003). *Moderna gramática portuguesa* . (37ª ed.). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Bergström, M., Neves, R. (2004). *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa* . (47ª ed.). Lisboa: Notícias.
- Briz, A. (2002). *Corpus de conversaciones coloquiales* . Madrid: Arco/Libris.
- Cagliari, L. (2002). *Análise fonológica - introdução à teoria e a prática com especial destaque para o modelo fonémico* . Campinas: Mercado de letras.

- Camara, J. (1989). *Princípios de lingüística geral*. (7ª ed.). Rio de Janeiro: Padrão.
- Camara, J. (1996). *Estrutura da língua portuguesa*. (25ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Carvalho, J. (2009). *Metodologia do trabalho científico «saber-fazer» da investigação para dissertação e teses*. Lisboa: Escolar.
- Castro, I. (2006). *Introdução à história do português*. (2ª ed.). Porto: Colibri.
- Charlier, F. (1977). *Base de análise Linguística*. Coimbra: Almedina.
- Chomsky, N. (1978). *Aspectos da teoria da sintaxe*. (2ª ed.). (coleção stvdivm). Coimbra: Arménio Amado.
- Cintra, F. L. (1995). *Estudos de dialetologia portuguesa*. (2ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.
- Cintra, L. (1995). *Estudos de dialetologia portuguesa*. (2ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.
- Cohen, M. (1971). *Matériaux pour une sociologie du langage I*. (Petite Collection Maspero). Paris: François Maspero.
- Corneille, J. P. (1982). *A linguística estrutural seu alcance e seus limites*. Coimbra: Almedina.
- Costa, T. (2016). Ensino da língua portuguesa em Angola. In A. A. Luís, C. S. Luís, P. Osório (Orgs.), *A língua portuguesa no mundo* (pp. 367-389). Porto: Colibri.
- Coutinho, C. (2015). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teorias e prática*. (1ªed.). Coimbra: Almedina.
- Cristóvão, F., Amorim, M., Marques, M. & Moita, S. (2005). *Dicionário temático de lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.
- Cunha, C., Cintra, F. L. (2000). *Nova gramática do português contemporâneo*. (16ª ed.). Lisboa: João Sá da Costa.
- Cunha, C., Cintra, F. L. (2015). *Nova gramática do português contemporâneo*. (22ª ed.). Lisboa: João Sá da Costa.
- Cuvillier, A. (1956). *Vocabulário de filosofia*. (2ªed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Dicionário Enciclopédico de língua portuguesa*. (1992). Lisboa: Salvat S.A.
- Duarte, I. (2000). *Língua portuguesa - Instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Dubois, J., Giacomo, M., Guespin, L., Marcellesi, Ch., Marcellesi, B., Jean & Mevel, P. (2014). *Dicionário de Linguística*. (2ª ed). São Paulo: Cultrix.
- Ducrot, O., & Todorov, T. (2007). *Dicionário das ciências da linguagem*. (8ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Eliá, S. (1987). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria.
- Endruschat, A., & Schmidt-Radefeldt, J. (2015). *Introdução básica à linguística do português*. (1ª Ed.). Porto: Colibri.
- Espada, F. (2017). *Manual de fonética - Exercícios e explicações*. (2ª ed.). Lisboa: LIDEL.

- Estermann, C. (1983). *Etnografia de Angola sudoeste e centro* . (Vol. 1). (coletânea de artigos dispersos) Lisboa: I.I.C.E. Tropical.
- Estermann, C. (1983). *Etnografia de Angola sudoeste e centro* . (Vol. 2). (coletânea de artigos dispersos) Lisboa: I.I.C.E. Tropical.
- Faria, I. H. (Ed.). (1996). *Introdução a linguística geral e portuguesa* . Caminho.
- Fernandes, J., Ntongo, Z. (2002). *Angola línguas e povos* . Luanda: Nzila.
- Ferreira, M. (1988). *Que futuro para a língua portuguesa em África* . Lousã: ALAC Editora.
- Francisco, M. (2010). Metodologias de Investigação na educação [blogue]. Disponível em <https://miemf.wordpress.com/>. Consultado a 08-12-2017.
- Freyre, G. (1967). *Manifesto regionalista* . (4ª ed.). Recife: Instituto Joaquim Nabuco.
- Funk, G. (2002). *Repensar o ensino do português* . Lisboa: Salamandra.
- Garmadi, J. (1983). *Introdução à sociolinguística* . (1ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O inquérito: teoria e prática* . Oeiras: Celta.
- Gil, A. C. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa social* . (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Guimarães, R. (2012, Dezembro). Argote e o pioneirismo em variação linguística e dialetologia em Portugal, séc. XVIII. *Revista Letras*, p.125-131. Recuperado de file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/revista_de_letras_%20de%20tras%20os%20montes.pdf.
- Hudson, R. (2000). *La sociolingüística* . (2ª ed.). Barcelona: Anagrama.
- Ki-Zerbo, J. (1999). *História da África Negra* . (3ª ed.). (Vol. 1). Lisboa: Publicações Europa América Editora.
- Ki-Zerbo, J. (2010). *História geral da África* , I: metodologia e pré-história de África. (2ª ed.). doi file:///C:/Users/Utilizador/Music/D.%20Olderogge%201982,%20Hist%C3%B3ria%20Geral%20de%20%C3%81frica.pdf.
- Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos* . São Paulo, Brasil: Parábola.
- Lepschy, C. (1975). *A linguística estrutural* . (2ªed.). São Paulo: Perspectiva.
- Lopes, A. (2011). *As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística* . (Tese de Doutoramento) Universidade de Lisboa.
- Machado, J. (Ed.). (1995). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* . (Vol. 5). Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado, J. (Ed.). (2001). *Grande vocabulário da língua portuguesa* . Lisboa: Âncora.
- Mapa político de Angola. Disponível em <http://www.africa-turismo.com/mapas/angola.htm>, consultado a 08-12-2017.
- Marconi, M., Lakatos, E. (2011). *Metodologia científica* . (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

- Martinet, A. (1991). *Elementos de linguística geral* . (11ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.
- Martins, M. (1988). *Ouvir falar introdução à fonética do português* . (2ª ed.). Caminho.
- Martins, M. (2005). *Ouvir falar introdução à fonética do português* . (4ª ed.). Caminho.
- Mateus, M. H, Nascimento, F. B. (2005). *A língua portuguesa em mudanças* . Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H, Viana, M., Villalva, A. (1990). *Fonética, fonologia e morfologia do português* . Lisboa: Universidade Aberta.
- Mateus, M. H. (2007). *Norma e variação* . Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H. (2014). *A língua portuguesa - Teoria, aplicação e investigação* . Porto: Colibri.
- Mateus, M. H., Brito, A., Duarte, I., Faria, I. (1989). *Gramática da língua portuguesa* . (2ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H., Duarte, I., Faria, I., Frota, S., Matos, G., Oliveira, F., Vigário, M., Villalva, A. (2003). *Gramática da língua portuguesa* . (5ª ed.). (coleção universitária). Lisboa: Caminho.
- Matos, N. (1953). *África Nossa. Província de Angola o que queremos e o que queremos nas nossas terras* . Porto: Marânus.
- Matoso, A. (2003). *Vocabulário de dificuldades* . Coimbra: Quarteto.
- Mendes, A. (2016) Linguística de corpus e outros usos dos *corpora* em linguística. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística* (pp. 224-251). Berlin: Walter de Gruyter.
- Mingas, A. A. (2000). *Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda* . (1ª ed.). Porto: Campo das Letras.
- Mounin, G. (1997). *Introdução à linguística* . Lisboa: Livros Horizontes.
- Mudiambo, Q. (2014). *Estudos linguísticos sobre a lexicologia e a lexicografia de aprendizagem (aplicados) ao ensino da língua portuguesa* . Porto: Colibri.
- Pélissier, R. (1986). *História das companhas de Angola - Resistência e revoltas (1845-1941)*. (1ª ed.). Lisboa: Estampa.
- Peres, J. A. & Mória T. (1995). *Áreas críticas da língua portuguesa* . (2ª ed.) Lisboa: Caminho.
- Perrot, J. (1998). *Da língua à linguagem o que caracteriza um idioma a sociedade e o sistema de sinais as leis da linguística* . Lisboa: Noticias Editora.
- Raposo, E., Bacelar F., Mota, C., Seguro L., & Mendes, A. (Ed.). (2013). *Gramática do português* : (Vol. 1) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Redinha, J. (1970). *Distribuição étnica da província de Angola* . (6ª ed.). Luanda: Fundo de turismo e publicidade.
- Reis, F. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado* . Lisboa: Pactor.
- Rio-Torto, G.M. (1998). *Fonética, fonologia e morfologia do português* . Porto: Colibri.

- Santos, I. A. (2003). *Variação linguística em espaço rural - A vogal [ü] numa comunidade do baixo Mondego*. Lisboa: Imprensa Nacional-da Casa da Moeda.
- Sassuco, D. P. (2016). Pistas essenciais para um português de Angola. In I. B. Leite & C. G. Severo (org.), *Kadila: culturas e ambientes: diálogos Brasil-Angola*, (pp-199-2017). São Paulo: Edgard Blücher Ltda.
- Saussure, de F. (1995). *Curso de linguística geral*. (7ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Silva, A. M. (Ed.) (1999). *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*. (9ª Ed.). Vol. 4. Lisboa: Confluência.
- Silva, E. L., Menezes, E.M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. (4ª ed.). Florianópolis: Universidade Federal de Ciências Sociais. Doi https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf.
- Silva, F. J., & Osório P. (2008). *Introdução à história da língua portuguesa dos fatores externos à dinâmica dos sistemas linguísticos*. Lisboa: Cosmos.
- Sousa, F. (2012). *Etografia de Angola - entre a pesquisa e o desenvolvimento de políticas culturais*. Luanda: Mayamba.
- Teyssier, P. (1997). *História da língua portuguesa*. (7ª ed.). Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Ullmann, S. (1987). *Semântica - Uma introdução à ciência do significado*. (5ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Edições.
- Undolo, E. (2014). *Caracterização da norma do português em Angola*. (Tese de doutoramento). Universidade de Évora.
- Undolo, E. (2016). *Norma do português em Angola: subsídios para o seu estudo*. Bengo: Imprensa Nacional.
- Velarde, M. C. (2008). *Lenguaje y cultura*. Madrid: Síntesis.
- Vigotski, L.S. (1987). *Pensamento e linguagem*. (1ª ed.). São Paulo: Martins Editora.
- Whorf, B. (2012). *Language, thought, and reality*. (2ª ed.). Cambridge: M.I.T. Press.
- Willems, E. (1970). *Dictionnaire de sociologie*. Paris: Librairie Marcel Rivière.
- Xavier, M. F., & Mateus, M.H.M. (1990). *Dicionário de termos linguísticos*. (vol.1) Associação Portuguesa de Linguística, Instituto de linguística e teoria computacional. Lisboa: Cosmos.
- Yaguello, M. (1990). *Alice no país da linguagem - para compreender a linguística*. Lisboa: Estampa.
- Yin, R. K. (2003). *Case Study Research*. Londres: Sage Publication.
- Zau, D. (2011). *A Língua Portuguesa em Angola Um Contributo para o Estudo da Sua Nacionalização*. (Tese de Doutoramento). Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Zau, D. (2016). Que professor para o ensino da língua portuguesa em Angola? reflexões acerca dos desvios em cenários multicultural e multilingue. In A. A. Luís, C. Sofia, P. Osório (Org.), *A língua portuguesa no mundo* (pp. 180-187). Porto: Colibri Editora.

Anexo 1: ficha técnica



FACULDADE DE ARTES E LETRAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS

2º CICLO EM ESTUDOS LUSÓFONOS

1ª Investigador: *Pedro Gonçalves*

2ª Dados identificadores da gravação:

- Ficha de gravação: 03-06-2018
- Lugar da gravação: Sala de estudos da Biblioteca Central da UBI
- Tempo de gravação 20 minutos

3ª Situação comunicativa: entrevista

- Tema: Exonerações
- Funcionamento predominante da entrevista:

Participativa: livre (✓) Interpessoal: Transacional:

- Tom de voz: grave / Alta (✓) Baixa:

- Canal: oral (✓) Nasal:

4ª Tipo de discurso:

Conversação (✓)

Interrogação

5ª Técnica de gravação:

Conversação livre (✓)

Observação participativa (✓)

Observação não participativa

Conversação semi-dirigida, gravação normal (✓)

Gravação secreta Gravação Normal

6ª Descrição dos participantes:

- Número de participantes: 9 Ativos: 9 Passivos:

- Nível de escolaridade: Analfabetos, Primários, Secundários, Médios,

Superiores (✓)

- Tipo de relações que os une: Amizade (✓), Familiar, Grau de parentesco, Professores
estudante

-Residência ou domicílio habitacional: cidade da Covilhã

-Nível sociocultural: Alto, Médio (✓), Baixo

Língua: Português (✓), Português e língua nacional (✓) Português e Língua estrangeira

- Monolíngues 2 Bilingues 7

- Género: Masculino 5 Feminino 4

- Idade: 23, 24, 25, 27 anos

7ª Tipo de gravação: Conversação coloquial, Conversação informal (✓), Conversação formal

Anexo 2: Transcrição das entrevistas

1. [e ezonerasēw é pare piñi´vinir prubeleme ne poljtike purke nēw nvai taser mūdēse argumē].
2. [efurme komu ftēe faser ft´a bum uf āgolauuf egladisē u guvénu ft´e a tabalar muītu ε ūw bum pñisi´piu sē du´videf].
3. [e pñisi´piu vēw ter mézmu deprukurar pijkulugu fige di pru´bleme e poljtikauf mef apljkadeuf].
4. [af ezonerasōjf sēw pare demuftrasēw diwme vōtede dimudeler u novu guvénu e krier ū krime di kureze´ e trēfparēšie nu pejf ētre uf sidadewsuf mef ū die vēw mpager na kadije pur brinkar kum u pejf].
5. [u pedru sabi d´er e eplikasēw ke presiza]
6. [u pedru sabj nd´are e eplikasēw ke ´presiza]
7. [u pedru sēbe nd´are e eplikasēw ke presiza]
8. [u pedru nsabe d´aʒi e eplikasēw ke presiza]

Observações simples

1. [adimīniʃtrədɔr]
2. [adikirjɾ]
3. [nevuziʃmu]
4. [ēʃeplu]
5. [kūsjidēsja]
6. [kūsidir]
7. [kutura]
8. [kuviti]
9. [ndiābɔlar]
10. [mbataʎer]
11. [ndɔmi]
12. [mpager]
13. [ndēti]
14. [mbajʃar]
15. [baleⁿsu]
16. [briⁿker]
17. [prɛⁿdʒr]
18. [peⁿsɛr]
19. [aⁿtipuur]
20. [eⁿverguɲer]
21. [eⁿvjer]

22. [prubeteme]
23. [ubiter]
24. [atemuffere]
25. [etinulugie]
26. [adevetu]
27. [kulusifikar]
28. [titimunar]
29. [pinew]
30. [´farte e´zonerar]
31. [arunw]
32. [feku´rdadi]
33. [ar´ture]
34. [arva´radi]
35. [artu]
36. [furkrer]
37. [pij]kulu´gje]
38. [pij]ke´naljzi]
39. [piti´vinir]
40. [atimjzar]
41. [ativurus]
42. [´bilidadu]
43. [puluze]
44. [katikar]

Anexo 5: Roteiro de entrevistas

Data: 03-06-2018

Entrevistador: Pedro Gonçalves

Idade dos entrevistados: 23, 24, 25, 27 anos

Nível de escolaridade: Licenciatura.

Perguntas para introdução das conversas

1 Sugiro que o tema da nossa conversa sejam as “exonerações”, porque desejo falar sobre ele com vocês. O que vos parece?

2 Para vós, está certo o que vem ocorrendo no país.

3 Será que me poderiam explicar se a exoneração é sinónimo de mudança. Mas se não esqueçam de generalizar.

4 Qual seria a língua nacional se, com estas exonerações, se pudesse optar por uma. Pensam que todos têm de falar uma língua nacional para além do português, que é oficial.

5 Qual é o vosso ponto de vista sobre muitas línguas e o português como intermediária.

6 Sabem quantas línguas temos no país e porque influenciam o português.

7 E se fossem exonerados todos os que falam mal o português.

8 Então, acham que restam motivos?

9 Alguém tem um palpite sobre os que dizem que falamos mal o português. Estejam à vontade.

10 Ainda penso que os próximos nomeados estão a aprender algo com as exonerações, não acham? ,

11 Se te dissessem que amanhã serias exonerado, o nervosismo subiria. Penso que muitos foram ter com psicólogos. Se é verdade, não sei, talvez vocês, cá em Portugal, saibam dizer.

12 Acham que 2017 chegou numa boa atmosfera e é altura para estas exonerações.

13 Eu penso que, nestes altos e baixos das exonerações, vão encontrar uma nova realidade para a governação do país. Concordam comigo?

14 Ouviu-se que até os ativistas disseram que era fulcral exonerar mais gente.

15 É chegada a altura de exonerar políticos corruptos. Eu não sei se é verdade. Quem quiser pode comentar.

16 Se não se importarem, gostaria que cada um repetisse de forma individual a frase que vou ler neste momento: O Pedro sabe dar a explicação que precisas.

17 Podem dar o exemplo de algum falar característico de cada região do país.

18 Na região Sul e na zona Centro, como se pronunciam certas palavras que conhecem na língua portuguesa.

- 19 Pensam que existe um estilo próprio no interior do país, longe do mar, e que por isso as características são diferentes das do litoral e do resto do país?
- 20 Gostaria que dessem alguns exemplos.